



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
INSTITUTO DE CULTURA E ARTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

MÁRIO HELDER DE SOUSA ALVES FILHO

**MOVIMENTO PASSE LIVRE NAS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013:
A REPRESENTAÇÃO SOCIAL NO JORNAL FOLHA DE S. PAULO**

FORTALEZA

2016

MÁRIO HELDER SOUSA ALVES FILHO

MOVIMENTO PASSE LIVRE NAS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013:
A REPRESENTAÇÃO SOCIAL NO JORNAL FOLHA DE S. PAULO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, do Instituto de Cultura e Arte da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Área de concentração: Comunicação e Linguagens.

Linha de Pesquisa: Mídia e Práticas Socioculturais.

Orientadora: Prof^a. Dra. Márcia Vidal Nunes.

FORTALEZA

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências Humanas

-
- A474m Alves Filho, Mário Helder de Sousa.
 Movimento passe livre nas manifestações de junho de 2013 : a representação social no jornal
Folha de S. Paulo/ Mário Helder de Sousa Alves Filho. – 2016.
 121 f. ; 30 cm.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Instituto de Cultura e Arte, Programa
de Pós-Graduação em Comunicação, Fortaleza, 2016.
 Área de Concentração: Comunicação e Linguagens.
 Orientação: Profa. Dra. Márcia Vidal Nunes.
1. Movimentos sociais. 2. Jornalismo – Aspectos políticos. 3. Análise de conteúdo
(Comunicação) I. Título.

MÁRIO HELDER DE SOUSA ALVES FILHO

MOVIMENTO PASSE LIVRE NAS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013:
A REPRESENTAÇÃO SOCIAL NO JORNAL FOLHA DE S. PAULO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, do Instituto de Cultura e Arte da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Área de concentração: Comunicação e Linguagens.

Linha de Pesquisa: Mídia e Práticas Socioculturais.

Aprovada em: 29/01/2016.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dra. Márcia Vidal Nunes (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^ª. Dra. Catarina Tereza Farias de Oliveira
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Prof^ª. Dra. Teresa Cristina Furtado Matos
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal do Ceará e ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, pela oportunidade em desenvolver esta pesquisa.

À CAPES, pelo apoio financeiro com a manutenção da bolsa de auxílio.

À Prof^ª. Dra. Márcia Vidal Nunes, pela boa relação que estabelecemos e pelo trabalho que desenvolvi sob a sua orientação no PPGCOM/UFC.

Às professoras participantes da banca examinadora, Catarina Tereza Farias de Oliveira e Teresa Cristina Furtado Matos, pelo tempo, pelas valiosas colaborações e sugestões.

Aos professores do PPGCOM/UFC Ricardo Jorge e, em especial, Wellington de Oliveira Jr., por ter sido sempre acessível e compreensivo enquanto coordenador do mestrado.

À professora Maria Raquel de Carvalho Azevedo, minha orientadora de monografia, na graduação em Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Estadual do Ceará, que, com sua doçura e afeto, me apoiou desde o processo seletivo do mestrado.

À professora Gustavo Bezerril da Ciências Sociais da UECE, uma excelente pessoa, que também torceu por mim desde a seleção do mestrado e sempre me encorajou a enfrentar os desafios.

À Secretária do curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Ceará, Marileide Colares, pelo carinho e apoio desde a época da graduação.

À Mariana Toledo, militante do Movimento Passe Livre de São Paulo, pela sua generosidade em me conceder uma entrevista para esse trabalho.

Aos colegas do mestrado: Marina Portela, Deborah Muniz, Isabelle Azevedo, Márcia Ximenes, Emylianny Brasil, Soraya Madeira e Leonardo Araújo pela relação fraterna.

À secretária do PPGCOM/UFC, Lidiane Vasconcelos, pelo zelo e delicadeza que sempre teve ao tratar qualquer questão que eu precisasse, além da nossa ótima relação pessoal.

A todos e a todas que de alguma forma contribuíram para a realização dessa pesquisa.

RESUMO

O presente trabalho tem como foco a relação entre mídia convencional e movimentos sociais no âmbito das manifestações de junho de 2013. Mais especificamente, ele objetiva identificar a representação social (MOSCOVICI, 2003) do Movimento Passe Livre (MPL) no jornal *Folha de S. Paulo*. O corpus do trabalho são matérias publicadas no mês de junho de 2013, as quais totalizam 20 textos, 19 publicados no caderno *Cotidiano* e 1 publicado no caderno *Poder*. A metodologia baseia-se na análise de conteúdo (BARDIN, 2002) e revisão bibliográfica. A pesquisa se debruça inicialmente sobre aos primórdios da organização de movimentos sociais no país, para, em seguida, abordar o processo de redemocratização do Brasil pós Ditadura Militar, além de discorrer sobre o MPL, desde a tentativa de implementação da tarifa zero na cidade de São Paulo na gestão da então prefeita Luiza Erundina (1989/1992) até os protestos de junho de 2013, apresentando também uma discussão sobre a categoria de movimentos sociais (GOHN, 1997; SHERER-WARREN, 1993). Em um segundo momento aborda-se o jornal *Folha de S. Paulo* quanto a sua história, em especial a sua atuação na Ditadura Militar, Diretas-já e Fora Collor, além de uma análise sobre editoriais do jornal publicados em junho de 2013, artigos da coluna de Ombudsman e o documentário produzido pela *Folha*, intitulado *Junho*. Por fim, será apresentada uma discussão teórica sobre a categoria de representações sociais, a análise das matérias, com foco na relação entre esses dois pontos, além de uma entrevista com uma militante do MPL e a relação da sua fala com o teor das matérias. Ficou evidente, neste trabalho, que a *Folha* cria representações negativas do MPL, configurando, dessa forma, uma tentativa de deslegitimar o movimento.

Palavras-chave: Movimento Passe Livre. Junho de 2013. *Folha de S. Paulo*.

ABSTRACT

This work focuses on the relationship between mainstream media and social movements in the context of demonstrations in June 2013. More specifically, it aims to identify the social representation (MOSCOVICI, 2003) Pass Free Movement (MPL) in the newspaper S. Sheet Paulo. The work corpus are articles published in June 2013, which amount to 20 texts, 19 published in the daily news section and first published in power notebook. The methodology is based on content analysis (Bardin, 2002) and literature review. The research was initially focuses on the organization's early days of social movements in the country, to then approach the process of re-democratization of Brazil after the military dictatorship, and discuss the MPL, since the attempted implementation of zero tariff in the city of São Paulo in the management of the then mayor Luiza Erundina (1989/1992) to the protests of June 2013, also featuring a discussion of the category of social movements (GOHN, 1997; SHERER-WARREN, 1993). In a second step addresses the newspaper Folha de S. Paulo and its history, in particular its role in the Military Dictatorship, Direct-ever and Off Collor, and a newspaper editorial on analysis published in June 2013, articles the Ombudsman column and the documentary produced by Folha, entitled June. Finally, a theoretical discussion will be presented on the category of social representations, the analysis of materials, focusing on the relationship between these two points, as well as an interview with a militant of the MPL and the ratio of its talks with the substance of the matter. It was evident in this work that Folha creates negative representations of MPL, setting thus an attempt to delegitimize the movement.

Keywords: Free Pass Movement. June 2013. Folha de S. Paulo.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Editoriais da Folha de São Paulo (junho de 2013)	55
Tabela 2 – Matérias da Folha de São Paulo (Cadernos: Cotidiano e Poder – Junho 2013)	75

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALN	Aliança Libertadora Nacional
CEB	Comunidade Eclesial de Base
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
DCE	Diretório Central dos Estudantes
FNP	Frente Nacional dos Prefeitos
FSM	Fórum Social Mundial
IPEA	Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas
MPL	Movimento Passe Livre
MR8	Movimento Revolucionário 8 de outubro
MST	Movimento dos Sem Terra
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PM	Polícia Militar
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PROUNI	Programa Universidade Para Todos
PT	Partido dos Trabalhadores
UNE	União Nacional dos Estudantes
VAR-Palmares	Vanguarda Armada Revolucionária Palmares

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 MPL: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICO POLÍTICA	17
2.1 Redemocratização da Sociedade Civil após a Ditadura Militar	17
2.2 Os primórdios da tentativa de implantação da Tarifa Zero na cidade de São Paulo	19
2.3 Revolta do Buzu (Salvador 2003) e Revolta da Catraca (Florianópolis)	22
2.4 Movimentos sociais: uma breve conceituação	24
2.5 Surgimento do MPL (2005)	29
2.6 Revoltas de Junho de 2013.....	32
2.7 A comunicação no MPL	45
3 FOLHA DE S. PAULO: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICO-POLÍTICA DO SEU SURGIMENTO	48
3.1 Grupo Folha e Ditadura Militar	50
3.2 Diretas-já e Fora Collor: uma breve discussão sobre a cobertura da Folha	51
3.3 Editoriais da Folha durante os protestos de junho de 2013	54
3.3.1 Movimento Passe livre e protestos	56
3.3.2 Transporte público na cidade de São Paulo	60
3.3.3 Impacto político das manifestações	61
3.4 Ombudman da Folha e protestos de junho	65
3.5 Junho: documentário produzido pela Folha	69
4 MOVIMENTO PASSE LIVRE NOS CADERNOS “COTIDIANO” E “PODER” E REPRESENTAÇÃO SOCIAL	72
4.1 Matérias sobre o MPL publicadas nos cadernos Cotidiano e Poder	74
4.1.1 Unidade de Significação: Atuação	77
4.4.2 Unidade de Significação: Resposta	82
4.4.3 Unidade de Significação: Caracterização	85

4.2 A representação social do MPL nas matérias da Folha	88
4.3 Visão do Movimento Passe livre sobre a cobertura da Folha	90
5 CONCLUSÕES	93
REFERÊNCIAS	95
ANEXO	102

1 INTRODUÇÃO

No âmbito das organizações populares, é a partir da década de 1950 que, no Brasil, inicia-se, a criação de movimentos que em um primeiro momento tinha como foco questões ligadas ao bairro na área urbana e que nos anos de 1970 adquire um caráter mais abrangente com pautas ligas a outros problemas urbanos como habitação e saúde.

No entanto, a partir de 1964 o país passou a viver sob o regime ditatorial fruto de um golpe militar perpetrado pelas forças armadas e apoiado fortemente por setores da sociedade civil, em especial grandes empresários e importantes veículos de comunicação, que ainda hoje tem relevante influência no jornalismo praticado no Brasil.

Por conta disso, as liberdades individuais foram suprimidas a ponto de surgirem vários grupos clandestinos que se organizaram e lutaram contra o regime vigente, com foco na luta armada, dentre eles a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8) e a Aliança Libertadora Nacional (ALN).

No entanto, o regime conseguiu eliminar esses e vários outros grupos, através de prisão, exílio e até desaparecimento e morte de militantes. Já no final dos anos de 1970 registra-se grandes movimentos que aglutinaram uma grande quantidade de participantes, primeiramente o movimento pela anistia de presos e perseguidos políticos, e, ao mesmo tempo, grandes greves organizadas por entidades sindicais.

Após duas décadas de Ditadura Militar, milhares de brasileiros em diversas cidades do país saíram às ruas em apoio à emenda constitucional que restabeleceria as eleições diretas para Presidente da República que até então era escolhido através do voto indireto, por meio do Colégio Eleitoral. No entanto, a pressão das ruas não foi suficiente para a aprovação da proposta, pois em abril de 1984 ela foi rejeitada.

Já no ano seguinte houve a última eleição indireta para presidente, na qual se elegeu um civil, Tancredo Neves do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), e de oposição ao regime militar iniciando assim a chamada Nova República. Ainda nos anos 80, há a elaboração e promulgação de uma nova Constituição que contou com ampla participação popular nas sugestões de propostas para essa nova Carta Magna.

Já nos anos 90, os brasileiros, especialmente os jovens que acabaram ficando conhecidos como Caras-Pintadas, novamente saíram às ruas para protestar, agora, pelo

impeachment do primeiro presidente eleito pelo voto direto depois do fim regime militar, o qual se encontrava sob graves acusações de corrupção.

Denúncias que o envolviam motivaram a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Congresso Nacional no intuito de se apurar os fatos, em sua maioria revelados pela chamada grande mídia, e que teve como desfecho, apoiado pela pressão das ruas, o afastamento do cargo e posterior cassação dos direitos políticos de Fernando Collor de Mello.

Desde então não se registrou nenhuma manifestação de rua que mobilizasse as massas nas diversas regiões do país reivindicando um tema específico e que levassem as autoridades a apresentarem medidas que atendessem as reivindicações, pelo menos em parte, de maneira imediata.

No entanto, na internet, a partir dos anos 2000, foi possível encontrar mobilizações por parte dos usuários da rede, como a abaixo-assinado virtual de mais de 1 milhão de assinaturas contra a eleição do senador Renan Calheiros (PMDB-AL) para a presidência do Senado no início de 2013.

No mês de junho de 2013 é que se observa a volta das massas às ruas em todo o país em uma série de protestos. Essas manifestações têm início na cidade de São Paulo quando o Movimento Passe Livre (MPL) convocou a população paulistana a protestar contra os aumentos das tarifas de ônibus, trens e metrô de R\$ 3,00 para R\$ 3,20.

Reajuste que também foi registrado, nesse mesmo período, na cidade do Rio de Janeiro, que a pedido do governo federal, postergou esses aumentos, juntamente com São Paulo, de janeiro para junho de 2013, quando tradicionalmente ocorrem esses reajustes, a fim de não pressionar a inflação¹.

Dentre os veículos de comunicação que cobriram os protestos na capital paulistana, destaca-se o jornal *Folha de S. Paulo*, por ter publicado, durante os protestos de junho, várias matérias sobre o MPL e a sua atuação durante as manifestações, propiciando ao leitor, pelo menos em tese, a oportunidade de se aprofundar sobre a história do

¹ BELISSA; Thaíne; BORGES, Fernanda. São Paulo e Rio adiam ajuste de passagem de ônibus após pedido do governo federal. **Portal Estado de Minas**. 15 jan. 2013. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2013/01/15/interna_nacional,343490/sao-paulo-e-rio-adiam-ajuste-de-passagem-de-onibus-apos-pedido-do-governo-federal.shtml> Acesso em: 5 dez. 2014.

movimento, sua composição, suas reivindicações e os resultados das reuniões entre o MPL e as autoridades após o início dos protestos para discutirem a pauta da mobilidade, pois

as mensagens transmitidas pela indústria da mídia são recebidas por pessoas específicas, situadas em contextos sócio-históricos específicos. Essas pessoas vêem as mensagens dos meios com graus diferenciados de concentração, interpretam-nas ativamente e dão-lhes sentido subjetivo, relacionando-as a outros aspectos de suas vidas. (THOMPSON, 1998, p. 287)

Assim sendo, a partir da ideia de Menezes (2010, p. 19) de que os veículos de comunicação “...seriam os responsáveis por pautar a agenda pública, embora em alguns momentos haja um contra-agendamento e a própria sociedade paute esses meios de comunicação”, aliado ao fato deste trabalho buscar estudar, a partir da cobertura midiática, um movimento social que ganhou a atenção nacional a partir de um evento político e social recente na história brasileira, procura-se investigar a representação social do MPL nas páginas da *Folha de S. Paulo*, no contexto das manifestações de junho de 2013.

A escolha de estudar as representações do MPL no jornal *Folha de S. Paulo* se dá pelo fato de ser este não apenas o jornal de maior circulação do país, mas também por ser um jornal paulistano e que cobriu essas manifestações diariamente, além de um dos veículos de imprensa com vários jornalistas feridos² em atos que, em sua maioria, foram convocados pelo MPL.

A pesquisa é de caráter documental, utilizando-se, ainda, de revisão bibliográfica. O referencial teórico baseia-se na categoria de representação social a partir de Moscovici (2003). Já a metodologia está calcada na análise de conteúdo baseado nos estudos de Bardin (2002), que propõe uma divisão em três eixos:

1) Pré – Análise: “É a fase de organização propriamente dita. Corresponde a um período de intuições, mas, tem por objetivo tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais, de maneira a conduzir a um esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas”. (BARDIN, 2002, p. 95)

2) Exploração do material: “Esta fase, longa e fastidiosa, consiste essencialmente de operações de codificação, desconto ou enumeração, em função de regras previamente formuladas”. (BARDIN, 2002, p. 101)

² RIGHETTI, Sabrina. Pelo menos 15 jornalistas ficaram feridos durante cobertura de protesto em SP. **Portal Folha**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1295433-pelo-menos-15-jornalistas-ficaram-feridos-durante-cobertura-de-protesto-em-sp.shtml>> Acesso 07 dez. 2015.

3) Tratamento dos resultados, a interferência e a interpretação: “Os resultados brutos são tratados de maneira a serem significativos e válidos” (BARDIN, 2002, p. 101)

O corpus constitui 20 matérias publicadas na *Folha* no mês de junho de 2013, das quais 19 foram publicadas no caderno *Cotidiano* e 1 publicada no caderno *Poder* que retratam o MPL, sendo que tais textos foram divididos em 3 unidades de significação conforme prega a análise de conteúdo.

A primeira unidade, *Atuação*, reúne matérias que discorrem sobre as ações do MPL nos dias de protestos. A segunda unidade, *Resposta*, congrega matérias a respeito de posição do MPL sobre fatos relativos às manifestações. A última unidade, *Caracterização*, corresponde aos textos que visam à explicação, por parte da *Folha*, sobre o que é o MPL perante aos leitores.

O objetivo geral deste trabalho é saber, a partir da cobertura do jornal *Folha de S. Paulo* sobre o MPL de São Paulo durante os protestos de junho de 2013 no tocante a figura do MPL, que representações sociais foram criadas sobre o movimento.

Os objetivos específicos são inferir se as matérias cederam espaços aos membros do movimento para se defenderem de eventuais acusações de incentivarem atos de violência cometidos nos protestos; identificar se as matérias trazem algum posicionamento das autoridades perante a atuação do movimento e o que dizem; perceber se as matérias fazem uma contextualização histórica sobre a origem do movimento e que contribuições, destacadas nas matérias, as suas lutas eventualmente podem ter trazido para o debate da mobilidade urbana.

A estrutura do trabalho se dá em três capítulos, dentre os quais, o primeiro é dedicado a uma discussão sobre o processo de redemocratização da sociedade após a ditadura militar, o surgimento do MPL, a questão da tarifa zero na cidade de São Paulo, revoltas estudantis sobre transporte público, breve revisão teórica sobre movimentos sociais com base nos estudos de Sherrer-Waner (1993) e Gohn (1997), as revoltas de junho de 2013 e a comunicação no contexto do MPL.

O segundo capítulo versa sobre a história da *Folha* em especial seu posicionamento político em momentos como a Ditadura Militar, Diretas-já e Fora Collor, além de uma análise sobre os editoriais, colunas de ombudsman e o documentário *Junho*,

produzido pela *Folha*, como parte necessária para a compreensão de criação das representações nas matérias selecionadas.

O terceiro capítulo visa a uma revisão teórica sobre representações sociais, a análise das matérias selecionadas relacionando-as com a categoria de representações sociais e a comparação da posição do MPL, por meio de uma entrevista realizada para este trabalho com as unidades de significação.

Já a última parte apresenta as conclusões com uma análise do trabalho em relação aos objetivos propostos nesta introdução. Além disso, há um anexo com a transcrição de uma entrevista com uma militante do Movimento Passe Livre (MPL), Mariana Toledo, a qual discorre, sobre questões relativas ao grupo, junho de 2013 e a cobertura midiática desse evento.

2 MPL: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICO-POLÍTICA

Este capítulo tem por objetivo contextualizar a ação do MPL, percorrendo inicialmente sobre o surgimento de grupos que se aglutinavam para defender determinada causa a partir da segunda metade do século XX.

Além disso, há uma discussão sobre o processo de reorganização da sociedade civil, pós-ditadura militar, no tocante ao fortalecimento e atuação de entidades organizadas na luta pela conquista e ampliação dos direitos sociais, surgidas já a perto do fim do regime de exceção instaurado a partir de 1964.

Em seguida, busca-se discutir sobre a origem do MPL, primeiramente percorrendo sobre a proposta de implementação da tarifa zero na cidade de São Paulo, durante o mandato de Luiza Erundina à frente da capital paulista (1989-1992).

Objetiva-se, também, abordar as duas revoltas estudantis que são consideradas como marco inicial na luta pela instituição do passe livre estudantil e que, posteriormente, progride para a proposta do passe livre irrestrito, sendo elas a Revolta do Buzu em Salvador no ano de 2003 e a Revolta da Catraca no ano de 2004 e 2005, em Florianópolis. Além disso, o texto discorre, ainda, sobre o processo de criação do MPL no Fórum Social Mundial (FSM) em Porto Alegre, no ano de 2005.

Em seguida, busca-se apresentar uma historicização do MPL de São Paulo, sua criação, suas ações contra o aumento de passagens em anos anteriores a 2013, sua forma de organização e suas pautas, para, a partir disso, discutir sobre a proposta do passe livre como meio de promoção ao acesso à cidade de forma irrestrita pelos cidadãos.

2.1 Redemocratização da Sociedade Civil após a Ditadura Militar

Antes de abordar o início do processo de redemocratização do país, cabe aqui apresentar um breve histórico sobre os primórdios de criação de movimentos sociais no país, em especial os movimentos sociais urbanos, os quais

constituem uma nova questão na análise das relações de classes e, principalmente, no que diz respeito à tradição das classes populares. Trata-se de problemas sociais novos que, expressando contradições próprias das sociedades capitalistas, não se explicam somente pelo ângulo da oposição entre capital e trabalho. Representam antes de tudo efeitos das distorções e das desigualdades decorrentes de uma aplicação desigual dos recursos públicos empregados no desenvolvimento e manutenção dos aglomerados urbanos. (JACOBI, 1980, p. 222)

A produção teórica sobre movimentos sociais urbanos no Brasil destaca a criação das Sociedades Amigos de Bairros (SABs), na cidade de São Paulo, nos anos 50 do século XX, como uma das experiências pioneiras de organização desse tipo nos centros urbanos (MOISÉS, 1979 *apud* JACOBI, 1980); (PERRUSO, 2012), contudo o golpe militar de 1964 provocou uma perda de legitimidade das SABs devido a cooptação praticada pelo regime ditatorial vigente. (PERRUSO, 2012).

Além disso, Singer (1978 *apud* JACOBI, 1980) destaca o surgimento do movimento do custo de vida, nos anos 70, como outro movimento relevante e que se espalhou inclusive para fora de São Paulo.

Jacobi (1980) registra, ainda, a contribuição teórica de pesquisadores, ao analisar outros movimentos, nos anos 70, protagonizados, em boa parte, por indivíduos de classes menos abastadas e que se detinha a problemas de uso e ocupação do solo e remoção de famílias em determinadas áreas de centros urbanos.

Já nos anos 80, Jacobi (1985 *apud* DUARTE, 2000) observa que, em razão da difícil situação econômica brasileira nesta década, as demandas centraram-se sobre questões relativas ao emprego, moradia e, de maneira geral, da melhoria das condições de vida. No entanto, esse tema dos movimentos sociais será retomado mais adiante, na abordagem do conceito.

No que consiste no reestabelecimento das liberdades democráticas, gravemente afetadas pela Ditadura Militar, foi no governo do último presidente desse período, general João Figueiredo, que houve a sanção da lei da Anistia que, por exemplo, possibilitava o retorno de exilados políticos ao Brasil, além de garantir de que nenhum cidadão fosse objeto de qualquer investigação ou punição por atos considerados subversivos pelo regime, quando, na verdade, procuraram atuar politicamente contra os governos militares, a fim de que a democracia no país fosse reestabelecida.

Além disso, o movimento operário ganhava força e incomodava o regime, a exemplo da greve dos metalúrgicos das cidades de São Bernardo do Campo e de Diadema na grande São Paulo em 1979, onde o então líder sindical Luiz Inácio Lula da Silva emergia também como liderança política, tendo, inclusive, fundado o Partido dos Trabalhadores (PT).

É na década de 80, onde se verifica o derradeiro declínio e fim da Ditadura Militar, que há um fortalecimento e maior visibilidade de grupos que lutavam por uma determinada causa, a exemplo do Movimento dos Sem Terra (MST) que surgiu em 1984, no Paraná. Ressalta-se, também, que o processo de criação e fortalecimento do MST se dá duas décadas depois do aniquilamento, por parte da ditadura, das Ligas Camponesas que foi um movimento que teve significativa relevância política e que atuou em alguns estados do país, reivindicando, dentre outras pautas ligada ao campo, a reforma agrária.

Cabe ressaltar que o aparecimento do MST contou com o apoio das Comunidades Eclesiais de Base (CEB) que também deu suporte a outros movimentos sociais surgidos à época, como constata Nunes (2014). Pois, sobretudo, na década de 80, a chamada Teologia da Libertação, corrente da igreja católica com forte atuação em questões sociais e que impulsionou o surgimento das CEB, propiciou que grupos pudessem expor demandas e reivindicar ações perante o Estado, seja no âmbito rural, ou seja no âmbito urbano. A partir dessa época, também é possível perceber que em relação às lutas sociais

As referências deixaram de ser sujeitos históricos predeterminados, ou com alguma vocação ou missão a desempenhar - como a categoria dos operários, por seu lugar na estrutura de produção - ou a categoria das classes populares - coletivos socialmente heterogêneo em termos da inserção no mercado de trabalho mas homogêneo em termos de demandas sociais, modo de vida e consumo restrito. A nova referência são os novos atores sociais - mulheres, jovens, negros, índios etc., e os pobres, os excluídos, apartados socialmente pela nova estruturação do mercado de trabalho. (GOHN, p. 288, 1997)

Além disso, para os movimentos do campo como o MST, a luta pela reforma agrária não se dá por acaso, mas, sim, pelo fato de sermos um país com uma alta concentração fundiária e com um histórico de conflitos agrários que penalizam, sobretudo, os trabalhadores rurais e os povos indígenas.

2.2 Os primórdios da tentativa de implantação da Tarifa Zero na cidade de São Paulo.

Com o fim do sistema bipartidário em 1980, houve uma fragmentação no campo oposicionista e a criação de vários partidos políticos, inclusive os de esquerda como o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e o PT que, tendo este último já nos primeiros anos após a sua fundação, conquistado o comando de importantes prefeituras no país, inclusive em capitais como Fortaleza em 1985, com Maria Luiza Fontenelle; Porto Alegre, com Olívio Dutra, em 1988; e São Paulo, com Luiza Erundina, em 1988.

Na primeira passagem do PT pelo comando da prefeitura da maior cidade do país, o que ocorreria anos depois com Marta Suplicy em 2000 e Fernando Haddad em 2012, há uma das primeiras iniciativas no Brasil, por parte do poder público municipal, em estabelecer a tarifa zero para o transporte público, já que

Em 1990, a prefeita Luiza Erundina (à época no Partido dos Trabalhadores) encaminhou à Câmara Municipal de São Paulo um projeto, de autoria do secretário municipal de Transportes Lúcio Gregori, que ficou conhecido como “tarifa zero”, e que até hoje é referência para os movimentos que lutam por um transporte público de qualidade como um direito social de todos. (TAKEMOTO, 2014, p. 25)

Os recursos necessários à implementação da proposta viriam da cobrança progressiva do IPTU, sobretudo em imóveis que representassem atividade econômica, seja no comércio ou na indústria, e, também, daqueles que não estivessem contribuindo com a produção ou não possuíssem uma função social, além da criação de um fundo de transportes, conforme salienta Takemoto (2014). No entanto, “...a ideia não foi implementada devido à resistência política. Em cidades como a capital paulista, as empresas são remuneradas pelo número de passageiros, ou seja, lucram mais com ônibus cheios” (LOCATTELLI, 2013, p. 10)

O próprio ex-secretário municipal de transportes da gestão Luiza Erundina, Lúcio Gregori, reconhece as dificuldades enfrentadas pelo projeto desde a tentativa de implementação, quando o executivo dependia da aprovação da medida pelo legislativo, pois

O projeto foi para a Câmara que não votou [...] Não foi votado por uma disputa política e mexia com os interesses de pessoas que pagavam impostos relativamente baixos e passariam a pagar o imposto realmente necessário. Ninguém queria mexer neste vespeiro. O projeto foi arquivado, mas houve consequências. Ao negar-se a votar, a Câmara foi corresponsável por um estado calamitoso do transporte de São Paulo à época. (GREGORI, 2013)

A fala do ex-secretário Lúcio Gregori é exemplar quanto à dificuldade que o Estado tem de garantir e melhorar, no Brasil, a qualidade dos serviços públicos baseado, em parte, no aumento de impostos para a parcela da população de maior poder aquisitivo, pois

No Brasil, a distribuição do ônus tributário se dá de modo heterogêneo, com alguns setores da população sendo mais afetados que outros. Isso porque se sabe que o princípio importante em qualquer sistema tributário é o da Equidade ou da Capacidade Contributiva, por permitir que o estabelecimento da contribuição dos cidadãos para o financiamento do Estado deve ser compatível com a sua capacidade econômica. Ou seja, não se deveria impor aos cidadãos de menor capacidade econômica – normalmente entendidos como aqueles de menor renda e menor patrimônio – o mesmo esforço tributário exigido dos cidadãos de maior capacidade econômica. Nesse sentido, o sistema tributário deve buscar a progressividade – tributar mais os ricos do que os pobres. (BRASIL, 2009, p. 3)

Apesar de a cidade de São Paulo não ter conseguido implantar a tarifa zero nos transportes públicos em algumas cidades no Brasil a experiência já é adotada, embora um número ínfimo diante do total de 5.564 municípios brasileiros, tendo as cidades de Agudos (SP), Ivaiporã e Pitanga (PR) adotado o passe livre irrestrito, custeado pelas respectivas prefeituras³. Além destas cidades, no Estado do Rio de Janeiro, no ano de 2011, o município de Porto Real⁴ aboliu a tarifa no valor de R\$0,50 e instituiu o Passe Livre irrestrito; e, em dezembro de 2014, portanto mais de um ano após o início das manifestações convocadas pelo MPL, a cidade de Maricá⁵ (RJ), adotou a tarifa zero.

O principal argumento da maioria dos prefeitos em todo país, para não instituir a tarifa zero, é que o custo da iniciativa é incompatível com os orçamentos das prefeituras, sobretudo por não haver alguma complementação financeira por parte dos estados ou da União; além de, em algumas cidades, as prefeituras já subsidiarem o transporte público por financiarem diretamente a gratuidade das passagens de segmentos da população como estudantes, desempregados, idosos e deficientes físicos, como destaca o presidente do Frente Nacional dos Prefeitos (FNP) ao ser questionado em uma entrevista sobre a proposta de Passe Livre irrestrito.

Nós da Frente Nacional de Prefeitos procuramos realizar vários cenários. [...] O senador Renan Calheiros [PMDB-AL] tinha uma proposta sobre isso. Buscamos assessoria técnica. Estivemos no Poder Executivo federal, discutimos com o Ministério da Fazenda. E chegamos à conclusão que passe livre de forma ampla seria algo absolutamente impensável. Não existem recursos para que isso aconteça. Nós propusemos, e achamos que é uma proposta razoável, o chamado passe livre com corte social. Poderíamos atender desempregados, donas de casa, estudantes com um limite de renda. O impacto no país poderia chegar a R\$ 3 bilhões, o que seria até adequado, desde que financiado pelo governo federal. Os municípios não têm como fazer isso. (FORTUNATI, 2014).

O citado PLS nº 248/2013, de autoria do Senador Renan Calheiros (PMDB-AL), foi originalmente apresentado em junho de 2013, instituindo o Passe Livre Estudantil em todo o território nacional para alunos matriculados que frequentam o ensino fundamental, médio ou superior, sendo custeado por meio dos recursos originários dos *royalties* da

³ CAMARGO, Cristina. Com ônibus grátis há dez anos, Agudos (SP) livra empresas de vale transporte. **Portal Folha** Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1299893-com-onibus-gratis-agudos-sp-atrai-empresas-que-se-livram-do-vale-transporte.shtml>> Acesso em: 12 ago 2014.

⁴ TARIFA de ônibus em Porto Real, no RJ, é gratuita. **Portal G1**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rj/sul-do-rio-costa-verde/noticia/2013/06/tarifa-de-onibus-em-porto-real-no-rj-e-gratuita.html>> Acesso em 20 dez. 2014.

⁵ ÔNIBUS começam a circular em Maricá, RJ, com tarifa zero. **Portal G1**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rj/regiao-dos-lagos/noticia/2014/12/onibus-comecam-circular-em-marica-rj-com-tarifa-zero.html>> Acesso em 20 dez 2014

exploração de petróleo e gás na camada pré-sal. No entanto, a proposta até o fim de 2013 ainda não havia sido aprovada no Senado e, caso ocorra, seguirá para apreciação na Câmara⁶.

Há também outros condicionantes que, segundo Vasconcellos (2013), inviabilizariam a implantação da tarifa zero. No tocante à operacionalização do sistema, restaria ao município escolher entre dois modelos: o primeiro de continuidade de operação das atuais e de novas empresas, sendo remuneradas diretamente pelo município, o que poderia levá-las a não se responsabilizarem mais pela qualidade do serviço. Já o segundo implicaria a criação de empresas municipais de transportes, para operar o sistema de transporte.

2.3 Revolta do Buzu (Salvador, 2003) e Revolta da Catraca (Florianópolis, 2004 e 2005)

Para entender as revoltas que serviram de inspiração para a criação do MPL, faz-se necessária a abordagem do tema da mobilidade urbana, pois Galindo e Gomide (2013) destacam que, nos anos 70, a acentuação da urbanização no país provocou consequências negativas a ponto de se registrarem revoltas populares em função da insatisfação pelas condições precárias a que o usuário estava submetido, além do preço das passagens, materializado em quebra-quebras.

Durante o regime militar, o governo federal era o principal responsável por promover a política de transporte, inclusive com a criação de empresa estatal e fundo de apoio; contudo, essa situação se altera quando há uma municipalização da pauta dos transportes, incluindo o controle sobre a tarifa (GALINDO; GOMIDE, 2013).

No entanto, com a criação do Vale-Transporte, em 1985, que visava, sobretudo, ao atendimento da classe trabalhadora, há uma diminuição das insatisfações populares contra o transporte público (GALINDO; GOMIDE, 2013).

Já anos 90, com o advento do Plano Real, a pressão, em um primeiro momento, sobre o preço das tarifas diminui, devido ao controle da inflação e a uma melhora da renda da população; no entanto, logo depois, elas voltam a subir, inclusive acima da inflação. (GALINDO; GOMIDE, 2013). Além disso, há uma queda de número de passageiros pagantes a partir de 1995

⁶ BRASIL. **Projeto de Lei do Senado nº 248, de 2013**. Senado Federal, 2013. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=131240&tp=1>> Acesso em: 18 dez. 2014.

Atribui-se tal queda à deterioração da qualidade dos serviços devido à elevação dos custos de sua produção (incluindo dos custos urbanos associados ao espraiamento das cidades e os congestionamentos de trânsito), à baixa capacidade de investimento público, como também ao crescimento do uso do transporte motorizado individual (automóveis e motocicletas) e do transporte informal de passageiros por meio de veículos de pequeno porte (kombis, vans e micro-ônibus) (GALINDO; GOMIDE, 2013, p. 31)

A partir dos anos 2000, houve uma acentuação, no país, do uso do transporte individual, em parte, decorrente de uma série de inventivos fiscais concedidos à indústria automobilística como medida de enfrentamento à crise financeira mundial de 2008 (GALINDO; GOMIDE, 2013), em oposição a priorização efetiva do sistema de transporte público urbano, a ponto de estourarem revoltas pelo país, calcadas na contestação à lógica atual que tende a beneficiar sobretudo às empresas privadas ao invés do usuário.

Antes da criação do MPL, houve duas revoltas contra o aumento de passagens: a primeira em Salvador (2003) e a segunda em Florianópolis (2004 e 2005), que foram marcos na luta pelo transporte público a partir dos anos 2000, além de impulsionarem os debates sobre o modelo de transporte público nas grandes cidades. Em Salvador

A Revolta do Buzu foi o nome dado às manifestações que ocorreram entre o fim de agosto e o início de setembro de 2003, promovida, em sua maioria, por estudantes secundaristas de escolas públicas. O motivo para o início das manifestações foi o segundo aumento da tarifa dos ônibus em menos de um ano, passando de 1,10 para 1,30 em janeiro e depois 1,50, em agosto daquele ano. (FREITAS, 2009, p. 99)

Já em Florianópolis

em 2004, um grupo em Florianópolis articulando uma proposta diferente das organizações estudantis oficiais fez expandir um movimento que já havia dado seus primeiros passos em anos anteriores na cidade. O fato é que inspirados nos acontecimentos de Salvador, Florianópolis parou nos anos de 2004 e 2005 com a famosa "Revolta da Catraca" ou "Amanhã vai ser maior". Os protestos pediam a redução das tarifas de ônibus e o Passe Livre para estudantes. (INÁCIO, 2008, p. 64).

Em Salvador, os protestos não obtiveram êxito quanto à redução do preço das passagens, diferente do que ocorreu em Florianópolis. No entanto, nas duas cidades, houve uma participação de estudantes secundaristas que estavam na rua, em grande parte, sem vinculação a entidades estudantis ou a partidos políticos; o que também pode ser observado em junho de 2013 no tocante ao papel secundário que tiveram os partidos políticos e sindicatos, já que, historicamente, no Brasil, os mesmos tendem a convocar as massas para grandes mobilizações.

As manifestações, em Salvador e Florianópolis, apontaram uma tendência que se confirmou em junho de 2013, através do MPL, de uma atuação dos movimentos que se

descolassem de partidos políticos ou sindicatos e a insatisfação de manifestantes com a tentativa dessas instituições de ganharem protagonismo nessas lutas.

Foi o que ocorreu em Salvador, pois, segundo Freitas (2009), havia claramente dois grupos lutando pela redução da tarifa: um, formado por um conjunto de entidades e representações estudantis, e o segundo, por estudantes que sequer tinham vinculação com alguma dessas agremiações como a União Nacional dos Estudantes (UNE), Diretórios Centrais de Estudantes (DCEs) e grêmios escolares; a ponto de haver relatos que indicam que “...muitos admitem, inclusive alguns membros das entidades estudantis, era que estas entidades não faziam parte do cotidiano da maioria daqueles estudantes que estavam nas ruas, por isso recusavam sua interferência nos rumos da manifestação.” (FREITAS, 2009, p. 102-103)

2.4 Movimentos sociais: uma breve conceituação

A discussão teórica sobre movimentos sociais a ser realizada nesse capítulo baseia-se nos estudos de Gohn (1997) e Scherer-Warren (1993), pois ambas estudam e problematizam a categoria de movimentos sociais com foco na realidade brasileira, sem deixar de considerar a produção teórica de fora do Brasil, sobretudo, americana e europeia.

Quanto à conceituação de movimentos sociais é importante ressaltar que essa é não é uma tarefa simples, pois os mesmos ao longo da história e em especial do século XIX em diante assumiram diferentes características. No entanto, a definição adotada neste trabalho é que

Os movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país criando um campo político de força na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciados pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum. Esta identidade é amalgamada pela força do princípio da solidariedade e construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo, em espaços coletivos não-institucionalizados. Os movimentos geram uma série de inovações nas esferas pública (estatal e não-estatal) e privada; participam direta ou indiretamente da luta política de um país, e contribuem para o desenvolvimento e a transformação da sociedade civil e política. Estas contribuições são observadas quando se realizam análises de períodos de média ou longa duração histórica, nos quais se observam os ciclos de protestos delineados. Os movimentos participam portanto da mudança social histórica de um país e o caráter das transformações geradas poderá ser tanto progressista como conservador ou reacionário, dependendo das forças sociopolíticas a que estão articulados, em suas densas redes; e dos projetos políticos que constroem com suas ações. Eles têm como base de suporte entidades e organizações da sociedade civil e política, com agendas de atuação construídas

ao redor de demandas socioeconômicas ou político-culturais que abrangem as problemáticas conflituosas da sociedade onde atuam. (GOHN, 1997, p. 251-252).

Os primeiros estudos sobre movimentos sociais destacaram como os principais atores sociais à frente dessas organizações os operários. Anos depois, houve o surgimento de movimentos que lutavam por direitos civis ou de cunho nacionalista, em especial em países do terceiro mundo. (GOHN, 1997).

Em seguida registra-se o aparecimento dos chamados novos movimentos sociais que lutavam por questões ligadas a identidade e não atrelados necessariamente à questão de classe. As suas principais características, baseados nos estudos de seus principais teóricos como Alain Touraine, Calus Offe, Alberto Melucci, Ernesto Laclau, Chantal Mouffe, dentre outros (GOHN, 1997), seriam

1) Não há clara definição do papel estrutural dos participantes. Há uma tendência para a base social dos NMS transcender a estrutura de classes. 2) As características ideológicas dos NMS apresentam nítido contraste com os movimentos da classe trabalhadora e com a concepção marxista de ideologia, como elemento unificador e totalizador da ação. Os NMS exigem uma pluralidade de idéias e valores e têm tendências e orientações pragmáticas e para a busca de reformas institucionais que ampliem o sistema de participação de seus membros no processo de tomada de decisões. 3) Os NMS envolvem a emergência de novas dimensões da identidade. 4) A relação entre o individual e o coletivo é obscurecida. 5) Os NMS envolvem aspectos pessoais e íntimos da vida humana. 6) Há o uso de táticas radicais de mobilização de ruptura e resistência que diferem fundamentalmente das utilizadas pela classe trabalhadora, como a não-violência, a desobediência civil etc. 7) A organização e a proliferação dos NMS estão relacionadas com a crise de credibilidade dos canais convencionais de participação nas democracias ocidentais. 8) Os NMS organizam-se de forma difusa, segmentada e descentralizada, ao contrário dos partidos de massa tradicionais, centralizados e burocratizados. (GOHN, 1997, p. 127).

No entanto, Scherrer-Warren (1993) dá ênfase para o fato que, a partir da relação dicotômica entre novos movimentos sociais e velhos movimentos sociais, que permeia as discussões teóricas sobre movimentos,

os pesquisadores chamam a atenção para a necessidade de fazer política (clientelismo, paternalismo, autoritarismo populista ou estalinista) nos novos movimentos sociais (NMS), bem como de buscar os novos estilos de fazer política nos sindicatos, partidos e instituições governamentais (SCHERRER-WARREN, 1993, p. 23).

Além disso, “...a teoria dos NMS está incompleta porque os conceitos que a sustentam não estão suficientemente explicitados” (GOHN, 1997, p. 129). Dessa forma, Gohn (1997) e Scherrer-Warren (1993) se opõem a divisão entre novos e velhos movimentos sociais, optando pela análise a partir de categorias que independem da conjuntura no qual os

movimentos se inserem (GOHN, 1997) e na análise de elementos dentro do espectro da ética e da política surgidos nos movimentos, seja os tradicionais ou os mais recentes (SCHERER-WARREN, 1993). Já nos anos 90, há um declínio da atuação dos movimentos e o fortalecimento do papel das ONG's (GOHN, 1997).

Dentre as características que Gohn (1997) aponta como sendo definidores dos movimentos sociais estão as suas demandas e repertórios de ação coletiva, ou seja, a partir de uma carência, material ou não, os movimentos lutam para que seja suprida. Além disso, eles podem ser movidos por uma utopia.

Já a composição do movimento pode estar ligada a "...origem social de seus participantes ou do princípio articulatório que os aglutina" (GOHN, 1997, p. 256). Há ainda o seu lugar de atuação podendo ser ele rural ou urbano ou ainda atuar em um determinado país ou para além de suas fronteiras. (GOHN, 1997).

A força social obtida está ligada ao processo político no qual o movimento está inserido (GOHN, 1997). Já a ideologia de um movimento "...corresponde ao conjunto de crenças, valores e ideias que fundamentam suas reivindicações." (GOHN, 1997, p. 258), sendo ela perceptível através de um somatório que inclui aspectos materiais e simbólicos presentes na atuação do movimento. (GOHN, 1997).

A cultura política é "...um conjunto de práticas sociais, informada pelas ideologias e representações, configuradas pelo projeto do movimento, gera a sua cultura política" (GOHN, 1997, p. 259). Já a sua organização pode ser formal, por exemplo, com estruturação de funções entre os membros ou informal, sem papéis definidos entre os membros (GOHN, 1997).

Da mesma forma, as práticas do movimento podem ser formais, tendendo a ocorrer em movimentos que detêm hierarquia, melhor estruturação, ideologicamente mais rígidos, com a realização de assembleias, congressos, dentre outros e informais, ocorrendo em movimentos menos rígidos estruturalmente e ideologicamente, com invasões, acampamento, dentre outros. (GOHN, 1997).

Há também o projeto sociopolítico ou cultural do movimento, além da sua identidade que "...confere caráter progressista ou conservador aos movimentos" (GOHN, 1997). Os movimentos ainda podem apresentar as seguintes fases, podendo ser ou não sequenciais.

1) Situação da carência ou idéias e conjunto de metas e valores a se atingir, 2) Formulação das demandas por um pequeno número de pessoas (lideranças e assessorias), 3) Aglutinação de pessoas (futuras bases do movimento) em torno das demandas, 4) Transformação das demandas em reivindicações, 5) Organização elementar do movimento, 6) Formulação de estratégias, 7) Práticas coletivas de assembleias, reuniões, atos públicos etc, 8) Encaminhamento das reivindicações, 9) Práticas de difusão (jornais, conferências, representações teatrais etc.) e/ou execução de certos projetos (estabelecimento de uma comunidade religiosa, por exemplo), 10) Negociações com os opositores ou intermediários por meio dos Interlocutores, 11) Consolidação e/ou institucionalização do movimento (GOHN, 1997, p. 266).

Com base nessas características elencadas, é coerente afirmar que o MPL é um movimento social, pois há uma carência que o movimento identifica como sendo o do transporte público acessível a todos e de qualidade. Já a sua composição é baseada na identificação que os militantes têm com a pauta e não necessariamente o pertencimento de todos eles a uma camada ou classe social. Já o seu lugar de atuação é eminentemente urbano.

O aumento das passagens em 2013 que era previsto para ser concedido em janeiro, mas acabou ocorrendo em junho, ajuda a entender a força social obtida pelo movimento, pois “...a partir da análise do processo político mais amplo que o movimento se desenrola” (GOHN, 1997, p. 258) Toledo (2015) entende que o mês de janeiro por ser próximo ao carnaval e começo de ano não propicia uma maior adesão a luta do MPL pela redução das passagens a exemplo do que ocorreu em janeiro de 2015.

Quanto à ideologia do movimento, o acesso a um transporte público gratuito de qualidade, visando, sobretudo, a população de menor poder aquisitivo, a fim de que esta tenha acesso integral à cidade, caracteriza-se como o principal ideário do movimento. A cultura política pode se entendida não só pela luta da tarifa zero, mas também todo o esforço em conseguir mostrar para a população que o atual sistema de transporte é falho e buscar fazer um trabalho de base a fim de demonstrar os propósitos do movimento.

A organização se enquadra como informal, pois o MPL preza pela horizontalidade entre seus membros, sendo as suas práticas consideradas, ao longo da sua história, tanto formais como informais, dependendo do objetivo mais imediato do movimento, já que o MPL se utilizou de ambas na sua atuação.

O projeto sociopolítico do MPL pode ser entendido também, apesar de se considerar como um movimento de pauta única (TOLEDO, 2015), como a possibilidade de abordar a problemática do transporte concomitantemente com a discussão da questão urbana

e suas outras problemáticas tais como moradia ou saúde. Já a identidade do movimento é claramente progressista, com a defesa do transporte público, tendo como característica uma pauta mais à esquerda.

Para Gohn (1997), tendo em vista a sua não concordância com a divisão entre novos e velhos movimentos sociais, os mesmos poderiam se enquadrar em uma das cinco categorias por ela proposta, que, para o MPL, seria a dos *Movimentos sociais construídos a partir de determinados problemas sociais*, pois

Todo coletivo enfrenta dificuldades a serem superadas na sobrevivência cotidiana. Independente da classe social de um indivíduo, ele precisa ter acesso a condições de abrigo, alimentação etc. Várias dessas condições só são possíveis à maioria da população no nível do coletivo. São os chamados equipamentos coletivos de consumo: escola, saúde, transportes, lazer etc. Além das dificuldades a serem superadas, existem bens cuja necessidade não é a de seu consumo, mas justamente o contrário, a de sua preservação ou uso controlado. A defesa de tais bens levou aos movimentos ecológicos, antinucleares, pacifistas etc. (GOHN, 1997, p. 269)

Além disso, Gohn (1997) cita o movimento dos transportes, ao lado de movimentos pela saúde e habitação que buscam “solução ou criação de equipamentos coletivos de consumo” (GOHN, 1997, p. 270) daí a pertinência do MPL se enquadrar nesta categoria.

Mas o que ainda justificaria a luta pelo transporte público, que tem o MPL como um dos seus principais defensores, está ligada com os equipamentos coletivos de consumo citado por Gohn (1997) ? Para entender isso é importante observar que para usuários do transporte público questões como “...desconforto, o longo tempo de percurso, a imprevisibilidade da hora de chegada” (VASCONCELLOS, 2013, p.18) faz com que os mesmo deixem em definitivo de utilizarem ônibus para recorrerem ao automóvel ou motocicleta quando possuem condições para isso (VASCONCELLOS, 2013). Isso se dá, pois

A população brasileira sempre sofreu com as más condições de seus ônibus, com a falta de conforto deles e de suas instalações para a acomodação dos passageiros. O primeiro ônibus mas bem adaptado às condições brasileiras surgiu apenas no final da década de 1970 – o Padron, que ainda circula pelas ruas das cidades. Depois disso, poucos esforços foram feitos para produzir um veículo melhor, geralmente sob o argumento de que os usuários não poderiam pagar a tarifa necessária para cobrir custos de uma modernização. Além disso, o tipo de “operação” em curso com o objetivo de minimizar custos era permitir que se estabelecesse um padrão de superlotação de usuários da periferia no pico da manhã (VASCONCELOS, 2013, p. 16).

A partir disso, infere-se que o sistema de transportes, sobretudo, nos grandes centros urbanos, não atende a população de maneira satisfatória, além de ser socialmente

excludente como já apontado, em que o indivíduo com uma renda mais alta tende a adquirir o seu próprio meio de condução, ficando, dessa forma, a população de menor renda, muitas vezes, dependente unicamente desse sistema como forma de se locomover pela cidade.

Outro ponto a destacar é que a realidade também já citada de superlotação em ônibus que transitam pela periferia vai ao encontro com o discurso do MPL que é a população menos abastada que sofre mais com a precariedade do transporte, que aliado ao valor da tarifa, segundo o movimento, tem dificuldade financeira de acessar a cidade de forma integral.

E é a partir desse problema social, no caso a qualidade do transporte público, que não só afeta grande parte dos usuários nos seus respectivos trajetos, mas também ao implicar em outras problemáticas como o aumento do uso do transporte individual e o impacto financeiro da tarifa para a renda do trabalhador, por exemplo, que fundamentam a luta do MPL pela causa do transporte, além de pensá-lo no sentido que o coletivo seja beneficiado pelo bom funcionamento do sistema.

2.5 Surgimento do MPL (2005)

Na 5ª edição do Fórum Social Mundial (FSM), realizada na cidade de Porto Alegre, em 2005, uma das várias plenárias foi sobre a proposta de se organizar um movimento passe livre que se expandisse pelo país, tendo o evento contado com a presença de delegados oriundos de 29 cidades brasileiras. O encontro originou uma carta de princípios que dentre os seus pontos define o MPL como

um movimento horizontal, autônomo, independente e apartidário, mas não antipartidário. A independência do MPL se faz não somente a partidos mas também a ONGS, instituições religiosas, financeiras etc. [...] O MPL se constitui através de um pacto federativo, isto é, uma aliança em que as partes obrigam-se recíproca e igualmente e na qual os movimentos nas cidades mantêm a sua autonomia diante do movimento em nível federal, ou seja, um pacto no qual é respeitada a autonomia local da organização⁷.

Essas características demonstram uma atuação distanciada da maneira que os movimentos mais tradicionais atuam, pois o fato de o MPL enfatizar o caráter horizontal da sua organização demonstra que, em alguns grupos, não há mais espaço para o surgimento de lideranças que, por carisma ou habilidade política, personificam a luta do movimento.

⁷ CARTA de Princípios do Movimento Passe Livre. **Portal MPL São Paulo**. Disponível em: <<http://saopaulo.mpl.org.br/apresentacao/carta-de-principios>> Acesso em 20 dez. 2014.

No entanto, tal característica é apontada como um problema pelas autoridades, pois a ausência de lideranças tenderia a comprometer alguma tentativa de negociação com a polícia militar durante os atos, a fim de se evitar algum distúrbio ou com os gestores municipais no intuito de se discutir a pauta do movimento. No espectro ideológico, o MPL se vê como

um movimento que se situa em um campo à esquerda da sociedade, na medida em que propõe uma transformação social e uma construção mais igualitária entre as pessoas [...] o movimento não se define como socialista. Dentro do movimento tem pessoas que se identificam com diversas ideologias, mas é um movimento que busca uma transformação radical da sociedade. (OLIVEIRA, 2013).

O MPL de São Paulo já havia convocado manifestações em anos anteriores contra reajustes na tarifa de ônibus, propostos pela administração municipal. Em novembro de 2006⁸, no governo de Gilberto Kassab, o valor do preço das passagens de ônibus e metrô, sendo este meio de transporte último de responsabilidade do governo do Estado, subiram de R\$ 2,00 para R\$ 2,30.

O movimento organizou passeatas, que também contaram com a presença de militantes de partidos de esquerda, onde também houve confronto entre policiais e alguns manifestantes que acabaram feridos. Além disso, houve atos de hostilidade contra o próprio prefeito e o secretário municipal de transportes em locais públicos, no entanto, não houve redução da tarifa.

Em janeiro de 2010⁹, a tarifa sofre um reajuste, passando de R\$ 2,30 para 2,70, e, novamente, o MPL convoca duas manifestações contra o aumento. Nessa ocasião, surgiu um blog¹⁰ que serviu como uma espécie de diário das ações organizadas na cidade contra o aumento, além de informar os internautas sobre novas mobilizações, apesar de o aumento não ter sido revogado. A página virtual era um meio de divulgação do chamado Rede Contra o Aumento da Tarifa que foi uma espécie de coletivo que reunia grupos contrários ao aumento, dentre eles o MPL.

Também houve uma audiência pública na Assembleia Legislativa de São Paulo, com a presença de representantes do MPL, do ex-secretário Lucio Gregori e do Deputado Estadual Carlos Giannazi (PSOL). Contudo, embora convidados, os na época, secretário

⁸ Luta contra o aumento de 2006. **Portal MPL São Paulo**. Disponível em: <<http://saopaulo.mpl.org.br/historico/luta-contr-o-aumento-de-2006/>> Acesso em: 17 abr. 2015.

⁹ Luta contra o aumento de 2010. **Portal MPL São Paulo**. Disponível em: <<http://saopaulo.mpl.org.br/historico/luta-contr-o-aumento-de-2010/>> Acesso em: 17 abri. 2015.

¹⁰ **Blog Rede Contra o Aumento da Tarifa**. Disponível em: <<https://barraroaumento.wordpress.com/>> Acesso em 27 jan 2015.

municipal de transporte e secretário estadual de transportes metropolitanos não compareceram e nem enviaram representantes.

Um ano depois¹¹, um novo reajuste eleva de R\$ 2,70 para R\$ 3,00 o valor da tarifa dos ônibus na capital paulista. No tocante à atuação do MPL, as manifestações convocadas contra o aumento tiveram muito mais força do que em anos anteriores, pois não apenas o movimento conquistou outra audiência com representantes do poder público, dessa vez na Câmara Municipal e com a presença do então Secretário de Transportes, Marcelo Branco; mas, também, pelo fato de os protestos terem se estendido por mais dias em comparação aos anos anteriores e também pelas manifestações terem ganhado o apoio, por exemplo, de representantes do meio acadêmico que, por meio de uma nota pública¹², repudiaram o reajuste e a repressão promovida pela Polícia Militar (PM) aos atos.

Dois aspectos chamam a atenção, quando se analisa os protestos ocorridos em anos anteriores: no primeiro, há uma clara evolução da atuação do MPL com o crescimento do número de atos públicos e com a realização de audiências públicas; o outro aspecto é que o movimento vai ganhando apoio de setores da sociedade, como exemplifica a já citada nota pública que também denuncia a atuação repressiva da PM.

Dessa forma, fica claro que o MPL, ao convocar as primeiras manifestações em junho de 2013, tem mais força para não apenas se posicionar contra o aumento e cobrar a revogação do reajuste, mas, também, em fazer avançar o debate da tarifa zero pelo fato de, na própria cidade, a prefeitura já ter tentado implantá-la em anos anteriores e por se firmar como um movimento que discute a passagem no âmbito de um sistema de transporte que deva estar sob o controle público, já que

Com a criação do MPL, a pauta dos transportes voltava a ter atenção da esquerda. A mobilidade havia passado anos escanteada, desde que o vale-transporte se tornara um direito dos trabalhadores a partir de uma lei aprovada em 1985. A Constituição de 1988 estabeleceu nove direitos sociais, entre eles a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, e a segurança. Fruto de lutas sociais e pressões internacionais, a moradia entrou na lista em 2000. O transporte nunca mereceu esse espaço. (LOCATTELLI, p. 10, 2013).

¹¹ Luta contra o aumento de 2011. Portal MPL São Paulo. Disponível em: <<http://saopaulo.mpl.org.br/historico/790-2/>> Acesso em 17 abr. 2015.

¹² MANIFESTO de Intelectuais e Artistas contra o aumento das passagens dos ônibus em SP. **Portal Brasil de Fato**. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/5781>> Acesso em 10 set 2014.

No entanto, em 2011, a deputada federal Luiza Erundina apresentou, no Congresso Nacional, a PEC nº 90/2011, que visa à alteração do artigo 6º da Constituição, a fim de incluir o transporte como direito social, sendo aprovada e promulgada em 2015¹³.

2.6 Revoltas de Junho de 2013.

Há uma série de explicações sobre o que de fato significou as chamadas jornadas, revoltas, protestos ou manifestações de junho de 2013. Há quem defenda a tese de que os gastos com obras de infraestrutura para a Copa do Mundo de 2014, bancados, em grande parte, pelo governo federal, estadual e pelas prefeituras das cidades-sede dos jogos, concomitante com a realização da Copa das Confederações, em junho de 2013, desencadeou a onda de protestos.

Outros enxergam a repressão policial aos protestos contra o aumento das passagens do transporte público, no município de São Paulo, como o fator gerador de um sentimento de indignação que levou milhares de brasileiros às ruas de várias cidades do país. No entanto, o que esse momento da recente história política brasileira revela é que

as revoltas de junho encerram um período recente da história do país, que a gente chama de redemocratização, e abrem um novo período. Encerram o fato de que as instituições democráticas foram criadas e estão estabelecidas. Agora começa uma outra discussão: como nós queremos que elas funcionem? Qual o sentido delas? Como nós fazemos para aprofundar essa democracia? Por que a democracia que nós temos é muito pouco democrática. Então como fazer para que a nossa democracia se torne mais democrática. As revoltas de junho iniciam esse período de democratização, não só do sistema político brasileiro, mas da sociedade brasileira. Democracia entendida nesse sentido amplo. (NOBRE, 2014)

No entanto, é importante perceber que os atos de junho de 2013 também acontecem em um contexto global de mobilizações em vários países, seja pela luta contra a desigualdade econômica, a exemplo do Occupy Wall Street na cidade Nova York, em 2011, onde os manifestantes protestavam contra a concentração de renda, no país, através dos dizeres: “Nós somos os 99%”; ou, na chamada Primavera Árabe, em que manifestantes de países do Oriente Médio foram às ruas contra ditaduras que existiam há décadas e exigiram a saída do poder dos chefes de Estado dessas nações que governavam a base de sistema repressivo e de supressão das liberdades democráticas, como no Egito, Tunísia e Iêmen. Embora existam diferenças econômicas, culturais e políticas, o ponto em comum nessas revoltas é

¹³ MELO, Karine. Congresso promulga emenda que inclui transporte na lista de direitos sociais. **Portal Agência Brasil**. 15 set. 2015. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2015-09/congresso-promulga-emenda-que-inclui-transportes-na-lista-de-direitos>> Acesso em 5 dez. 2015.

O sentimento de empoderamento. Um sentimento que nasceu da indignação contra os governos e classe política ou ditatorial, ou, em sua opinião, pseudodemocrática. Indignação provocada pela raiva, ante a cumplicidade que percebiam entre a elite financeira e a elite política, e que explodiu pela reação emocional que causou algum acontecimento insuportável. E foi possível pela superação do medo mediante a união criada nas redes do ciberespaço e nas comunidades do espaço urbano. (CASTELLS, 2012, p. 38, tradução nossa)

No entanto, é interessante perceber inicialmente em que contexto político e social vivia o Brasil pré-junho de 2013. Na seara da política, 2013, marcou os dez anos que o PT chegou a Presidência da República, onde, depois de oito anos sob o comando de Lula, Dilma Rousseff, que fora ministra de Estado do governo anterior, exercia o mandato conquistado em 2010.

Uma pesquisa do Datafolha realizada em março de 2013¹⁴, portanto três meses antes do início das manifestações de junho, registrava que Dilma alcançara até aquele momento 65% de bom e ótimo de aprovação, o mais alto índice desde que a petista assumiu em 2011, o que se alterou em duas pesquisas realizadas pelo mesmo instituto, em junho, após o início das manifestações caindo para 57%¹⁵ e depois para 30%¹⁶.

É notório que foi nos governos petistas que a sociedade brasileira viu uma ação maciça do Estado na promoção de políticas sociais que alteraram o perfil socioeconômico de grande parte da população mais pobre do país, em especial com a ampliação dos programas de transferência de renda, antes dispersos, e depois agrupados no chamado Bolsa Família.

Além disso, outros programas como o Minha Casa Minha Vida, dedicado à construção de unidades habitacionais a famílias de baixa renda, e o Programa Universidade Para Todos (PROUNI), voltado a concessão de bolsa de estudos a alunos em instituições privadas de ensino superior, visavam, sobretudo a atender a camada mais carente da população.

No entanto, a melhoria da qualidade dos serviços públicos de saúde, educação e segurança, só para citar três áreas bastante sensíveis, às quais o poder público atua, seja nos níveis municipal, estadual ou federal, ainda deixa a desejar, conforme se observou em determinado período da realização dos protestos em que essas pautas foram as ruas,

¹⁴ MENDONÇA, Ricardo. Otimismo com a economia explica aprovação de Dilma. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 24 mar. 2013. Poder, p. A4.

¹⁵ _____. Aprovação de Dilma cai pela primeira vez desde a posse. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 09 jun. 2013. Poder, p. A2.

¹⁶ _____. Popularidade de Dilma cai 27 pontos após protestos. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 29 jun. 2013. Poder, p. A4.

sobretudo com críticas aos gastos relativos à Copa do Mundo no país, em detrimento de maiores investimentos nessas áreas.

O ano de 2013 foi, também, o primeiro ano do mandato de prefeitos eleitos ou reeleitos no pleito municipal de outubro do ano anterior. Diante disso, vale a pena ressaltar que muito se discute quanto à capacidade de as cidades brasileira têm de garantir o custeio da máquina pública e ainda de promover investimentos, pelo fato, sobretudo, de grande parte dos impostos arrecadados no Brasil irem direto para os cofres da União.

Daí a necessidade de os municípios recorrerem ao Governo Federal a fim de firmar parcerias que possibilitem investimentos em obras nas cidades. E é justamente a União, que tem uma capacidade maior em promover alterações tributárias, que realizou uma série de desonerações de impostos desde 2008 como resultado da crise econômica daquele ano que acabou tendo um impacto no caixa dos municípios.

Uma pesquisa realizada pela Confederação Nacional dos Municípios¹⁷ (CNM) revelou que houve um impacto sensível nos recursos que a União destina para o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) em decorrência da diminuição da arrecadação após as desonerações de impostos, o que leva a inferir que com menos recursos no caixa os municípios têm mais dificuldade na realização de investimentos em áreas essenciais, dentre elas o transporte público e a mobilidade urbana.

No âmbito do Poder Legislativo, 2013, iniciava-se com a eleição para a presidência da Câmara e do Senado, por meio do controverso voto secreto, em que o PMDB, conseguiu por mais um biênio se manter no comando das duas casas.

No entanto, a disputa pela presidência do Senado, que envolvia a reeleição do então presidente, senador Renan Calheiros, que já havia renunciado ao posto em meio ao processo de cassação do mandato, em 2007 e no qual foi absolvido por duas vezes no plenário, provocou uma série de manifestações pelo país contra a sua candidatura¹⁸.

Quanto à ampliação dos direitos sociais, 2013 pré-manifestações de junho, proporcionou dois grandes avanços. O primeiro foi a aprovação pelo Congresso da chamada “PEC das Domésticas” que permite a trabalhadoras domésticas e babás usufruírem de uma

¹⁷ DESONERAÇÃO do IPI soma R\$ 164 milhões até março de 2012. **Portal CNM**. Disponível em: <http://portal.cnm.org.br/v4/v11/area_tecnica/receita.asp?iIdNoticia=227210> Acesso em 5 mar. 2015.

¹⁸ ÁLVARES, Débora; MADUEÑO, Denise. Renan Calheiros enfrenta protestos antes de subir do Congresso. **Portal Estadão**. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,renan-calheiros-enfrenta-protesto-antes-de-subir-rampa-do-congresso,992951>> Acesso em 5 mar. 2015

série de direitos trabalhistas já garantidos a outros trabalhadores como horas extras, jornada de 8 horas diárias e 44 horas semanais, além de descanso semanal remunerado.

Já o segundo foi a decisão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que, dois anos após o STF ter reconhecido legalmente a união estável de casais homossexuais¹⁹, aprovou uma resolução que proíbe que os cartórios de todo o país se neguem realizar o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo²⁰.

No âmbito da economia, o governo Dilma, durante boa parte do seu primeiro mandato, antes de junho de 2013, adotou uma série de medidas na economia que ficaram conhecidas como nova matriz econômica, como redução de juros, atuação intensiva do BNDES na concessão de empréstimos a empresas, reforma do setor elétrico, desvalorização do real, dentre outras medidas tomadas como estímulo a economia. (SINGER, 2015).

O fato é que as manifestações se iniciaram na cidade de São Paulo, convocadas pelo MPL, em razão de mais um novo aumento de passagens de ônibus, trens e metrô, após dois anos, autorizados pela prefeitura e pelo governo do Estado por meio de um reajuste de R\$ 0,20, tendo a tarifa atingindo o patamar de R\$ 3,20.

Segundo Singer, A. (2013), esse período pode ser dividido em três fases, sendo a primeira correspondente aos protestos realizados na cidade de São Paulo e convocados pelo MPL, entre os dias 6 e 13 de junho, em que a lógica dessas manifestações era a revogação do aumento de R\$ 0,20, sendo as redes sociais o principal meio de convocação dos protestos.

No dia 6, uma quinta feira, houve o primeiro protesto convocado pelo MPL contra o aumento da tarifa em que algumas vias foram bloqueadas e estações do metrô foram fechadas e “...Apostando na estratégia clássica do Passe Livre, a manifestação passa rapidamente pelo prédio da prefeitura em direção ao Vale Anhagabaú e dali à Avenida 23 de maio, uma das principais vias expressas da cidade.” (JUDENSNAIDER *et al.*, 2013)

Judensnaider *et al.* (2013, p. 31) salienta ainda que “...Após horas de repressão policial, o saldo do primeiro grande ato contra o aumento da tarifa é de 15 manifestantes detidos e pelo menos 8 feridos.”

¹⁹ SANTOS, Débora. Supremo reconhece união estável de homossexuais. **Portal G1**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2011/05/supremo-reconhece-uniao-estavel-de-homossexuais.html>> Acesso em 5 mar. 2015.

²⁰ OLIVEIRA, Mariana. Decisão do CNJ obriga cartórios a fazer casamento homossexual. **Portal G1**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/05/apos-uniao-estavel-gay-podera-casar-em-cartorio-decide-cnj.html>> Acesso em 5 mar. 2015.

No dia 7, sexta-feira, houve o segundo protesto convocado pelo MPL em que, novamente, houve a interdição de vias, confronto entre polícia e manifestantes, além de o comércio, em torno dos locais onde ocorriam os atos, encerrar as suas atividades mais cedo.

Dessa vez, o governador Geraldo Alckmin se pronunciou, classificando o ocorrido como “vandalismo” e que se a PM tivesse cometido excessos que a instituição apurasse, mas que a atuação do aparato militar se fizera necessária. Já a prefeitura, através, do secretário de relações institucionais, Antônio Donato, criticou a ação da PM e afirmou que o prefeito não pediu a PM que reprimisse a manifestação²¹. Cabe ressaltar que, no mesmo dia,

pela primeira vez, a prefeitura tenta contactar o movimento. Um assessor do movimento convida um militante do MPL para uma “conversa franca de cidadão para cidadã”, para avaliar a situação e discutir as políticas de transporte da gestão. O MPL se nega a participar do encontro informal, afirmando querer uma interlocução não entre cidadãos, mas entre movimento social e governo municipal. O movimento também exige que a reunião tenha como pauta única a revogação do aumento da tarifa. O diálogo, no entanto, não avança. (JUDENSNAIDER *et al.*, 2013, p. 36)

Essa postura do MPL revela que, mesmo diante de uma provável aceno de diálogo com o poder público, o movimento manteve seus princípios de não individualizar a discussão entre um único representante e a prefeitura, além da defesa da redução da tarifa como pauta mais imediata. Já o governador Alckmin afirmou que protestos que inviabilizassem o trânsito em São Paulo eram de responsabilidade da polícia.

Ainda no dia 10, a ONG Artigo 19, defensora de direitos fundamentais como a liberdade de expressão, publica nota de repúdio²² a repressão policial nos protestos dos dias 6 e 7. Além disso, o Ministério Público de São Paulo afirmara, em nota, a abertura de inquérito para apurar a conduta do Promotor de Justiça, Rogério Leão Zagallo, que dentre comentários pessoais seus no Facebook propunha a morte dos manifestantes que participavam dos atos desde então. (JUDENSNAIDER *et al.*, 2013)

No dia 11, terça-feira, ocorre o terceiro protesto convocado pelo MPL, localizado na região central da cidade de São Paulo, onde “...mesmo sob forte chuva e enfrentando diversos bloqueios policiais que impedem o trajeto, 15 mil pessoas seguem até o Terminal

²¹ HADDAD silencia; Alckmin diz que manifestação é ‘vandalismo’. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 08 jun. 2013. Cotidiano, p. C2.

²² ARTIGO 19 se posiciona sobre protestos pela redução da tarifa de ônibus. **Fan Page Facebook Artigo 19**. Disponível em: <<https://www.facebook.com/artigo19brasil/posts/187770251382099>> Acesso 3 dez. 2015.

Parque Dom Pedro [...] onde sofrem dura repressão policial.” (JUDENSNAIDER *et al.*, 2013, p.62)

Foram mais de seis horas de protestos com 20 pessoas presas e um dos primeiros registros de jornalistas presos, Pedro Ribeiro Nogueira, do Portal Aprendiz (JUDENSNAIDER *et al.*, 2013), o qual também sofreu agressões por parte da polícia²³. Em relação a esse ato, não houve pronunciamento do prefeito ou do governador, que se encontravam no exterior.

Além disso, houve a prisão de um repórter da *Folha*, Leandro Machado, e de um fotógrafo do portal UOL, Leandro Moraes, sob a alegação de prejudicarem o trabalho dos policiais.²⁴

No dia 12, em Paris, em declarações à imprensa, o governador Geraldo Alckmin voltou a condenar os atos de “depredação” e disse que a polícia iria cobrar dos responsáveis o prejuízo causado ao patrimônio público ou privado. O prefeito Haddad, por sua vez, destacou a ocorrência de atos de “depredação”, quando as manifestações já se encaminhavam para o fim²⁵.

Já a PM prometia ser mais rigorosa nos protestos em relação a qualquer tentativa de “depredação”. Os manifestantes do MPL, no entanto, se defenderam dizendo que os confrontos são resultados da ação violenta da PM, tendo como consequência o conflito físico entre as duas partes.

Nesse dia, ainda, o Ministério Público de São Paulo, em reunião com membros do MPL e dos governos estadual e municipal, propôs levar uma proposta ao governador e ao prefeito de suspensão do reajuste por 45 dias, concomitante com o fim da convocação de novos atos por parte do MPL durante esse período.

Isso demonstra que, mesmo após de já ter ocorrido uma série de atos, o governo estadual e a prefeitura demoraram em estabelecer canais de negociação com o movimento, a ponto de uma outra instituição, no caso o Ministério Público, buscar intermediar um acordo entre as partes, o que foi aceito pelo MPL, mas não pelo poder público.

²³ Vídeo mostra agressão a jornalista do Aprendiz. **Portal Aprendiz**. Disponível em: <<http://portal.aprendiz.uol.com.br/arquivo/2013/06/12/video-mostra-jornalista-do-portal-aprendiz-sendo-agredido-ao-ser-presos-em-manifestacao/>> Acesso em 5 nov 2015.

²⁴ REPORTER da Folha é detido em protesto na av. Paulista, em SP. **Portal Folha**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1293654-reporter-da-folha-e-detido-durante-protesto-na-av-paulista-em-sp.shtml>> 5 nov 2015.

²⁵ BERGAMIM JR., Giba *et al.* Alckmin quer cobrar prejuízos de ‘vândalos’. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 13 jun. 2013. Cotidiano, p. C2.

No dia 13, há o quarto protesto convocado pelo MPL em que se registrou um evidente aumento da repressão policial que deixou como saldo manifestantes, jornalistas e pessoas, que nem participavam deste ato, feridas. Em um dos momentos da atuação da tropa de choque, por exemplo, os manifestantes foram vítimas de disparo de armamento, sem, ao menos, terem iniciado alguma provocação. Isso decorre sobretudo pelo fato de

O soldado da polícia é treinado dentro do espírito militar e com métodos militares. Ele é preparado para combater e destruir inimigos e não para proteger cidadãos. Ele é aquartelado, responde a seus superiores hierárquicos, não convive com os cidadãos que deve proteger, não os conhece, não se vê como garantidor de seus direitos. (CARVALHO, 2002, p. 203)

Já em relação ao discurso das autoridades, o prefeito Haddad reconheceu a atuação desproporcional da PM e o governador Alckmin não se manifestou sobre esse ato, mas repetiu à imprensa que o Estado não toleraria “vandalismo”²⁶.

Nesse dia, ainda, registrou-se o maior número de vítimas entre jornalistas que cobriam os protestos. Houve a prisão de um jornalista da revista Carta Capital e sete repórteres da *Folha* foram feridos, sendo o caso mais emblemático o da jornalista Giuliana Vallone atingida com uma bala de borracha no olho, que relata:

Quando a gente estava subindo a Augusta, a gente deu de cara com o Choque e eu fiquei parada, estava com o crachá da Folha pendurado no pescoço, sem o celular, porque o meu celular tinha acabado a bateria e sem falar uma palavra para qualquer um deles. Foi quando um desses policiais do Choque veio um pouco mais para frente de onde estavam as pessoas com escudo e ele apontou a arma para mim. Aquilo tinha acontecido algumas vezes naquele dia, então eu não imaginei que ia atirar em mim. Mas ele disparou. Eu vi ele mirando em mim. Mas eu jamais achei que ele fosse atirar, porque já tinham mirado em mim outras vezes naquela noite. Ninguém tinha atirado. Eu estava fazendo o meu trabalho e eu sou mulher, enfim. Você não imagina que um cara fardado com uma arma vai atirar na sua cara. (VALLONE *apud* JUNHO – O MÊS QUE ABALOU O BRASIL, 2014).

A posição da Secretaria de Segurança Pública, por meio de declarações do secretário Fernando Grella, era de repúdio aos incidentes contra os jornalistas e que os casos seriam apurados e que haveria punição aos agentes de segurança, se fosse comprovada intenção dos mesmos em prejudicar o trabalho dos profissionais de imprensa²⁷. Na verdade, como já foi abordado, os excessos cometidos pela PM se deram contra pessoas que ocupavam diferentes posições nos protestos ou que nem participavam deles.

²⁶ HADDAD diz que violência da PM marcou ato. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 14 jun. 2013. Cotidiano, p. C2.

²⁷ JORNALISTAS são feridos por disparos de policiais militares. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 14 jun. 2013. Cotidiano, p. C2.

Além disso, “...Diante dos inúmeros relatos e vídeos que evidenciam a forte repressão policial ocorrida nessa noite, as declarações feitas nas redes sociais começam a deslocar o eixo temático da manifestação da questão da tarifa para o direito de se manifestar.” (JUDENSNAIDER *et al.*, 2013).

Isso, na verdade, revela como a internet, em especial as redes sociais foram relevantes não apenas como espaço de divulgação das manifestações futuras, mas também como meio capaz de ecoar denúncias a respeito de repressão policial e cerceamento da liberdade de expressão, presente inclusive nos meios midiáticos.

No dia 14, ficou claro o distanciamento de posições entre o governo estadual e o municipal, juntamente com a União, sobre os protestos. O governador classificou o MPL como um movimento político e que exerce a “violência”, associando os episódios de “depredação” e “violência” diretamente aos integrantes do movimento e não a grupos isolados.

Afirmou, ainda, que a polícia de São Paulo é a melhor do Brasil, que é preparada e sabe trabalhar e que, na hipótese de terem sido cometidos excessos, eles seriam investigados e punidos²⁸. Já o Ministro da Justiça, José Eduardo Cardoso, condenou a atuação da PM juntamente com o prefeito Haddad, que anunciou que convidaria o MPL para uma reunião no Conselho da Cidade, órgão consultivo da prefeitura²⁹.

A segunda etapa das manifestações ocorreu entre os dias 17 e 20 de junho. É a partir do dia 17, também, que as manifestações, em grande parte convocadas por redes sociais, se espalham por várias partes do país, em especial, nas capitais, atingindo, ao todo, um número de mais de 200 mil manifestantes, que passaram a protestar não apenas contra o transporte público, mas, também, contra os gastos com a Copa do Mundo, corrupção, cura gay³⁰ e PEC 37³¹.

²⁸ FERREIRA, Flávio; DANIELA, Lima; SADI, Andréia. Alckmin defende PM, e ministro de Dilma ataca ‘violência extrema’. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 15 jun. 2013. Cotidiano, p. C2.

²⁹ COLON, Leandro. É necessário ter preparo para não reagir, diz Haddad. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 15 jun. 2013. Cotidiano, p. C2.

³⁰ O PDL nº 234/2011 previa suspender dois artigos da resolução do Conselho Federal de Psicologia nº 1/1999 que estabelece normas quanto ao tema da orientação sexual. Disponível em: <

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=1EC8E16D693651B8A997AFC46489C64C.node2?codteor=881210&filename=PDC+234/2011 > Acesso em: 11 nov. 2014

³¹ As críticas ao projeto se devia ao fato de que o texto visaria limitar o poder de investigação do Ministério Público. Disponível em: <

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=969478&filename=PEC+37/201 > Acesso em 13 nov. 2014.

Novamente a internet, por meio, sobretudo, das redes sociais, se configurou também como um ambiente importante na cobertura diferenciada das manifestações, por exemplo, com a atuação do coletivo de jornalismo alternativo Mídia Ninja, sendo que a internet e as redes sociais ainda

De um lado, tiraram da mídia tradicional o monopólio da formação da opinião e da vocalização de insatisfações. Não por acaso, a mídia tradicional foi atacada em muitas palavras de ordem e protestos. E, de outro lado, criaram seus próprios canais de enfrentamento do sistema, levando a revolta para as ruas. (NOBRE, 2013, p.10)

No entanto, para o MPL, a internet não foi um fator determinante na sua atuação em junho de 2013, embora reconheça a visibilidade que as páginas do movimento na web tiveram naquele momento, pois

Se não tivesse internet ainda ia ter Junho, se não tivesse o evento no Facebook para convidar os amigos, iriam mandar mensagens de celular pra eles, ou ia chegar no trabalho e falar pra eles, se não tivesse Tumblr pra mostrar as fotinhos, você ia chegar lá, arregaçar a calça da perna e mostrar a porra da bala de borracha, ou você ia chegar no trabalho e o cara ia ver sua cara, o jeito que ela tava. É isso, tem sua importância, mas tem seus limites e contextualizar isso, abre um caminho pra uma coisa muito complicada, como se não fosse uma questão das pessoas lutando, como se as mídias fossem os instrumentos mobilizatórios, não é isso, tá longe disso. (LUCCA *apud* SANTO, 2014, p. 114).

Além disso, as figuras de governantes foram alvos dos protestos como o governador Alckmin, o prefeito Haddad, o governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, e a presidente Dilma Rousseff, o que se confirmou posteriormente quando pesquisas de opinião feita dias depois pelo instituto DATAFOLHA revelaram a perda de popularidade desses mandatários³².

Houve tentativas de ocupação de diversos prédios públicos pelo país que simbolizaram não apenas a repulsa aos políticos em geral, mas também uma forma de os manifestantes externarem o quanto o sistema político deixa a desejar e como ele está distanciado da população e com pouca ou nenhuma abertura para uma maior participação democrática, representada também pela frase “não me representa” entoada por milhares de pessoas que foram às ruas.

No dia 18, antes da sexta manifestação pela revogação do reajuste em São Paulo, houve a reunião do Conselho da Cidade em, que diante de representantes do MPL, o prefeito Haddad, pela primeira vez, abordou a possibilidade de suspensão do reajuste. Contudo, sem

³² MENDONÇA, Ricardo. Após protestos, aprovação de Alckmin e Haddad cai. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 01 jul. 2013. Poder, p. A4.

deixar de ressaltar que a iniciativa traria como consequência um custo financeiro às contas do município, por causa dos subsídios que a prefeitura destinaria para o transporte público, em detrimento de outras áreas. (JUDENSNAIDER *et al.*, 2013)

No dia 19, quarta-feira, em um pronunciamento conjunto o governador Alckmin e o prefeito Haddad anunciam a redução das tarifas de R\$ 3,20 para R\$ 3,00 após 13 dias de protestos, sem deixar de ressaltar que a medida implicaria na diminuição de investimentos³³..

O MPL comemorou a medida e ressaltou que, após essa vitória, a pauta da implantação da tarifa zero seria a principal bandeira do movimento daquele momento em diante. Mesmo com a diminuição das tarifas o movimento manteve o sétimo protesto já agendado para o dia 20, em São Paulo.

Nesse protesto, registrou-se também atos de hostilidade contra militantes de partidos de esquerda com a proibição, por exemplo, do uso de bandeiras na passeata. É nesse dia, também, que, em todo o país, se registrou o maior número de participantes, estimado em mais de 1 milhão.

A partir do dia 21, inicia-se a última etapa das manifestações que corresponde com um declínio da intensidade dos protestos, além de uma atuação mais efetiva do governo federal, propondo medidas que geraram forte repercussão no país.

No dia 21, a presidente Dilma Rousseff fez um pronunciamento exibido em emissoras de rádio e televisão de sinal aberto do país na qual considera legítimas as manifestações, mas que as atitudes de “vandalismo” e “depredação”, praticadas por uma minoria “violenta”, seriam coibidas para a manutenção da ordem. Ainda afirmou que queria o diálogo e que se reuniria com os líderes das manifestações³⁴.

No entanto, a presidente defendeu os gastos com os estádios para a Copa do Mundo, explicando que o dinheiro empregado é fruto de financiamento que será pago pela iniciativa privada e pelos governos estaduais.

Além disso, ela destacou que o governo formularia um plano nacional de mobilidade urbana, apoiaria a destinação integral dos recursos dos royalties do petróleo para

³³ BEDINELLI, Talita *et al.* Milhares nas ruas obrigam Alckmin e Haddad a recuar. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 20 jun. 2013. Cotidiano, p. C2.

³⁴ CRUZ, Valdo; NALON, Tai; SADI, Andréia. Dilma condena ‘minorias autoritárias e violentas’ e diz que vai ‘manter a ordem’. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 22 jun. 2013. Cotidiano, p. C2.

a educação e a contratação de médicos estrangeiros para atuarem no SUS, que, posteriormente, veio a ser conhecido como programa Mais Médicos. Já o MPL divulgou nota, repudiando os atos de hostilidade contra militantes de partidos na manifestação do dia 19.

No dia 24, a presidente, como uma forma de responder também à crítica de manifestantes de corrupção generalizada no país, propõe a realização de um plebiscito a fim de convocar uma Assembleia Nacional Constituinte que se encarregaria de elaborar mudanças na legislação eleitoral do país que poderia ser realizado em 7 de setembro ou 15 de novembro de 2013³⁵.

Esse anúncio se deu em uma reunião convocada com governadores e prefeitos de capitais, onde a chefe do executivo lançou cinco pactos como tentativa de responder os anseios das ruas que, além de reforma política, visava a um compromisso de municípios, estados e da União em manter a responsabilidade fiscal, a fim de controlar o processo inflacionário. Além disso, propôs investimentos na área de saúde, educação, e transporte.

No mesmo dia, a presidente, conforme havia dito no pronunciamento do dia 21, se reuniu com membros do movimento MPL, sendo quatro de São Paulo e dois do Distrito Federal, tendo participado, também, o então ministro das cidades Agnaldo Ribeiro. No entanto, o governo não anunciou nenhuma proposta no encontro, mas que estaria se reunindo futuramente com o movimento.

No dia 25, a presidente Dilma recua da proposta de constituinte, que gerou controvérsias quanto a sua juridicidade, mas mantendo o plebiscito que serviria para a população já decidir sobre pontos do sistema eleitoral e o resultado sendo a base de alterações na legislação a ser feita pelo Congresso Nacional³⁶.

Além disso, o Congresso rejeitou a proposta da PEC 37³⁷ e aprovou a destinação de 75% dos royalties do petróleo para a educação e 25% para a saúde, alterando a proposta original do executivo que previa a integralidade dos recursos para a área educacional³⁸.

³⁵ COSTA, Breno *et al.* Tática do governo é pressionar o Congresso. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 25 jun. 2013. Poder, p. A2.

³⁶ DILMA desiste de constituinte e vai negociar com o Congresso. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 26 jun. 2013. Poder, p. A2.

³⁷ FALCÃO, Márcio; GUERREIRO, Gabriela; MELLO, Fernando. Sob pressão, Congresso derruba projeto que limitava Procuradoria. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 26 jun. 2013. Poder, p. A6.

³⁸ _____; FOREQUE, Flávia. Câmara decide que petróleo financiará educação e saúde. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 26 jun. 2013. Poder, p. A6.

Nesse período, o Congresso iniciou uma chamada agenda positiva em que uma série de projetos de interesse público tiveram sua tramitação acelerada como resposta das duas casas legislativas ao clima político no país, a exemplo da já citada proposta do passe livre estudantil, o projeto que torna a corrupção crime hediondo, a extensão da lei da ficha limpa para o ingresso no serviço público, e PEC do voto aberto que acabava com o sigilo nas votações de cassação de mandatos de deputados federais e senadores e em vetos presidenciais, que foi aprovada e está em vigor.

No entanto, nem todos esses projetos tiveram votação concluída naquele ano o que leva a supor que, à medida que as manifestações foram diminuindo, com a consequente diminuição da cobertura midiática, os parlamentares voltaram a seu ritmo normal de votações e não mais apreciando com tamanha celeridade projetos que, durante anos, esperavam por deliberação.

Em relação ao plebiscito, a justiça eleitoral afirmou que não haveria tempo suficiente para organizar o processo ainda em 2013. Além disso, o Congresso se opunha à ideia de plebiscito e se articulou, para encaminhar um referendo. Foi criada uma comissão especial na Câmara dos Deputados sobre a reforma política, contudo, não foi aprovada nenhuma alteração na legislação eleitoral até o fim de 2013.

Para o MPL, junho de 2013 representa a consolidação do movimento no tocante à visibilidade, além da necessidade de se explicar cada vez mais em relação a suas pautas e o que o grupo não defende, pois

Mas do que tudo deu muita visibilidade para o movimento. A visibilidade dele ultrapassou de alguma forma os circuitos mais de esquerda ou a população que lê jornal mais cotidianamente. Porque convenhamos que é muito diferente aparecer uma notícia na Folha, no Cotidiano, sobre um protesto desse movimento do que aparecer no Fantástico ou no Jornal Nacional. Em termos de visibilidade isso realmente mudou muito. Ao mesmo tempo nos trouxe muitos problemas. A gente teve que se explicar mais, tentar explicar, a todo o momento, que a gente era sim um movimento que lutava pelo transporte. Que a gente não ia mudar de pauta, não ia liderar uma grande mudança, não ia liderar nenhuma outra luta que não fosse o transporte. Sempre se esforçou para deixar isso muito claro. A gente teve que começar a dizer coisas que a gente nunca tínhamos dito, como o MPL ser um movimento social de esquerda e que luta pela inclusão da população mais pobre. Chegou um momento que o acesso de informação, e uma informação de não muita qualidade, esforçada em contar o histórico do movimento, em contar o que o movimento defende de fato fez com que várias pessoas conhecessem o MPL mas, ao mesmo tempo, poucas soubessem o que era o MPL. Então a gente teve que ir a público muito mais para dizer coisas que antes de 2013 a gente não tinha dito. Mas eu diria que a consolidação do movimento ela é mais em termos de visibilidade. A gente já tinha construído mais ou menos um nome enquanto movimento social. (TOLEDO, 2015).

Apesar de Gohn (1997), entender a consolidação como a última fase de um movimento social, as conquistas de um movimento não necessariamente tendem a fortalecê-lo, pois pode ocorrer “...uma acomodação após a conquista da reivindicação e um refluxo da organização” (GOHN, 1997, p. 263).

Na prática, pouco tempo depois da redução das passagens, o movimento não teve mais a visibilidade que adquiriu durante os protestos e claramente o MPL não tinha a mesma força para pautar e impor o debate sobre o transporte público a partir da tarifa zero, o que acaba demonstrando que o principal momento de visibilidade, na verdade, é quando há os reajustes da tarifa e o movimento se coloca contra e na convocação de manifestações. Contudo, depois de um tempo, a pauta volta a ocupar um lugar secundário.

Quanto aos desdobramentos pós-junho de 2013, pode-se citar que o governo federal buscou atender a uma das principais reivindicações dos manifestantes que eram melhorias na saúde pública.

No mês de Julho, o governo lança o Programa Mais Médicos³⁹ que se destinou a recrutar médicos para atuarem em regiões distantes dos grandes centros do país e que sofre com a escassez desses profissionais.

No entanto, o programa foi alvo de polêmica devido a vinda de médicos estrangeiros para atuarem no país. Além disso, instalou-se um debate na sociedade de que o programa não resolveria os problemas da saúde pública brasileira e que as condições de trabalho dos profissionais da saúde pública é que deveriam ser priorizadas por parte do Estado.

Em relação ao transporte na capital paulista houve dois aumentos dos preços de passagens pós 2013. Em janeiro de 2015, a tarifa cobrada em ônibus, trens e metrô passou de R\$: 3,00 para R\$: 3,50⁴⁰, um aumento maior do que foi aplicado em 2013 e depois revogado. Já em janeiro de 2016, o valor foi reajustado para R\$: 3,80⁴¹.

Quanto a atuação do MPL, o movimento nos dois anos de aumento organizou manifestações contra esses reajustes, contudo, o desfecho foi diferente de junho de 2013,

³⁹ PLANO prevê 10 mil médicos no interior e nas periferias. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 25 jun. 2013. Poder, p. A10.

⁴⁰ GAMA, Paulo; MONTEIRO, André; URIBE, Gustavo. Após quatro anos, tarifa de ônibus subirá para R\$ 3,50. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 27 dez. 2014. Cotidiano, p. C1.

⁴¹ BERGAMIN JR., Giba; RODRIGUES, Arthur. Haddad e Alckmin vão subir ônibus, trem e metrô em SP. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 30 dez. 2015. Cotidiano, p. C1.

pois não houve redução do valor das passagens, nem por parte da prefeitura ou do governo estadual.

2.7 A comunicação no MPL.

O MPL possui uma comissão de comunicação que tem como função não sobrecarregar em um único membro o gerenciamento dos canais de informação do grupo e que não conta com apoio de pessoas fora do movimento. Quem está na comissão é quem tem mais afinidade com a área ou que tenha conhecimento técnico, por exemplo, com programas para computador que possam ser utilizados nas redes sociais do grupo (LUCCA *apud* SANTO, 2014).

No entanto, a comissão não tem poder de decidir sobre o conteúdo que irá ser publicado, mas funciona como elo entre o movimento e o público externo (LUCCA *apud* SANTO, 2014). O movimento possui um site⁴² que se encarrega de divulgar a sua história, mobilizações em anos anteriores de aumento de passagem, espaço para a promoção de venda de materiais que auxiliem os seus custos, além de notícias e endereços eletrônicos de MPL de outras cidades.

Também conta com um perfil no Facebook⁴³, onde publicam notícias sobre mobilizações. Há uma opção deliberada de não publicizar qualquer evento convocado pelo movimento em perfil pessoal dos seus membros, a fim de evitar alguma visibilidade a esses militantes que possam colocar em risco a sua segurança no tocante à investigação policial, por exemplo. (LUCCA *apud* SANTO, 2014).

Essa preocupação com a segurança dos membros do movimento leva o MPL a ter dois tipos de comunicação, uma externa e outra interna, sendo essa última praticada com preocupação a fim de preservar a identidade dos seus membros, por exemplo, ao optarem pela utilização de uma lista de e-mails exclusiva entre os militantes e que qualquer pessoa de fora do grupo que eventualmente esteja nessa lista é considerada uma quebra de segurança (LUCCA *apud* SANTO, 2014).

Há o cuidado em assuntos tratados por meio de ligações telefônicas entre os membros, a fim de não correrem o risco de serem grampeados (LUCCA *apud* SANTO, 2014). Além disso, eles optam pela uso da plataforma RISEUP que oferece contas de e-mail

⁴² Site MPL São Paulo. Disponível em: <<http://saopaulo.mpl.org.br>>

⁴³ Fan Page Facebook Passe Livre São Paulo. Disponível em: <<https://www.facebook.com/passelivresp>>

e listas de discussão sobretudo para movimentos sociais, no sentido de garantir segurança quanto à rastreio.

Já os membros que dão entrevistas em veículos de comunicação são destacados pelo movimento através de um consenso em que se observa a alternância de nomes que irão concedê-las, da mesma forma, também aqueles que irão tratar pautas relativas do movimento com os entes públicos: município, Estado e a União, também visando à segurança dos ativistas (LUCCA *apud* SANTO, 2014).

Há reuniões do movimento em que se chega à conclusão da necessidade de explicar alguma pauta do movimento por meio de um canal de comunicação, o que é operacionalizado pela comissão (LUCCA *apud* SANTO, 2014), o que demonstra que não apenas canais do MPL servem para convocação de eventos. Além disso, há o reconhecimento que o volume de mensagens recebidas é muito além da capacidade de resposta por parte dos militantes.

Para o MPL, a internet tem um papel importante como elemento comunicativo, contudo, o movimento busca se pautar pela realidade, no dia-a-dia das pessoas e não, apenas, pela repercussão que alguma notícia por eles publicada possa ter.

Já em relação à mídia tradicional, o MPL entende que ele próprio deve fazer a própria comunicação, pois não acha que suas pautas e mobilizações possam ter espaço em veículos da grande mídia e essa comunicação própria pode ser via internet, eventos, materiais impressos que servem para favorecer o seu lado dentro de uma conjuntura de disputa política (LUCCA *apud* SANTO, 2014).

No tocante à cobertura, por exemplo, de pautas ligadas a questões sociais, Soares (2009) ressalta que, na mídia tradicional, a questão de classe social é um fator importante a ser observado, pois, em geral, os profissionais responsáveis pela produção e veiculação das notícias, juntamente com uma parcela do público, pertencem às classes sociais mais elevadas, daí o fato de uma relativa ausência de pautas ligadas a direitos sociais, sendo que estes só ganhariam espaço na cobertura jornalística quando em situações específicas e de grande apelo popular. Ao fim destas, o noticiário cobriria outros temas.

Neste capítulo foi possível perceber que na segunda metade do século XX, há um processo mais efetivo de criação de grupos que podem ser entendidos como sendo movimentos sociais pioneiros, sobretudo no âmbito urbano.

Em seguida, foi possível identificar que a pauta da tarifa zero na cidade de São Paulo tem um histórico antes mesmo da criação do MPL com a iniciativa da prefeitura de implementá-la via projeto de lei, o que apesar de ter logrado êxito, hoje é uma realidade em cidades menores do Brasil, o que leva a conclusão de que para o MPL apresenta-se o desafio de pensar como essas experiências existentes em outros municípios podem ou não inspirar a implantação da tarifa zero na capital paulista que tem um porte populacional e financeiro maior que esses outros locais.

Outro ponto relevante foi o fato de as revoltas estudantis pelo transporte registradas no início dos anos 2000, apresentam um forte caráter de contestação da atuação de grupos que reivindicavam a liderança do movimento, o que leva a pensar até que ponto falta a essas entidades um reconhecimento de quão afastados estão de muitos grupos que se propõe a defender e muito mais alinhadas a projetos políticos partidários.

Para o capítulo seguinte objetiva-se analisar a *Folha de S. Paulo*, sua história, seus posicionamentos em temas relevantes da vida social do país, suas opiniões quanto as manifestações de junho de 2013, a figura do Ombudsman do diário paulistano e o documentário sobre as manifestação elaborado pelo jornal.

3 FOLHA DE S. PAULO: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICO-POLÍTICA DO SEU SURGIMENTO

Este capítulo tem por objetivo apresentar um apanhado histórico-crítico da *Folha de S. Paulo* como veículo da mídia tradicional. No entanto, primeiramente é necessário discorrer sobre o posicionamento da *Folha* sobre determinadas questões, pois o jornal publicou no caderno Poder, em 19 de fevereiro de 2014, uma matéria de duas páginas intitulada *o que a Folha pensa*.

Na referida matéria, o jornal apresenta alguns posicionamentos, relacionando o fato de 2014 ser um ano em que há a ocorrência de manifestações e de eleições gerais. Dentre os temas abordados, estão presentes questões sociais sobre as quais o jornal se posiciona de forma progressista, como o apoio à união civil entre pessoas do mesmo sexo, o apoio à decisão do STF de permitir o aborto de fetos anencéfalos e a descriminalização do uso de drogas.

Além disso, posiciona-se contrário à redução da maioridade penal e à pena de morte; todavia, é contrário à implementação de cotas raciais na educação e no serviço público. A partir disso

ao percorrer a história da FSP, percebe-se que esse pluralismo está mais relacionado ao nível discursivo do que ao prático, pois o jornal busca manter, ainda que nem sempre seja possível, uma linha político-ideológica afinada com os valores e crenças que acredita ter seu público e, por isso, algumas abordagens são preteridas frente a outras, sendo dada ênfase àquelas que melhores são aceitas pelo público-leitor em determinados momentos históricos e também pelos interesses econômicos em jogo. Por isso, por mais que busque assumir uma posição progressista ao discutir questões como o aborto e a política de drogas em uma sociedade com um discurso bastante conservador, por exemplo, é refreado pelas limitações impostas por seus públicos. (DIAS; MORIGI, 2014, p. 9)

O jornal adota, ainda, dois posicionamentos dentro de um mesmo tema, por exemplo, em relação a Cuba, ao se posicionar contrário ao embargo econômico norte-americano, ao mesmo tempo em que defende que o Itamaraty deveria expor contrariedade ao que é descrito como “violações” de direitos humanos na ilha caribenha.

Já o outro caso é em relação ao conflito Israel x Palestina no qual o jornal se posiciona contrariamente à expansão dos assentamentos de colonos judeus em territórios palestinos, mas defende que o Brasil não busque interferir na relação entre os dois governos.

Dentre os assuntos tratados na referida matéria, o que mais se aproxima da presente pesquisa é sobre o tema da mobilidade urbana. O diário apoia medidas que favoreçam o transporte público em detrimento do transporte individual, como ciclovias, pedágio urbano, faixas exclusivas para ônibus, rodízio de carros, expansão do metrô. No entanto, não apoia o projeto de tarifa zero.

Já outro tema diz respeito à realização de manifestações em que a *Folha* defende esse direito, contudo, insiste em fazer o contraponto com a necessidade de o Estado coibir a ação de “vândalos”, além de recorrer à dicotomia entre o bom e o mal manifestante. De uma forma geral,

A forma sintética com que são abordadas questões de grande repercussão social mostra que o jornal, ainda que avance em algumas questões, em outras busca apenas reforçar concepções já cristalizadas nas classes a que se dirige, as classes médias e elites. No *campo jornalístico*, a *Folha* se resguarda de possíveis críticas ao se posicionar sobre as questões apontadas. No *campo social*, se insere como importante formador de opinião das classes a que se dirige, tanto pela sua credibilidade, quanto pelas visões de mundo veiculadas. É inegável que o *campo social* e o *jornalístico* se influenciam mutuamente, sendo o social – principalmente o universo dos leitores presumidos pela FSP – que dita os limites que o jornalismo pode atingir, como o *campo jornalístico* é formador e também mantenedor de muitas das opiniões que circulam no social. Porém, o equilíbrio de ambos os campos é instável e o jornalismo precisa se mover em terrenos ideológicos inconstantes, sendo a tomada de posição em qualquer um dos campos, algo que pode pôr em risco o capital simbólico acumulado. (DIAS; MORIGI, p. 13-14, 2014)

A sua história começa muito antes da sua primeira edição publicada em 1º de janeiro de 1960, pois, em 1921, surgiu o *Folha da Noite*; e, em 1925, o *Folha da Manhã*. Os dois jornais circularam até o dia 31 de dezembro de 1959, quando se fundiram, passando a existir, apenas, a *Folha de S. Paulo*.

O jornal teve vários donos até passar ao controle de Carlos Caldeira e Octávio Frias de Oliveira, sendo os filhos deste último não apenas proprietários do jornal atualmente, mas, também, do Grupo Folha, que é um conglomerado de empresas cuja maioria delas atua na área da comunicação.

Jesus (2011) ressalta que as Folhas eram contrárias à política do Café com Leite da República Velha. No entanto, em 1929, passaram a apoiar o presidente Washington Luiz, opondo-se à Aliança Liberal, liderada por Getúlio Vargas. Isso por considerar que a vitória do político gaúcho representaria a perda de importância política do Estado de São Paulo.

Além disso, a *Folha da Noite* defendia o voto secreto, a revolução constitucionalista de 1932 e o movimento tenentista. Já no ano de 1949 é lançado o jornal *Folha da Tarde* que circulou até o fim de 1959, e voltou a circular de 1967 a 1999, quando o grupo Folha lançou o *Agora São Paulo*. No ano 2000, e em parceria com as organizações Globo, é lançado o jornal *Valor Econômico*, especializado em economia e negócios.

3.1 Grupo Folha e Ditadura Militar

Um dos períodos da história do Brasil que suscita discussões sobre a postura da mídia tradicional é o apoio ao golpe militar de 1964 e a sua relação com esse regime. A *Folha*, como outros importantes jornais da época que continuam em circulação, apoiou o movimento que derrubou o presidente João Goulart.

Foi na criação de certo consenso em torno do movimento pela deposição do presidente João Goulart e, posteriormente, em apoio ao regime ditatorial, que parte da imprensa brasileira contribuiu decisivamente. Em primeiro lugar, na divulgação de uma visão que afirmava estar o próprio presidente Goulart à frente de ações que conduziram à subversão da ordem constituída (justamente o que seus opositores mais extremistas estavam fazendo), ou apoiando sua deposição a partir da propagação da ideia de que, no princípio de abril de 1964, o frágil regime democrático brasileiro tornara-se seguro. (BRASIL, 2014, p. 3010).

O jornal se posicionou contrariamente ao chamado Comício da Central do Brasil realizado pelo presidente João Goulart no dia 13 de março de 1964, portanto, às vésperas do golpe militar, onde o chefe de estado prometia reformas estruturais no país, inclusive questionando se as forças armadas estariam dispostas a ficar do lado do governo ou do que o jornal entendeu como o lado certo, a Constituição de 1946, as instituições e a pátria⁴⁴.

Já durante o governo militar, conforme salienta Kushnir (2001), o grupo *Folha* cedeu carros, que, a princípio, eram utilizados na distribuição de jornais da empresa, a órgãos de repressão do regime, a exemplo do que acontecia com carros cedidos por empresas de outros setores da economia que se articulavam em conjunto a esses órgãos com o mesmo intuito de perseguir ativistas políticos contrários ao governo vigente.

No cinquentenário do golpe militar, em editorial publicado em 30 de março de 2014, intitulado *1964*, o jornal adota um tom de repúdio ao período ditatorial. Indica, ainda, que o mais prudente seria o veículo ter condenado atos repressivos cometidos tanto pelo Estado como pelos grupos que lutaram contra a Ditadura; ou seja, para a *Folha*, o mais relevante seria passar uma imagem de imparcialidade ao invés de se colocar, de maneira

⁴⁴ PARA QUÊ?. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 14 mar. 1964. Primeiro caderno, editorial, p. 4.

firme, contrária às violações aos direitos humanos cometidas pelo Estado brasileiro, que não já eram inéditas, pois o país já havia vivido, no século XX, a ditadura do Estado Novo.

3.2 Diretas-já e Fora Collor: uma breve discussão sobre a cobertura da Folha

A abordagem da cobertura da *Folha* a respeito do movimento das Diretas - Já e do Fora Collor se faz pertinente devido ao fato de que, após a redemocratização do país, estes movimentos foram os movimentos massivos mais relevantes, do ponto de vista de abrangência nacional, antecedendo as manifestações de junho de 2013.

No entanto, antes de iniciar essa abordagem, é importante conhecer, de maneira breve, a linha editorial da *Folha*. O jornal detém a marca de maior circulação diária e audiência no Brasil,⁴⁵ liderança essa que vem desde a década de 1980 (MOREIRA, 2006).

Muniz (1999) destaca que, entre o fim da década de 1970 e o fim da década de 1980, a *Folha* teve dois posicionamentos distintos. O primeiro, de caráter nacionalista, no qual defendia a atuação de empresas estatais, políticas protecionistas, além da defesa de incentivos, subsídios e controle tarifário. Já a segunda fase, entendida como neoliberal, passou a defender ideias como privatização, entrada do capital estrangeiro, desregulação e abertura da economia.

Nos anos de 1980, a *Folha* passou por uma série de reformulações que ficou conhecida como *Projeto Folha*. Porém, essas mudanças não foram bem aceitas pelo conjunto de jornalistas que compunham a redação, como salienta Guerino (2007), pois passou a existir

Gerência Administrativa da Redação em junho de 1984; 2) avaliação dos profissionais da Redação, provocando enorme conflito entre os jornalistas e a direção, quando foram demitidos 27 jornalistas por insuficiência técnica, em junho de 1984; 3) planilhas de produção, que passaram a ser consideradas pelos jornalistas como símbolo máximo da visão tecnicista e burocrática adotadas na feitura do jornal. Alguns exemplos: jornal de erros, relatório de informações exclusivas medindo os furos dados e levados da concorrência, crítica diária da Redação, etc... adotadas em julho de 1984; 4) Manual da Redação, instrumento programático que fez a Folha avançar qualitativamente, pois ultrapassa o universo meramente lingüístico ou gramatical, abrangendo a esfera ético-profissional, assumindo uma identidade jornalística e enunciando uma política editorial. O Manual passou a ser publicado e vendido em livrarias a partir de agosto de 1984; Tudo visando à racionalização da produção, da administração e da distribuição da

⁴⁵ MAIOR jornal do Brasil, Folha é líder em diferentes plataformas. **Portal Folha**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/158930-maior-jornal-do-brasil-folha-e-lider-em-diferentes-plataformas.shtml>> Acesso em 27 out. 2015.

Folha de S.Paulo, começando a dar um tratamento industrial ao jornal. (GUERINO, 2007, p. 91)

É no manual de redação que se encontram os elementos definidores da linha editorial do jornal, em que a *Folha* afirmar buscar ser um veículo crítico, apartidário, prestador de serviço e didático (GUERINO, 2007).

Também foi nos anos de 1980 que a campanha pela realização de eleições diretas para presidente da República mobilizou não apenas várias lideranças políticas do país, como também milhões de brasileiros que participaram de comícios em diversas cidades. O objetivo era pressionar o Congresso Nacional a aprovar a chamada emenda Dante de Oliveira, de autoria do então deputado federal Dante Martins de Oliveira (PMDB-MT), que previa o reestabelecimento do voto direto para presidente.

É claro que esse evento histórico teve cobertura na mídia. No caso da *Folha*, o jornal se destacou por ter sido um dos principais veículos a dar grande destaque às manifestações. Kotscho (1984) relata que como repórter da *Folha*, à época, preparou em documento que chegou à cúpula da empresa, justificando a necessidade do jornal adentrar, de maneira intensa, na cobertura do movimento das Diretas-Já, o que ainda não vinha acontecendo.

O que ocorreu foi a criação de “...um grupo para cuidar da cobertura da campanha, sob a coordenação de Otávio Frias Filho, secretário do Conselho Editorial.” (KOSTCHO, 1984, p.5). Dessa forma, “...Começava ali uma cobertura que marcaria a história do jornal Folha de S. Paulo e seria considerada, posteriormente, como um dos fatores responsáveis pela expansão do público-leitor da área de influência do jornal.” (JESUS, 2009, p. 49).

Uma característica relevante da cobertura da *Folha* em relação às Diretas é que o jornal buscou enfatizar, no seu discurso, o caráter pacífico das manifestações, ao ponto de, no momento em que ressalta a ampla participação popular, condicionar a sua legitimidade à ausência de “baderna” (JESUS, 2009).

A partir disso, nota-se que o fato de a *Folha* buscar relacionar manifestação com um comportamento pacífico por parte de ativistas tem precedente na história do jornal e já não se configura como algo exclusivo da cobertura das revoltas de junho de 2013.

Já para entender a cobertura referente às manifestações pelo impeachment do então presidente Fernando Collor, é necessário observar o posicionamento da *Folha* perante o então candidato na eleição presidencial de 1989, que, ainda hoje, suscita discussões a respeito da postura considerada controversa de alguns veículos de mídia em favor do ex-governador de Alagoas.

Conti (1999) relata que, ainda durante a campanha presidencial, alguns jornalistas da *Folha* se mostravam hostis a Collor e que os mesmos eram autores de matérias desfavoráveis ao candidato a respeito de temas como irregularidades cometidas à época em que era prefeito de Maceió e como governador de Alagoas, além da contratação de cabos eleitorais para a campanha.

Já em março de 1990, primeiro mês do governo Collor e do novo plano econômico lançado pelo presidente no dia seguinte à sua posse, e que teve apoio por parte dos donos da *Folha* (CONTI, 1999), a sede do jornal foi alvo de uma operação conjunta da Receita Federal e da Polícia Federal, no qual

O pretexto para a diligência era averiguar se a empresa estava cobrando em cruzados novos ou cruzeiros as faturas publicitárias referentes à primeira quinzena de março. A *Folha*, seguindo a orientação da Associação Nacional dos Jornais, da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, fizera as cobranças na nova moeda, o cruzeiro. Usara o mesmo critério de todos os jornais, revistas e emissoras de televisão e rádio, mas foi o único órgão de comunicação a ter os arquivos contábeis vasculhados. Por isso, desde o primeiro momento os Frias consideraram a invasão uma pressão política, uma retaliação contra as reportagens críticas a Collor publicadas durante a campanha. (CONTI, 1999, p. 305)

Não é possível afirmar, neste trabalho, que a ação sofrida pela *Folha* foi em função de uma retaliação do Governo federal devido à postura do jornal perante o então candidato Collor em 1989. Para isso, seria necessário um trabalho investigativo ao qual essa pesquisa não se propõe. No entanto, o episódio é sintomático da relação hostil que as duas partes tiveram durante aquele período.

Contudo, o episódio gerou um editorial chamado *A escalada fascista* publicado no dia seguinte e que comparava Fernando Collor aos ditadores Nicolae Ceausescu, da Romênia, e Benito Mussolini, da Itália. Além disso, o jornal salienta, ainda, que não aceitaria intimidações, por parte do governo; ou seja, o texto claramente constrói duas imagens: a primeira, do jornal como perseguido e a segunda, do governo, em especial, do presidente, como vilão.

Ao longo dos meses de 1990, a *Folha* publicou matérias negativas já a respeito do governo Collor. Uma delas versava sobre irregularidades na contratação de agências de publicidade e uma outra, sobre gastos realizados pelo então porta-voz da presidência Cláudio Humberto, incompatíveis com sua renda. (CONTI, 1999). Além disso,

O ministro da Justiça, Bernardo Cabral, encaminhou à Procuradoria da República um pedido de abertura de processo contra a Folha de S. Paulo. O ministro escreveu que o jornal movera uma campanha “no mínimo difamatória” contra o presidente. (CONTI, 1999, p. 348).

No entanto, em janeiro de 1992, o processo que tinha como réus os jornalistas Gustavo Krieger, Josias de Souza, Nelson Blecher e o diretor de redação, Otávio Frias Filho, foi julgado e os citados foram absolvidos. Poucos meses depois, começaram a serem noticiadas as primeiras denúncias que acabariam por impulsionar a instalação de uma CPI no Congresso, a fim de investigar o ex-tesoureiro da campanha presidencial de Collor, Paulo César Farias, sobre irregularidades que este haveria cometido no governo.

A partir daí, o que se viu foi o aparecimento de manifestações populares que pediam a saída do presidente do cargo. Milhões de brasileiros foram às ruas em comícios pró Impeachment, em especial os chamados Caras-Pintadas que eram, em boa parte, estudantes. Em 30 junho de 1992, a *Folha* publica um editorial intitulado *Renúncia já*, pedindo a renúncia do presidente.

Quanto à cobertura da Folha em relação às manifestações, o jornal cobriu as manifestações que ocorreram, de forma mais intensa, a partir de agosto de 1992, um mês antes do afastamento do presidente pela Câmara dos deputados. Em 29 de dezembro, dia da votação do Impeachment no Senado Federal, Collor renuncia.

3.3 Editoriais da Folha durante os protestos de junho de 2013.

Tendo em vista o estudo da cobertura do MPL pela *Folha de S. Paulo*, faz-se necessário uma análise da visão do jornal sobre os protestos a partir de seus editoriais, que expõem a linha político-ideológica do veículo e explicam, em parte, a imagem que o jornal constrói do movimento.

A partir da seleção dos editoriais, apresentam-se aqui as hipóteses relativas ao conjunto de textos que compõem esta análise:

- O posicionamento inicial da *Folha* foi de contrariedade em relação às manifestações, o que mudou após os protestos se espalharem pelo país.

- Apesar de ter alterado a sua posição em relação aos protestos, a imagem do MPL nos editoriais continuou negativa, o que também se explica pela pouca presença da atuação dos movimentos sociais na cobertura da grande imprensa.

- A *Folha* se posiciona ora apontando soluções para algumas das questões presentes nos protestos, ora opinando a cerca de ações propostas pelos agentes públicos.

O objetivo geral desta análise é perceber que temas relativos a junho de 2013 ganham ênfase nos editoriais do jornal.

Editoriais	Data	Unidades de registro	Unidades de Significação
Retomar a Paulista	13/06/2013	Prejuízos que os protestos convocados pelo MPL teriam causado à cidade.	Movimento Passe Livre e protestos
Agentes do Caos	15/06/2013	Crítica à atuação da polícia no protesto do dia 13.	
Incôgnita nas ruas	19/06/2013	Discorre sobre o crescimento dos protestos.	
Muito além das catracas	28/06/2013	Sabatina de membros do MPL realizada pela Folha e portal UOL.	
Destruir São Paulo	22/06/2013	Apresenta medidas que visam à melhoria do transporte público paulistano.	Transporte público na cidade de São Paulo
CPI do ônibus	25/06/2013	Sobre a possível instalação de uma CPI na Câmara Municipal.	
Vitória das ruas	20/06/2013	Fala sobre o impacto político da redução da Tarifa as administrações do prefeito Haddad, do governador Alckmin e da presidente Dilma.	Impacto político das manifestações.
Mensagem bem-vinda	23/06/2013	Pronunciamento da Presidente Dilma sobre os protestos.	
Confusão constituída	26/06/2013	Críticas as proposta apresentadas pela presidente Dilma sobre reforma política.	
Brasília se agita	27/06/2013	Sobre a atuação do STF e do Congresso em meio às manifestações.	

Tabela 1- Editoriais da Folha de São Paulo (junho de 2013)

A partir da divisão de unidades de registro em unidades de significação, passa-se, agora, à análise de cada uma das três unidades de significação acrescidas de suas respectivas unidades de registros⁴⁶, a fim de viabilizar o estudo mais aprofundado dos editoriais da *Folha* selecionados para o presente trabalho.

3.3.1 Movimento Passe livre e protestos.

A primeira unidade de significação, intitulada *Movimento Passe Livre e protestos*, congrega quatro editoriais que têm como foco principal, na abordagem dos seus textos, a atuação do MPL e o desenrolar dos protestos.

A partir disso, o que se pode perceber é que esse conjunto de editoriais revela que a postura da *Folha* perante esses dois temas se deu em três momentos: o primeiro foi de caracterizar as manifestações que o MPL vinha convocando como um caos à cidade, além das pautas do movimento, segundo a visão do jornal, serem inviáveis. Diante disso, é importante observar que

Por outro lado, é preciso notar, como chamam a atenção o Sub-comandante Marcos (Zapatistas) ou o historiador americano Howard Zinn, que, mesmo em períodos de aparente tranquilidade, pequenas células de movimentos sociais ou indivíduos agitam-se, em uma atividade quase subterrânea, na sociedade. Essas atividades, em escala pouco percebida pelos poderes constituídos, porque não realizadas por meio das estruturas habituais de poder (partidos políticos, sindicatos, instituições públicas, etc.), geram um ambiente favorável à eclosão de grandes e, aparentemente, surpreendentes movimentos, quando surgem oportunidades concretas. (SARAIVA, 2013, p. 48)

Em seguida, o jornal adotou um tom sóbrio quanto aos protestos. Tanto em relação ao MPL, que não era mais apresentado como um movimento irresponsável, como, também, no reconhecimento da atuação desproporcional da polícia militar no protesto do dia 13 de junho, quando, também, houve alguns de seus jornalistas feridos em meio à repressão da PM.

Por último, quando os protestos já tinham diminuído de intensidade, a *Folha* volta a centrar a sua crítica na atuação do MPL, sobretudo em relação ao fato de que o movimento não teria preocupação no custo em que a implantação da tarifa zero acarretaria às finanças da prefeitura. O movimento ainda seria supostamente conivente quanto à presença de manifestantes caracterizados pelo jornal como “vândalos” por participarem de atos de, na visão do jornal, “depredação” ao patrimônio.

⁴⁶ Vide Tabela 1

O primeiro deles, *Retomar a Paulista*, foi publicado no dia 13 de junho, no mesmo dia do protesto com o maior número de manifestantes feridos, registrado até então, em que o jornal critica os protestos convocados pelo MPL ocorridos em dias anteriores, em função de ônibus danificados, policiais e manifestantes feridos e prejuízos financeiros às estações de metrô.

Oito policiais militares e um número desconhecido de manifestantes feridos, 87 ônibus danificados, R\$ 100 mil de prejuízos em estações de metrô e milhões de paulistanos reféns do trânsito. Eis o saldo do terceiro protesto do Movimento Passe Livre (MPL), que se vangloria de parar São Paulo-e chega perto demais de consegui-lo [...] o declarado objetivo central do grupelho: transporte público de graça. O irrealismo da bandeira trai a intensão oculta de vandalizar equipamentos públicos e o que se toma por símbolos do poder capitalista. O que vidraças de agência bancárias têm a ver com ônibus? (FOLHA DE S. PAULO, 13 de jun. 2013, p. A2)

Além disso, o principal ponto exposto, no editorial, é que a prefeitura e a polícia militar deveriam ser mais rígidas quanto à permissão de manifestações na Avenida Paulista, principal via da capital paulistana, com vistas a não dificultar o trânsito.

Já o MPL é apresentado como sendo formado por membros que praticam a “violência”. Isso é explicitado, também, quando o texto questiona a relação entre episódios de “depredação” de bancos com a pauta da tarifa zero. A principal bandeira do movimento, sob a ótica do jornal, é irreal e que, até aquele dia 13, o movimento estaria satisfeito por ter bloqueado vias da cidade. Visão conservadora, expressa no jornal, sem considerar que

Os movimentos sociais, que representam as parcelas consideráveis da sociedade que se encontram em posição inferiorizada e que lutam por melhores condições de vida – e contra todas as estruturas que privilegiam, de forma totalmente injustificada, alguns setores da sociedade –, querem, primeiro, que a lei não seja usada como instrumento para impedi-los de lutar, de apontar os desajustes econômicos, políticos e culturais de nossa sociedade e de conduzir, por manifestações públicas, suas reivindicações, e, segundo, pretendem demonstrar que, em verdade, agem amparados pela Constituição Federal, nossa Lei Maior, a qual, instituída a partir da noção de Estado democrático de direito, prevê como objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: i) construir uma sociedade livre, justa e solidária; ii) garantir o desenvolvimento nacional; iii) erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; iv) promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade ou quaisquer outras formas de discriminação. (MAIOR, 2013, p. 2)

No mesmo dia, o MPL publicou na própria *Folha*, no espaço intitulado Tendências/Debates, um artigo sob o título *Porque Estamos nas ruas*, assinado por quatro membros do movimento, Nina Capello, Erica de Oliveira, Daniel Guimarães e Rafael Siqueira.

Nesse artigo, os militantes procuram defender a sua principal pauta, a tarifa zero, elencando uma série de justificativas, inclusive, citando dados técnicos, para legitimar o fim da cobrança da passagem. Eles dão ênfase ao peso que o custo do transporte tem na renda mensal das famílias e se defendem das cobranças do prefeito de que o movimento teria que dizer de qual fonte sairiam os recursos para custear a medida, responsabilidade essa do município devido às concessões às empresas privadas que operam o transporte público.

Para o MPL, mesmo o reajuste de R\$ 0,20 estando abaixo da inflação, o aumento real de salários não teria acompanhado a inflação desde o advento do Real. Além disso, acreditam que o fim da tarifa representa um acesso real aos serviços de saúde e educação e que o debate sobre a implementação do passe livre é uma questão de escolha política e não técnica.

Há anos estamos empenhando lutas por melhorias e por outro paradigma de transporte coletivo [...] O impacto violento do aumento no bolso da população faz as manifestações extrapolar os limites do próprio movimento. E as ações violentas da Polícia Militar, acirrando os ânimos e provocando os manifestantes, levaram os protestos a se transformar em uma revolta popular. (CAPPELLO *et al.* FOLHA DE S. PAULO, 13 jun. 2013, p. A3)

No dia 15 de junho, o editorial, *Agentes do Caos*, centra sua crítica na atuação da polícia no protesto do dia 13 de junho, reconhecendo a atuação desastrosa da PM que atingiu sete repórteres da própria *Folha* e também excessivamente violenta com manifestantes e cidadãos que nem participavam do ato.

Além disso, o jornal muda de opinião em relação ao editorial do dia 13 de junho, por exemplo, em relação ao MPL e à violência, quando afirma que não é o movimento em si o autor de atos de depredação, mas outros grupos que seriam supostamente acolhidos ou tolerados pelo MPL. O texto ainda mantém a posição de considerar como irreal a proposta da tarifa zero.

A Polícia Militar do Estado de São Paulo protagonizou, na noite de anteontem, um espetáculo de despreparo, truculência e falta de controle ainda mais grave do que o vandalismo e a violência dos manifestantes, que tinha por missão coibir. Cabe à PM impor a ordem, e não contribuir para a desordem. O Movimento Passe Livre preconiza a paralização de São Paulo em nome da irreal reivindicação de tarifa zero para os transportes públicos. Tolerar, se não acolhe, facções interessadas apenas em depredar equipamentos públicos, que num intervalo de seis dias transformaram áreas centrais da capital, por três vezes, em praças de guerra [...] De promotores da paz pública, policiais se transformaram em agentes do caos e da truculência que lhes cabia reprimir, dentro da lei, da legitimidade e da razão. (FOLHA DE S. PAULO, 15 jun. 2013, p. A2)

Apesar disso, é curiosa a explicação de o porquê os jornalistas não deveriam ser vítimas da polícia, pois, para a *Folha*, os profissionais de imprensa seriam responsáveis, por exemplo, por testemunhar os atos de “vandalismo”, pois, para o jornal “...Há uma razão adicional para a força policial não tomar jornalistas como alvo: o trabalho da imprensa oferece um testemunho expurgado do radicalismo sectário que se impregnou nas manifestações.” (FOLHA DE S. PAULO, 15 jun. 2013, p. A2)

A partir disso percebe-se o não reconhecimento da necessidade da cobertura por se tratar de um evento de massa com um componente político e social importante. Nesses dois primeiros editoriais, é possível perceber

que o segundo texto foi publicado em um contexto de amplo compartilhamento de denúncias à ação policial, incluindo relatos de repórteres da própria Folha de São Paulo. Entretanto, para além das divergências, é possível perceber também um padrão de oposição aos organizadores da manifestação e argumentos similares de pedidos à ordem, legitimação da ação policial em favor dessa ordem e manutenção da rotina padrão da cidade, por mais confusa e caótica que ela já seja. (FONSECA; SIMÕES, 2015, p. 14)

No dia 19, foi publicado um único editorial, *Incógnita das Ruas*, em que a *Folha* permanece com um tom oposto ao primeiro texto do dia 13, pois reconhece que o MPL foi subestimado em relação ao alcance social que obteve, que atos de “depredação” foram de autoria de grupos isolados e que a pauta da redução da tarifa impulsionou os protestos sob a ótica de várias insatisfações que se juntaram à questão do reajuste.

No entanto, mantém a posição de considerar a tarifa zero como inviável devido ao custo para o município, apesar de ver como importante a ação do MPL na tentativa de controlar a atuação de grupos que promoveriam “depredações”. Defende, ainda, que a realização dos protestos envolva uma negociação entre movimentos que os convoquem e a polícia, a fim de evitar eventuais transtornos para a cidade.

Continua válido, nesse sentido, o princípio de que os protestos deveriam obedecer as regras e itinerários negociados com a polícia, de maneira a evitar o colapso frequente da circulação urbana. As pessoas precisam trabalhar e chegar em casa. Não é justo que manifestações por mobilidade, a toda hora, as impeçam de ir e vir. Menos ainda que sejam expostas à violência, parta de quem partir. (FOLHA DE S. PAULO, 19 jun. 2013, p. A2)

Nesse editorial, é citada uma pesquisa realizada pelo Datafolha que revelou que, até aquele momento, 77% dos participantes dos protestos possuíam ensino superior, somado ao caráter majoritariamente jovem desses participantes; 53% possuíam até 25 anos. São elementos que não deslegitimam a ida às ruas, a ponto de, inclusive, o texto trazer exemplo

na história do Brasil semelhante a junho de 2013, do ponto de vista da composição social dos participantes.

Já no final do texto, o jornal lança dúvidas sobre qual futuro teriam as manifestações, tendo em vista a falta de uma figura que representasse aquele momento, além da presença de pautas bastante difusas.

Um editorial publicado no dia 28 de junho, *Muito Além das Catracas*, discorre sobre a participação do MPL na sabatina promovida pela *Folha* e o portal *UOL*. O texto, na verdade, repete sua descrença na pauta da tarifa zero, a ponto de o jornal questionar de onde viriam os recursos, se na forma de impostos e incidindo sobre o quê, ou seja, o veículo entoa o mesmo discurso calcado na ausência de recursos públicos defendido pelos agentes públicos. Questões essas que, para o jornal, o movimento não se vê em obrigação de responder e que, na verdade, essa pauta leva à discussão obrigatória de elementos técnicos.

Além disso, o texto também volta a criticar a postura do MPL em relação aos participantes de manifestações que teriam praticado “vandalismo”, pois, na visão do jornal, faltaria ao movimento um repúdio claro a esses atos.

Mostraram-se evasivas suas respostas sobre questões relativas ao vandalismo e às depredações. Não queremos congelar, declararam na sabatina, a definição de quem é vândalo e de quem é manifestante pacífico. Atribuições desse tipo, segundo seu raciocínio, mudam conforme os interesses de quem as emite. (FOLHA DE S. PAULO, 28 jun. 2013, p. A2)

3.3.2 Transporte público na cidade de São Paulo.

Na segunda unidade de registro, a *Folha* tem como foco a questão do transporte na cidade de São Paulo a partir de dois enfoques: propondo ideias e apoiando iniciativas que já haviam sido apresentadas sobre o transporte público. Dessa forma, pode-se inferir que as posições expressas nos editoriais se constituem como a contribuição do jornal às discussões sobre a melhoria do sistema de transporte na capital paulista.

No entanto, essas posições da *Folha* são levadas ao público curiosamente após a revogação do aumento de R\$: 0,20 nos ônibus, trens e metrô. Por que a *Folha* não apresentou essas ideias antes do cancelamento do reajuste? O jornal teria feito isso caso a redução no valor das passagens não tivesse ocorrido?

No dia 22, é publicado um longo editorial, *Destravar São Paulo*, que se propõe a indicar caminhos para a solução dos problemas de mobilidade urbana na cidade como o aumento da velocidade média dos ônibus, metrô de superfície com faixas próprias, ampliação da capacidade do metrô, além de restrições ao uso de automóveis.

É importante lembrar que São Paulo já tem medidas para restringir o tráfego de automóveis, pois, em 1997, entrou em vigor a lei municipal nº12.480/97 que instituiu o rodízio de carros na capital o qual funciona nos horários de pico das 7h às 10h e das 17h às 20h em uma determinada região da cidade, chamada, mini-anel viário. A depender do último número da placa de um carro, o mesmo está proibido de circular nesse local em um dia útil específico. No entanto, é uma medida que apresenta falhas sendo que

o aumento da frota de veículos reduziu o impacto benéfico trazido pelo rodízio, que em 2012 foi apenas uma fração do que tinha sido originalmente. Seu problema mais relevante é que ele causa impacto diferente nas pessoas, algo difícil de evitar. Por exemplo, quem possui mais de um carro tem chance de escapar da restrição. Domicílios com muitos moradores e apenas um carro para encadear muitas viagens serão muitos mais afetados pelo rodízio do que domicílios com um ou dois moradores e um carro. (VASCONCELLOS, 2013, p. 34)

No dia 25, o editorial, *CPI do ônibus*, se debruçou sobre a possível instalação, naquele dia, de uma CPI dos ônibus na Câmara Municipal paulistana, iniciativa que vai ao encontro do discurso do MPL de a cidade ter clareza sobre a relação do lucro das empresas e valor da tarifa, pois “...Suspeita-se que os donos das companhias estejam envolvidos em desvios de recursos, troca de veículos novos por velhos e até venda de linhas de ônibus que não poderiam ser comercializadas, pois são uma concessão da prefeitura” (FOLHA DE S. PAULO, 25 jun. 2013, p. A2)

O texto é favorável à investigação como resposta às manifestações de rua que pediram a revogação do reajuste. Além disso, ressalta como negativo o fato de que o secretário de transportes municipais, Jilmar Tatto, ter se articulado para impedir a criação da CPI

3.3.3 Impacto político das manifestações

Em relação à última unidade de significação, identificada na análise dos editoriais, percebe-se que a *Folha*, no geral, adota um tom sóbrio sobre os desdobramentos políticos das manifestações, com exceção do editorial a respeito da proposta da presidente

Dilma de realizar um plebiscito sobre a reforma política. O diário, ainda, utiliza o espaço para defender suas ideias sobre o tema.

A presidente Dilma é uma personagem recorrente nesse conjunto de editoriais, sendo que a *Folha* adota dois posicionamentos distintos sobre a mandatária: o de apoio ao conteúdo da fala do seu pronunciamento sobre as manifestações e o do já citado repúdio a cerca da proposta do plebiscito.

No dia 20 de junho, um dia após o anúncio de redução das tarifas, o editorial, *Vitória das ruas*, trata como uma vitória do MPL a revogação do reajuste, apesar de colocar, na conta do movimento, a responsabilidade de indicar de onde sairiam os recursos para custear a medida, papel que, de fato, caberia à prefeitura, sendo que “...O movimento adquiriu tamanha repercussão no tecido social que ceder já se tornava imperativo de bom-senso. Agora lhes cabe enunciar de onde sairão as verbas para pagar a conta” (FOLHA DE S. PAULO, 20 jun. 2013, p. A2)

Além disso, a própria dimensão da atuação que o movimento adquiriu permitiu que a pauta da redução fosse vitoriosa. Já o prefeito, o governador e a presidente sairiam mais enfraquecidos desse processo e o Congresso Nacional começava a se movimentar a fim de dar uma resposta aos acontecimentos, embora timidamente.

No dia 23 de junho, o editorial, *Mensagem bem-vinda*, é sobre o pronunciamento da presidente Dilma Rousseff em cadeia de rádio e tevê sobre os protestos. O jornal aponta, como aspecto positivo, o fato de a chefe do executivo externar que estava ouvindo as vozes das ruas e que a lei seria cumprida, em referência aos chamados atos de “vandalismo”.

No entanto, ao contrário de editoriais anteriores, o jornal critica o MPL por não ter se oposto, de forma mais explícita, contra os atos de “violência”, quando, na verdade, as manifestações convocadas pelo movimento “...não incitam qualquer tipo de violência. Mas a gente entende que a partir do momento que tem uma repressão policial muito forte é muito difícil conter os ânimos dos manifestantes” (CAPPELLO, 2013)

O texto ressaltou, ainda, que a presidente não apresentou medidas concretas e que um processo de diminuição do tamanho da máquina pública federal poderia causar um impacto simbólico. Além disso, destacou a iniciativa da presidente em convidar líderes políticos para a formação de um pacto de mudanças.

O editorial do dia 26, *Confusão constituída*, trata sobre as propostas anunciadas pela presidente Dilma como o plebiscito e a mudança na legislação, para tornar o crime de corrupção hediondo, criticado duramente pelo jornal, argumentando, no primeiro caso, que seria uma tentativa da presidente de transferir a responsabilidade para o Congresso. Além disso, alterações de alguns itens da legislação partidária não necessitariam de mudanças na Constituição, concomitante ao fato de o legislativo não se mostrar compromissado com tal ideia.

Afora previsíveis e duvidosos projetos sobre austeridade, transportes, educação e saúde, Dilma lançou duas ideias mirabolantes: a convocação, por plebiscito, de uma constituinte exclusiva para a reforma política e a inclusão da corrupção entre os crimes hediondos, tornando-a inafiançável, com pena inicialmente em regime fechado e progressão dificultada. (FOLHA DE S. PAULO, 26 jun. 2013, p. A2)

O segundo caso não teria eficácia e seria uma forma de banalizar o aumento da pena e que já há uma legislação vigente que deveria ser cumprida com mais celeridade. É curioso perceber essa oposição do jornal a essa proposta, tendo em vista que, no Brasil, o montante de dinheiro público recuperado, fruto de corrupção, ainda é muito aquém do que, de fato, foi desviado.

O texto defende o voto distrital misto, cláusula de barreira, para diminuir o número de partidos políticos, fim de coligações para eleições proporcionais e financiamento privado de campanhas com regras mais rígidas. No entanto, essa última proposta gera bastante controvérsia em parte da sociedade devido à questão de, em muitos casos, mandatos parlamentares estarem atrelados a interesses de empresas que buscam ser recompensadas pelas doações eleitorais, por exemplo, através de aquisição de contratos com o poder público para a prestação de serviços sem a devida lisura.

O editorial do dia 27 de junho, *Brasília se agita*, refere-se a decisões tomadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e pelo Congresso Nacional como respostas aos protestos, em que o primeiro condenou à prisão um deputado federal por corrupção⁴⁷ e o segundo rejeitou a PEC 37, além de aprovarem desonerações sobre tributos voltados aos transporte municipais.

Para o jornal, só o clamor das ruas é que produziu esse resultado, em especial no Congresso. Mais uma vez, a presidente é cobrada a fim de realizar cortes no custeio da máquina com a redução de ministérios, de cargos de confiança e o cancelamento da

⁴⁷ STF manda prender deputado; Senado eleva pena de corrupto. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 27 jun. 2013. Poder, p. A4.

construção do trem-bala, que ligará as cidades de Rio de Janeiro e São Paulo, orçado no valor de mais de 40 bilhões de reais.

A partir dessa análise dos editoriais, parte-se para a análise das hipóteses citadas anteriormente, a fim de identificar a sua veracidade. A primeira delas: *O posicionamento inicial da Folha foi de contrariedade em relação às manifestações, o que mudou após os protestos se espalharem pelo país*. Isto pode ser comprovado a partir da comparação entre o primeiro editorial e os demais.

No primeiro texto publicado, *Retomar a Paulista*, o foco foi sobre as consequências danosas que os protestos convocados pelo MPL teriam causado à cidade, além da crítica à pauta da tarifa zero em si, sem buscar contextualizar o acontecimento com a própria história do movimento que, como já apresentado no capítulo anterior, vinha se manifestando desde 2006 contra aumentos da tarifa na capital paulista.

Já nos editoriais seguintes a esse primeiro, é nítido o reconhecimento, por parte da *Folha*, da dimensão dos protestos e até do poder catalizador do MPL em conseguir conquistar cada vez mais adeptos às suas manifestações.

A segunda hipótese de que *apesar de ter alterado a sua posição em relação aos protestos, a imagem do MPL nos editoriais, de maneira geral, continuou negativa, o que também se explica pela pouca presença da atuação dos movimentos sociais na cobertura da grande imprensa* também pode ser comprovada na análise dos editoriais, de maneira geral, e não apenas naqueles restritos à unidade de significação *Movimento Passe Livre e protestos*.

O primeiro editorial, *Retomar a Paulista*, para além do que já foi abordado sobre ele, classifica o MPL como “grupelho”, o que não se percebeu em editoriais seguintes em que termos pejorativos como esse não foram utilizados.

No entanto, nos editoriais seguintes, o tom do jornal adquire um caráter menos agressivo. O espaço dedicado ao movimento foi muito mais de cobrança, por exemplo, em relação de onde viriam os recursos necessários à implantação da tarifa zero e de que o mesmo deveria repudiar, contundentemente, os chamados manifestantes não pacíficos; ou seja, buscando estabelecer uma dualidade, que se percebeu, na maior parte da cobertura midiática, entre aqueles que seriam os bons e os maus manifestantes, em que

Após a tentativa malograda de destruição do movimento por difamação (inicialmente ignorando, em seguida acusando de vandalismo, baderna ou

arruaça), a mídia brasileira, capitaneada pela Rede Globo, passou a disputar as grandes manifestações, convocando a sociedade às ruas, criando (ou reforçando) demandas próprias (anticorrupção, por educação e saúde, “não é por 20 centavos”...) e induzindo à criminalização do movimento original, ao fazer confluir o conceito de vandalismo sobre o de radicalidade, comum aos movimentos que atuam por meio de ações diretas. (SARAIVA, 2013, p. 47)

Na última unidade de registro, a hipótese *a Folha se posiciona ora apontando soluções para algumas das questões presentes nos protestos, ora opinando a cerca de ações propostas pelos agentes públicos* também se comprova, pois, como já foi aqui descrito, em alguns editoriais, a *Folha* se posiciona não apenas emitindo opinião contrária ou a favor de determinado assunto; mas, também, apontando possíveis soluções como as medidas para a melhoria do transporte público em São Paulo no texto *Destravar São Paulo*, ou medidas para a reforma política, no texto *Confusão Constituída*. Dessa Forma,

como a própria Folha de SP caracteriza, as manifestações de junho de 2013 tenham sacudido o sistema político do torpor que se encontrava, poucas foram as mudanças no *campo jornalístico* em colaborar para a formação de uma opinião pública capaz de inovar e enfrentar os desafios sociais históricos que se tornaram ainda mais evidentes com os protestos. Portanto, a tomada de posição da Folha nada mais foi do que uma tentativa de resistir a instabilidade, tanto do *campo jornalístico* quanto do social, da mesma forma que, como mostra a sua história, apresentou uma volatilidade ideológica ao mudar de opinião para estar de acordo com seus públicos em outros momentos de semelhante tensão. (DIAS; MORIGI, 2014, p.14)

3.4 Ombudman da Folha e protestos de junho

A *Folha* foi o primeiro jornal brasileiro a adotar, nos seus quadros, a figura do Ombudman⁴⁸, no ano de 1989, sendo o jornalista Caio Tulio Costa o primeiro responsável pela função. A coluna é publicada aos domingos na seção *Primeiro Caderno*. Desde o final dos anos 80, já assumiram o posto mais de dez jornalistas, pois a *Folha* adota como regra

o mandato de um ano para cada ombudsman, com a possibilidade de apenas uma única renovação de mais um ano. Essa possibilidade, posteriormente, foi expandida, para três renovações (quatro anos de mandato). O profissional não pode ser demitido durante o mandato e tem estabilidade de mais seis meses no jornal após deixar a função.⁴⁹ (FOLHA DE S. PAULO, 2013)

⁴⁸ O termo pode ser compreendido como o representante dos leitores no veículo de mídia. Em 1993 o jornal cearense *O Povo* foi o segundo no país a adotar essa iniciativa em que “...a Folha e O Povo adotaram o mesmo modelo, que também acabou servindo de referência para vários outros meios de comunicação brasileiros que criaram o cargo posteriormente. O ombudsman norte-americano serviu de modelo para estas e todas as outras experiências de ouvidoria de imprensa no Brasil”. (MENDES, 2003, p. 2).

⁴⁹ O QUE É o cargo de ombudsman? **Portal Folha**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ombudsman/2014/09/1520973-o-que-e-o-cargo-de-ombudsman.shtml>> Acesso em 01 set. 2015.

No período das manifestações de junho de 2013, o jornal contava com a jornalista Suzana Singer como ombudsman. Ela escreveu quatro textos sobre os protestos e a cobertura da *Folha*. O primeiro, de 16 de junho, *Faroeste Urbano*, destaca, inicialmente, a crítica feita aos veículos de imprensa por criminalizar os manifestantes e enfatizar uma situação de caos na cidade de São Paulo.

Além disso, destaca as críticas feitas à postura da *Folha* no já citado editorial, *Retomar a Paulista*, a cerca da atuação do MPL e que a cobertura do jornal do dia 14 de junho ressaltou a ação desproporcional da polícia; ou seja, uma mudança no tom adotado pelo jornal, que teve como consequência mais uma crítica ao diário por essa mudança de discurso ter-se dado em função de sete repórteres da empresa terem sido feridos no protesto do dia 13 de junho.

O texto ressalta que a mudança de discurso da *Folha* não foi feita em função de corporativismo, devido ao ocorrido com seus repórteres. Além disso, o texto vai ao encontro do discurso do jornal para embasar sua argumentação, quando recorre à ideia de que, neste ato do dia 13 de junho, os manifestantes estavam pacíficos em contraposição à atuação da polícia que agia agressivamente.

Outro recurso presente no texto é a comparação da cobertura feita pela *Folha* a outros veículos, como telejornal *Jornal Nacional* da *Rede Globo* e o jornal *O Estado de São Paulo*, quanto às semelhanças e às diferenças diante da cobertura do protesto do dia 13 de junho. Já no fim do texto há a indicação de que

Há um novo protesto; o movimento pode crescer e ganhar mais legitimidade – antes da pancadaria, o Datafolha já registrava que 55% dos paulistas apoiavam os protestos. À reportagem cabe manter o prumo e se dedicar a explicar quem são esses jovens, de onde vêm e que os move. O leitor já percebeu que eles não são nem “baderneiros marginais” dos primeiros protestos nem as “vítimas indefesas” do último ato. (SINGER, S., 2013, p. A6)

Essa sugestão de uma possível pauta para o jornal revela que o discurso entoado pelas autoridades públicas de não entender o que estava acontecendo e nem quem eram aqueles manifestantes também pode ser encontrado na imprensa, setor esse que se espera se encarregar da tarefa de informar e, sobretudo, explicar aos leitores e público, em geral, sobre os acontecimentos de então.

O segundo artigo, intitulado *Bicho de Sete Cabeças*, de 23 de junho de 2013, inicia retomando a questão da cobertura das manifestações na mídia, abordada no artigo

anterior, ressaltando as dificuldades que profissionais de imprensa tiveram para realizar o trabalho de noticiar os acontecimentos devido a episódios de hostilidade por parte de manifestantes.

Além disso, aponta, novamente, o quanto é complexo e delicado analisar as revoltas no tocante ao seu significado e se limitou a apenas um aspecto da cobertura da *Folha*, citando a manchete “Protestos de rua derrubam as tarifas”, do dia 21 de junho de 2013, um dia após o anúncio da revogação do aumento.

Enquanto não se decifra a insatisfação que tomou o asfalto, a cobertura se reveza em um “morde-assopra”, dependendo do grau de vandalismo dos protestos. Na quinta feira, a **Folha** fez uma capa em tom triunfalista, que anunciava que “PROTESTOS DE RUA DERRUBAM TARIFAS”, escrito assim, tudo em letras maiúsculas. No dia seguinte, o destaque era a violência se espalhando pelo país. (SINGER, S., 2013, p. A8).

O terceiro texto, *#vemprarua*, *Folha*, de 30 de junho de 2013, inicia questionando como a mídia convencional não foi capaz de perceber o conjunto de insatisfações que eclodiram em junho de 2013. Ressalta, ainda, que havia uma espécie de calma na vida nacional com o registro de índices positivos da avaliação da presidente da república e, no tocante à economia, ao baixo índice de desemprego.

No entanto, a principal questão tratada no texto é sobre a necessidade que a *Folha* teria de se comunicar melhor com seus leitores, em especial os jovens de classe média das áreas urbanas responsáveis por desencadear as manifestações, e que a imprensa, como um todo, não sabia como cobrir o que estava ocorrendo, pois a mesma nem entendia o real significado das manifestações, a exemplo do que já tinha sido abordado sobre isso no artigo anterior.

Dentre os elementos que embasam essa conclusão está a citação de um artigo publicado na *Folha* no qual se destacou o fato dos que se manifestam, seja em atos ou por meio da internet, “...se sentem mal representadas pela mídia tradicional” (COELHO *apud* SINGER, S., 2013). E a origem desse problema estaria no fato de que a *Folha* sofre de um “...‘Abismo geracional’, que ele identifica na falta de jovens escrevendo no jornal ou sendo entrevistados para comentar o movimento” (COELHO *apud* SINGER, S., 2013).

Os caminhos apontados seriam o de incrementar o já numeroso grupo de colunistas do jornal com autores mais jovens, além de uma atuação nas redes sociais que

possibilite o jornal a identificar com antecedência insatisfações que podem dar origem a novos movimentos de rua.

Rejuvenescer o corpo de colunistas poderia ajudar a criar uma sintonia maior com as ruas, mas, com certeza, não basta. Um monitoramento mais profissional das redes sociais também é um caminho, já que elas mostraram a sua força nas mobilizações pelo país. É preciso aprender a interpretar as ondas no Facebook e no Twitter, separando o que é realmente importante do que é espuma. Trata-se de tornar realidade o pretencioso slogan da mais recente campanha publicitária do jornal em que uma garota diz: “A **Folha** segue o que eu penso e o que eu não penso. A **Folha** me segue. Eu sigo a **Folha**”. (SINGER, S., 2013, p. A6)

No entanto, essa argumentação não se coaduna com, talvez, a principal crítica à mídia convencional feita nos protestos que era a acusação de que a mesma tem uma postura manipuladora diante dos fatos noticiados que sejam do seu interesse ou de figuras do mundo político e econômico, com as quais simpatiza.

Além disso, a crítica à questão da falta de representatividade no jornal, não apenas ecoada nos protestos de junho, mas, muito antes, provavelmente se refere a pouca presença de minorias da sociedade nas pautas da grande imprensa como moradores da periferia e do campo, negros, gays e militantes de movimentos sociais e sindicais.

Quase um mês depois, foi publicado mais um artigo sob o título *Papa, P2 e os ninjas*, de 28 de julho de 2013. O texto se caracteriza, principalmente, por uma defesa do jornalismo convencional e cita como exemplo o caso de um militante preso durante as manifestações na cidade do Rio de Janeiro em meio à visita do Papa Francisco ao Brasil.

Bruno Ferreira Teles foi detido sob a acusação de porte de explosivo. Naquela semana, todavia, a exibição de uma reportagem no *Jornal Nacional* que exibiu provas, a partir de vídeos que circulavam na internet, desmentia a versão oficial da polícia. Este fato foi determinante para a reversão do caso em benefício do acusado.

O texto elogia a *Folha* pela cobertura da visita do Papa. No entanto, critica o jornal por ser diferente de outros veículos. Além de ter demorado a noticiar, não apenas os problemas na infraestrutura destinada aos eventos relativos a vinda do pontífice ao Brasil, mas também em relação ao episódio da prisão relatado acima.

Há a constatação de que a cobertura de protestos deve levar em conta, como fontes, o material disponível na internet oriundo de filmagens de ativistas que estivessem nos atos, de maneira crítica, pois essa produção teria como intuito ser favorável aos manifestantes.

Por fim, destaca que “...No momento, blogs e redes sociais não tem capacidade nem qualidade para tomar o lugar da mídia convencional, mas servem de agente provocador” (SINGER, S., 2013, p. A6). O curioso é perceber que essa afirmação é defendida sem a apresentação de qualquer dado empírico ou demonstração de um caso específico de algum país que comprove tal assertiva.

O que se pode perceber, de maneira geral, é que o discurso presente nos artigos da ombudsman vão ao encontro do próprio posicionamento do jornal, sobre os protestos, sobretudo em relação a atuação dos manifestantes, além de poucos questionamentos relevantes quanto à cobertura do jornal nesse período e a falta de uma reflexão sobre o papel da mídia convencional no país hoje. Isso se dê, talvez, pelo fato de as emissoras de televisão terem sido os principais alvos de manifestantes e não a mídia impressa.

3.5 Junho: documentário produzido pela Folha

Em junho de 2014, a *Folha* lança um documentário sobre o período, intitulado *Junho – O mês que abalou o Brasil*, em que “...O filme, dirigido por João Wainer e distribuído pela O2 Play, foi elaborado a partir da cobertura dos protestos realizada no ano passado pela TV Folha⁵⁰” (FOLHA, 2014)⁵¹

O filme consiste na exibição de imagens captadas nas manifestações na cidade de São Paulo registradas pela equipe da TV Folha, acrescido de depoimentos de intelectuais, dentre eles, colunistas do jornal, como Demétrio Magnoli e Vladimir Safatle, além de ativistas que estiveram presentes nos atos sobre suas visões sobre junho de 2013.

Quanto à participação do MPL no longa-metragem há o registro de fala de duas militantes, Nina Campello e Mariana Toledo, além de uma análise do movimento, no qual “...Ao invés de apresentar pautas muito genéricas no interior das discussões políticas, o fim do capitalismo, coisas dessa natureza. Eles vão em direção a um sintoma específico. O sintoma que mostra toda irracionalidade do sistema.” (SAFATLE *apud* JUNHO – O MÊS QUE ABALOU O BRASIL, 2014). Além disso,

⁵⁰ “...produção independente do jornal Folha de S. Paulo exibida pela TV Cultura.” (ASSÊNIO; CORDENONSI; ROSSIGNOLLI. 2013, p. 1). Era exibido aos domingos e esteve no ar entre 2012 e 2014.

⁵¹ FOLHA lança “Junho”, filme sobre os protestos, no dia 5; assista ao trailer. **Portal Folha**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/multimedia/videocasts/2014/05/1455188-folha-lanca-junho-filme-sobre-os-protestos-no-dia-5-assista-ao-trailer.shtml>> Acesso em: 01 set. 2015.

O prólogo do documentário começa com a chamada num letreiro vazado: - Este filme foi produzido sem a utilização de recursos públicos: esta frase parece tentar desvincular o filme dos aparatos do estado, do governo, no entanto, de maneira alguma isenta o grupo de mídia Folha de SP de fazer parte do sistema midiático e ser ator ativo no processo manutenção da hegemonia e poder vigentes. (ROCHA, 2015, p.8)

A iniciativa do jornal de produzir um material, audiovisual no caso, sobre o período de junho de 2013 é bastante oportuna, para contribuir com os estudos sobre os temas que emergiram das manifestações, inclusive abordando as críticas em relação à atuação da grande imprensa feitas durante a cobertura dos atos. Além disso, possibilita ao público uma visão menos superficial creditada à grande parte da cobertura da mídia tradicional, inclusive a Folha, pois

se olharmos pelo ponto de vista dos valores-notícia, vamos perceber que, na verdade, o veículo apenas seguiu procedimentos comuns à rotina de produção. De forma que o inusitado (depredação, confronto com a polícia) e o factual naturalmente receberiam mais espaço do que discussões temáticas como os direitos do cidadão a elementos como saúde, educação, a importância da Sociedade Civil Organizada e dos Movimentos Sociais, etc. (BISPO, 2015, p.14)

A partir do que foi exposto nesse capítulo, foi possível perceber que a *Folha*, do ponto de vista histórico, se posicionou de duas maneiras, ora mais conservadora quando apoiou o golpe militar de 1964 e a defesa de causas liberais, sobretudo, no campo econômico; ora de forma mais progressista, com o apoio às Diretas-Já, nos anos 80.

No tocante às manifestações de junho de 2013, o material analisado nesse capítulo, editoriais e artigos da coluna de Ombudsman, mostra que o jornal adotou uma postura conservadora diante dos protestos, em um primeiro momento. No entanto, suavizou o tom da cobertura, à medida que as manifestações ganharam a adesão de mais manifestantes, além da repressão policial sofrida por alguns de seus repórteres.

Essa constatação é importante, pois, certamente, ajudará a entender como o jornal cobriu a atuação dos militantes do MPL com base na categoria de representação social, em um contexto que o discurso do bom manifestante X o discurso do mal manifestante teve grande espaço na mídia convencional.

Neste capítulo foi possível observar como a *Folha* adota posicionamentos distintos sobre determinados temas e em épocas específicas, o que dá para inferir que, a partir do que foi exposto sobre o jornal e, de maneira geral, o presente diário tem historicamente um posicionamento muito mais próximo do espectro conservador do que um

viés progressista, em especial no tocante aos momentos políticos que o país passou desde a criação do impresso.

A análise dos editoriais permitiu perceber o posicionamento da *Folha* diante dos protestos, seja no âmbito da cidade de São Paulo ou o impacto das manifestações nos poderes constituídos, em que esse viés conservador descrito acima se manifestou incisivamente nos primeiros dias de protestos e que, quando os atos espalharam-se pelo país, o tom adotado pela publicação foi menos beligerante.

Quanto aos artigos da coluna de Ombudsman, ficou nítido que o nível de questionamento quanto a cobertura do jornal sobre as manifestações deixou a desejar, com um discurso muito mais próximo do que a própria publicação defendia.

Quanto ao próximo capítulo, objetiva-se apresentar uma breve discussão teórica sobre a categoria de representações sociais, a análise das matérias da *Folha* sobre a atuação do MPL e a relação destas com a categoria de representações, além de uma análise entre o posicionamento do MPL e o que as unidades de significação que agrupam as matérias da *Folha* se propõem a revelar.

4. MOVIMENTO PASSE LIVRE NOS CADERNOS “COTIDIANO” E “PODER” E REPRESENTAÇÃO SOCIAL.

Este capítulo tem por objetivo inicial apresentar uma breve discussão teórica sobre a categoria de Representações Sociais a partir de Moscovici (2003). Em seguida, apresentamos as matérias que compõe o corpus de análise do trabalho divididas em unidades de significação (BARDIN, 2002) que serão relacionadas com a categoria de representação, sobretudo no tocante aos seus conceitos geradores: Ancoragem e Objetivação.

Já, por fim, o presente capítulo trará pontos de uma entrevista realizada com uma militante do movimento, Mariana Toledo, onde suas falas se confrontarão também com os conceitos de Ancoragem e Objetivação.

Segundo Almeida; Bonfim (1992), Nunes; Oliveira (2015) e Siqueira (1994) os estudos sobre Representações Sociais iniciam-se, sobretudo, a partir do trabalho de Serge Moscovici, em meios aos seus estudos sobre Psicologia Social, quando o mesmo buscou reconfigurar a categoria de Representações Coletivas desenvolvida anteriormente por Emile Durkheim, pois

do ponto de vista de Durkheim, as representações coletivas abrangiam uma cadeia completa de formas intelectuais que incluíam ciência, religião, mito, modalidades de tempo e espaço, etc. De fato, qualquer de idéia, emoção ou crença, que ocorresse dentro de uma comunidade, estava incluído. Isso representa um problema sério, pois pelo fato de querer incluir demais, inclui-se muito pouco: querer compreender tudo é perder tudo. A intuição, assim como a experiência, sugere que é impossível cobrir um raio de conhecimento e crenças tão amplo. (MOSCOVICI, 2003, p. 45-46)

Já dentre as principais características das Representações Sociais percebe-se que elas

Convencionalizam os objetos, pessoas ou acontecimentos que encontram. Elas lhe dão uma forma definitiva, as localizam em uma determinada categoria e gradualmente as colocam em um modelo de determinado tipo, distinto e partilhado por um grupo de pessoas [...] são prescritivas, isto é, elas se impõem sobre nós com uma força irresistível. Essa força é uma combinação de uma estrutura que está presente antes mesmo que nós comecemos a pensar e de uma tradição que decreta o que deve ser pensado. (MOSCOVICI, 2003, p. 34-36)

Dessa forma, o ato de convencionalizar, que também pode-se aplicar às mensagens, após o processo de decodificação, necessita ou é forçado na categorização. E é justamente através na busca de elementos do conhecimento, seja ele no plano teórico, ou seja no plano abstrato, que se dá o embasamento a esse processo de classificar. Além disso,

Representações, obviamente, não são criadas por um indivíduo isoladamente. Uma vez criadas, contudo, elas adquirem uma vida própria, circulam, se encontram, se repelem e dão oportunidade ao nascimento de novas representações, enquanto velhas representações morrem. (MOSCOVICI, 2003, p. 41)

Além disso, é importante perceber que representações sociais também têm como objetivo estabelecer distinção entre conhecimento comum e conhecimento científico, pois a representação social

é uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para uma construção da realidade comum a um conjunto social. Igualmente designada como saber de senso comum ou ainda saber ingênuo, natural, esta forma de conhecimento é diferenciada, entre outras, do conhecimento científico [...] Geralmente, reconhece-se que as representações sociais – enquanto sistemas de interpretação que regem nossa relação com o mundo e com os outros – orientam e organizam as condutas e as organizações sociais. Da mesma forma, elas intervêm em processos variados, tais com a difusão e a assimilação dos conhecimentos, o desenvolvimento individual e coletivo, a definição das identidades pessoais e sociais, a expressão dos grupos e as transformações sociais. (JODELET, 2001, p. 22)

É importante ressaltar esse ponto, pois, no caso da mídia, não é especificamente o autor da matéria que cria imagens sobre determinada personalidade, grupo ou fato histórico por vontade própria. Essa imagem se constrói, muitas vezes, devido a motivações de grupos midiáticos que veiculam as notícias, para fins, quase sempre, de preservar os seus interesses em detrimento do direito à comunicação do cidadão. E é o conjunto do material apresentado neste trabalho, sobre a *Folha* e, em especial, as matérias sobre o MPL que queremos analisar neste momento, investigando até que ponto eles demonstram ou não a tentativa de deslegitimar um movimento social.

Já Thompson (1998) que, embora não seja um estudioso das Representações Sociais, entende que o poder pode ser dividido em quatro categorias: econômico, político, coercitivo e simbólico. Neste trabalho, dentre essas categorias, aquela que tem relação direta com a presente pesquisa é o poder simbólico, pois

Se a atividade simbólica é uma característica penetrante da vida social, há, entretanto, uma grande variedade de instituições que assumem um papel particular historicamente importante na acumulação dos meios de informação e de comunicação. Estas incluem [...] instituições da mídia, que se orientam para a produção em larga escala e a difusão generalizada de formas simbólicas no espaço e no tempo. (THOMPSON, 1998, p. 24) .

A partir dessa ideia, é coerente afirmar que, nesse processo envolvendo as formas simbólicas, a mídia vai buscar criar imagens, do ponto de vista sociopolítico, que ela tem interesse que o seu público tenha acesso.

Dessa forma, acontecimentos da vida política, econômica, científica, cultural e até mesmo a vida íntima de indivíduos anônimos ou famosos ganham, na mídia, o caráter, muitas vezes, maniqueísta de bons e maus, ou seja, daqueles que são movidos por interesses supostamente escusos ou que vão de encontro ao que a própria mídia considera como normalidade, em contraposição àqueles que sofrem as consequências danosas. Além disso,

Quando os indivíduos codificam ou decodificam mensagens, eles empregam não somente as habilidades e competências requeridas pelo meio técnico, mas também várias formas de conhecimento e suposições de fundo que fazem parte dos recursos culturais que eles trazem para apoiar o processo de intercâmbio simbólico. Estes conhecimentos e pressuposições dão forma às mensagens, à maneira como eles entendem, se relacionam com elas e as integram em suas vidas. O processo de compreensão é sempre uma ação recíproca entre mensagens codificadas e os intérpretes situados, e estes sempre trazem uma grande quantidade de recursos culturais de apoio a este processo. (THOMPSON, 1998, p. 29-30)

4.1 Matérias sobre o MPL publicadas nos cadernos *Cotidiano e Poder*.

Para a presente pesquisa, foi feito um levantamento em todas as edições do jornal *Folha de São Paulo*, no mês de junho de 2013, no acervo digital da publicação⁵². A partir disso, foram encontradas matérias sobre o MPL nos cadernos *Cotidiano e Poder*, dos quais foram selecionadas vinte matérias: dezenove matérias publicadas no *Cotidiano* entre os dias 7 e 28 de junho e uma matéria publicada no *Poder* do dia 25 de junho.

A metodologia de análise seguiu a mesma sistemática daquela utilizada para as reflexões sobre os editoriais. Recorremos à análise de conteúdo a partir dos estudos de Bardin (2002) e com base nesse referencial, a exemplo da análise dos editoriais apresentam-se aqui uma hipótese quanto às matérias da *Folha*.

- Os militantes do MPL tiveram espaço nas páginas da Folha, com o intuito muito mais de se posicionarem quanto a atos que a mídia, de maneira geral, convencionou chamar de vandalismo do que de exporem suas pautas.

Além disso, as matérias foram divididas em três unidades de significação: *Atuação, Resposta e Caracterização*.

⁵² <<http://www.acervo.folha.com.br>>

Data	Matérias	Unidades de Registro	Unidades de Significação
13/06/2013	Movimento propõe suspender reajuste.	Sobre uma tentativa de suspensão dos protestos concomitante com a suspensão do reajuste por 45 dias.	Atuação
14/06/2013	PM diz que grupo quebrou acordo de não ir à Paulista.	Apresenta posicionamentos da PM, do MPL e do secretário de segurança sobre o protesto do dia 13 ter ido para a Avenida Paulista.	
17/06/2013	Estado negocia com líderes de protesto; metrô cerca estação.	Sobre uma reunião a ser realizada entre MPL e Secretaria de Segurança Pública a cerca da manifestação do dia 17.	
17/06/2013	Movimento diz que não negociará percurso.	Expõe posição do MPL em não aceitar tentativa de estabelecimento prévio de trajeto, pelas autoridades, para o protesto do dia 17.	
20/06/2013	Grupo mantém ato hoje na Paulista e diz lutar pela tarifa zero.	Expõe o posicionamento do MPL em manter a realização de mais um ato, para o dia 20, após o anúncio de revogação do reajuste.	
22/06/2013	Movimento suspende protestos, mas volta atrás.	Sobre a iniciativa do MPL, em um mesmo dia, de anunciar a suspensão de novos protestos e posteriormente recuar da decisão.	
24/06/2013	Em encontros, Passe Livre reforça abaixo-assinado por tarifa zero	Sobre a iniciativa do MPL em promover reuniões públicas a fim de divulgar a sua pauta e coletar assinaturas para projeto de lei instituindo o passe livre.	
25/06/2015	Com apoio do Passe Livre, entidades fazem atos na	Sobre uma manifestação a ser realizada no dia 25, organizada por entidades como MTST e	

	periferia hoje.	periferia ativa e que contava com o apoio do MPL e de partidos.	
25/06/2013	Para ativistas, Planalto está despreparado para debate.	Sobre a reunião de membros do MPL com a presidente Dilma Rousseff.	
08/06/2013	É impossível controlar a revolta, diz movimento.	Expõe posição do MPL a cerca de confrontos entre a polícia e manifestantes nos atos.	
12/06/2013	‘É revolta popular, sem controle’, diz movimento.	Novamente expõe posição do MPL a cerca de confrontos entre a polícia e manifestantes nos atos.	Resposta
19/06/2013	Grupo condena violência e fala em ‘revolta popular’.	Expõe posição do MPL contrária a atos de violência nos protestos.	
22/06/2013	Em nota, MPL repudia agressão contra partidos.	Sobre posição do MPL contrária a atos hostis cometidos contra militantes de partidos nas manifestações.	
28/06/2013	É difícil fazer protesto pacífico, diz, Passe Livre.	Sobre a sabatina realizada pela <i>Folha</i> e portal <i>UOL</i> com membros do MPL.	
07/06/2013	Grupo Reúne ala radical de partidos e estudantes	Descrição sobre a composição do MPL e seus protestos contra o último reajuste em 2011.	
08/06/2013	Grupo Passe Livre foi apoiado por petistas em 2011	Sobre um suposto apoio dado ao movimento por vereadores petistas na gestão do prefeito Gilberto Kassab.	Caracterizaçã o
10/06/2013	Haddad defende ação da PM para tirar protestos de vias	Nota com o posicionamento do vereador Antônio Donato a respeito da matéria que o ligaria ao MPL no ano de 2011.	

16/06/2013	No MPL ‘não pode ter cara de playboy’, diz estudante.	Sobre a composição do MPL	
21/06/2013	Passe Livre prega ‘expropriação’ do transporte coletivo	Histórico e principais pautas do MPL	
27/06/2013	DNA trotskista.	A cerca, sobretudo, dos primórdios do MPL, em Florianópolis.	

Tabela 2 – Matérias da Folha de São Paulo (Cadernos: Cotidiano e Poder – Junho 2013)

4.4.1 Unidade de Significação: *Atuação*.

A primeira unidade de significação, intitulada *Atuação*, reúne nove matérias, sendo oito publicadas no caderno *Cotidiano* e uma publicada no caderno *Poder*. Essas matérias baseiam-se na atuação do MPL durante os protestos na cidade de São Paulo em junho de 2013.

Das nove matérias, quatro foram publicadas antes da revogação do reajuste e as outras cinco após disso. Dessa forma, foi possível inferir que as matérias publicadas anteriormente à revogação do aumento se concentram em noticiar tentativas de negociação do MPL com o poder público, em especial com a PM, a fim de como deveriam ser o trajeto das manifestações. Sobretudo se as vias poderiam ou não ser utilizadas, além da tentativa de suspensão dos protestos com o intuito de se discutir os custos da tarifa.

Já as matérias publicadas após a revogação do aumento focam em ações do MPL como a realização de novas manifestações, no apoio a atos promovidos por outras entidades, na realização de reuniões públicas, a fim de divulgar as suas pautas para um número cada vez maior de pessoas e no encontro de membros do movimento com a presidente Dilma, em Brasília.

A primeira matéria, *Movimento propõe suspender reajuste*, de 13 de junho de 2013, é sobre uma reunião ocorrida no dia anterior entre representantes do Ministério Público, MPL e governos estadual e municipal. Nela, chegou-se a uma proposta, que seria levada ao prefeito e ao governador, pela promotoria, na qual o reajuste de vinte centavos

seria revogado por quarenta e cinco dias, o que, de fato, não ocorreu, ao mesmo tempo em que haveria a suspensão de novos protestos convocados pelo MPL nesse período.

Esse período acordado serviria para que uma comissão formada (e que a matéria dá a entender que existiriam outros membros além dos quais ela cita, como integrantes do MPL, PSOL e o presidente do sindicato dos metroviários) analisasse, junto ao governo, se os custos relativos à tarifa seriam assumidos pelo Estado ou pelo município.

Há, ainda, na matéria, a fala do promotor de habitação e urbanismo, Maurício Ribeiro Lopes, que entende que, se o governo não aceitasse a proposta, o MPL voltaria a ter o protagonismo do momento. No mesmo dia, outra manifestação já estava prevista.

A segunda matéria, *PM diz que grupo quebrou acordo de não ir à Paulista*, de 15 de junho de 2013, discorre sobre um acordo que teria sido firmado, entre a PM e o MPL, da manifestação convocada pelo grupo para o dia 13 de junho não seguir em direção à Avenida Paulista.

Segundo o comandante-geral da PM, Benedito Roberto Meira, o MPL teria quebrado esse acordo e que a PM teria agido contra os manifestantes porque os mesmos teriam provocado ataques aos policiais.

A polícia tem o papel constitucional de manter a ordem pública. Quando essa ordem for rompida, precisamos agir. Não foi a polícia quem quebrou a ordem. Foram os manifestantes. [...] Fomos atacados antes e reagimos. Eles usaram pedras, rojões, morteiros. Por isso, houve uma reação da PM (MEIRA *apud* FOLHA DE S. PAULO, 15 jun. 2013, p. C4)

Já o MPL, na figura de Nina Cappello, defendeu que, em certo momento da manifestação, o movimento não teve mais contato com o comando da PM, a fim de conversar sobre o prosseguimento da manifestação “...A ideia era ir para a praça Roosevelt e a gente avaliaria com a polícia para onde seguiria. Mas eles desapareceram e a gente não conseguiu mais conversar com o comando, que se isolou.” (CAPPELLO *apud* FOLHA DE S. PAULO, 15 jun. 2013, p. C4)

A matéria dá destaque à realização de protestos na Avenida Paulista, onde cita, novamente, Nina Cappello que defende que a via tem uma visibilidade maior devido ao grande fluxo de pessoas, sobretudo após o fim do expediente de muitos paulistanos. Já no fim do texto, a *Folha* reforça que o bloqueio a Avenida Paulista adquire uma dimensão maior devido a abrigar a sede de várias empresas e sua relevância quanto ao trânsito.

A terceira matéria, *Estado negocia com líderes de protesto; metrô cerca estação*, de 17 de junho de 2013, é sobre a iniciativa do governo estadual em promover uma reunião com o MPL, nesse dia. O objetivo seria discutir sobre uma manifestação marcada também para o mesmo dia, a fim de que não ocorressem supostos atos de violência, segundo o secretário de Segurança Pública, Fernando Grella, uma das fontes da matéria.

Segundo o texto, a administração estadual queria definir qual o trajeto que a manifestação, marcada para o fim da tarde, seguiria. Isso era para que fosse realizado um planejamento, inclusive de aparato policial, com o intuito de que a manifestação ficasse sob controle, o que não teria ocorrido em atos anteriores.

Além disso, segundo o secretário, estaria liberado o uso de vinagre e a polícia não iria utilizar bombas de gás lacrimogênio, spray de pimenta e balas de borracha e nem haveria a presença da Tropa de Choque por considerar que o protesto seria pacífico.

O que o texto, na verdade, faz, é destacar muito mais o componente de possíveis atos de violência, danos ao patrimônio e conflito entre manifestantes e o aparato policial do que discorrer sobre a pauta do MPL. Já o movimento estaria disposto a conversar, mas sem a prévia definição do trajeto.

A quarta matéria, *Movimento diz que não negociará percurso*, de 17 de junho de 2013, é uma continuação da matéria anterior. Nela, o MPL se coloca contrário a tentativas de controle do trajeto da manifestação, marcada para o fim da tarde, a partir da delimitação do trajeto.

Há uma fala da ativista Nina Cappello, defendendo a autonomia do movimento em propor o caminho da manifestação “...A decisão do caminho da manifestação é uma decisão política nossa, nós não vamos decidir o trajeto com eles” (CAPPELLO *apud* FOLHA DE S. PAULO, 17 jun. 2013, p. C3)

Há, ainda, outras falas de Nina que afirmam que os protestos continuariam enquanto não houvesse a revogação do reajuste por parte da prefeitura e do governo estadual. Cappello afirma, ainda, que a reunião, descrita na matéria anterior, seria uma oportunidade para conversar e evitar a repressão policial que teria havido no último protesto.

Além disso, ela reforça que o MPL quer discutir o transporte público e seus problemas, que existia, ainda, uma tentativa de criminalização do movimento e que a

“violência” praticada por manifestantes se deu em função da atuação da polícia, que teria provocado o conflito.

A quinta matéria, *Grupo mantém ato hoje na Paulista e diz lutar pela tarifa zero*, de 20 de junho de 2013, é a primeira publicada após a revogação do reajuste, no dia anterior, por parte da prefeitura e do governo estadual.

A matéria destaca o clima de comemoração entre os membros do MPL com a suspensão do aumento. O movimento, ainda, realizaria uma nova manifestação no dia seguinte, 21 de junho.

Há a fala de militantes do MPL que defendem que o passo seguinte seria a conquista do passe livre, além de outras demandas que continuavam na pauta do movimento, como reforma urbana, além da defesa de manifestantes que foram detidos, a fim de que não respondessem a processo criminal, sendo essas considerações entoadas por membros do movimento presentes na matéria.

A matéria relata que, de maneira geral, houve comemoração de manifestantes pela revogação do aumento, como expressou o militante do MPL Pedro Bernardo “...Cada um que compareceu a alguma das manifestações pode pegar uma pena e escrever seu nome na história” (BERNARDO *apud* FOLHA DE S. PAULO, 20 jun. 2013, p. C5)

Além disso, o texto registrou em São Paulo e em outras cidades paulistas protestos e que, ainda, no dia 20, seriam realizados novos atos em, pelo menos, noventa cidades brasileiras.

A sexta matéria, *Movimento suspende protestos, mas volta atrás*, de 22 de junho de 2013, é sobre uma suposta mudança de posicionamento do MPL que havia divulgado a suspensão de novos protestos e, no mesmo dia, afirmou que continuaria realizando-os na cidade.

Segundo as falas dos militantes presentes na matéria, o movimento, após a vitória da redução da tarifa, reavaliaria seus próximos passos, mas com a continuidade das manifestações, como relatou o militante Caio Martins

Todo mundo publicou uma coisa num tom que não é isso. Você acha que nós vamos parar de fazer lutas? Não vamos [...] Protesto não é todo dia. Não temos data, mas uma hora vai acontecer. Acabamos de vencer, vamos vencer mais. Agora temos que formular o que vamos exigir. (MARTINS *apud* FOLHA DE S. PAULO, 22 jun. 2013, p. C4)

De maneira geral, a redução do preço das passagens, para o MPL, teria sido uma etapa conquistada, dentre as suas pautas, e que a sua atuação continuaria para alcançar, por exemplo, a tarifa zero.

Uma das razões dessa interrupção das manifestações seria, segundo o MPL, a presença de grupos que defendiam pautas conservadoras nas manifestações. Além disso, tanto o MPL como o poder público negaram a existência de acordo para a não convocação de mais protestos.

Para o MPL, ainda, os atos de violência nos protestos foram resultado da atuação repressiva da polícia. Além disso, os protestos extrapolaram a pauta do transporte se expandindo pelo país, motivo que sustenta a defesa de que o movimento não teria como controlar os atos em outras cidades.

A sétima matéria, *Em encontros, Passe Livre reforça abaixo-assinado por tarifa zero*, de 24 de junho de 2013, é sobre uma reunião pública na qual o MPL expõe suas pautas a cidadãos interessados em debatê-las com o movimento, em especial a tarifa zero.

A matéria destaca a iniciativa do movimento em coletar assinaturas, a fim de apresentar um projeto de lei à Câmara Municipal, instituindo a tarifa zero. Algo que ocorreu na gestão da prefeita Luiza Erundina e já explicitado nesse trabalho.

Há o registro de falas de participantes dessas reuniões, expondo as suas impressões sobre o movimento. No entanto, a *Folha* cita, na matéria, uma pesquisa do instituto DATAFOLHA que entrevistou participantes do ato ocorrido logo após o anúncio de redução da tarifa, dos quais apenas 25% concordavam com a gratuidade do transporte público.

A oitava matéria, *Com apoio do Passe Livre, entidades fazem atos na periferia hoje*, de 25 de junho de 2013, é sobre a realização de atos que ocorreriam em regiões de periferia de São Paulo por grupos como MTST e Periferia Ativa, os quais contavam com o apoio do MPL e de partidos de esquerda.

Dentre as pautas defendidas estavam a defesa da tarifa zero, a desmilitarização da polícia, questões ligadas à defesa da moradia e o repúdio a investimentos feitos para a Copa do Mundo. Por outro lado, é noticiado que outros grupos se descolaram de

manifestações convocadas pelo MPL, após protestos que registraram atos hostis a partidos políticos.

Esses outros grupos, ao contrário do MPL, se declaravam antipartidários e buscavam promover seus próprios atos com a defesa do combate à corrupção como uma das suas pautas. No entanto, nenhuma democracia moderna funciona sem a existência de partidos políticos, embora, no Brasil, estes tenham grande descrédito, sobretudo por envolvimento de políticos em corrupção e pela percepção da falta de identidade programática de muitos deles.

A nona matéria, *Para ativistas, Planalto está despreparado para debate*, de 25 de junho de 2013, é a única publicada no caderno *Poder*, e relata o encontro de membros do MPL de São Paulo e do Distrito Federal com a presidente Dilma Rousseff no dia anterior.

Convidados pela Presidência da República, os ativistas, segundo a matéria, ficaram insatisfeitos com o resultado da reunião. Segundo eles, o governo não teria apresentado propostas concretas no âmbito do transporte público, embora a presidente tenha demonstrado simpatia pela emenda constitucional que tornava o transporte direito social, conforme ressalta o militante Marcelo Hotimsky “...Não ficamos satisfeitos. Foi uma abertura de diálogo importante, mas vimos a Presidência da completamente despreparada. Não apresentaram uma pauta concreta para mudar a realidade do transporte” (HOMTIMSKY *apud* FOLHA DE S. PAULO, 20 jun. 2013, p. A11)

O MPL critica, ainda, a disposição do ministro da justiça, José Eduardo Cardoso, em disponibilizar a Força Nacional de Segurança para atuar nos protestos. Já o governo entende que a tarifa zero é uma pauta a ser tratada a longo prazo e que já havia investimentos em mobilidade urbana realizados no atual governo.

4.4.2 Unidade de Significação: *Resposta*.

A segunda unidade de significação, intitulada *Resposta*, congrega cinco matérias que buscam especificamente expor as posições do MPL a respeito de situações presentes nas manifestações, em especial conflitos entre manifestantes e forças policiais, prédios públicos como alvo das manifestações e hostilidade à presença de militantes dos partidos políticos nas manifestações.

A partir disso, infere-se que a *Folha* buscou publicar, com base nessas matérias, a posição do MPL sobre assuntos eminentemente negativos, temas que podem indicar que a sua intenção diante do leitor é a tentativa de desconstrução das manifestações convocadas pelo movimento.

A primeira matéria, *É impossível controlar a revolta, diz movimento*, de 08 de junho, traz a posição do MPL, por meio de nota, em que o grupo não apoia qualquer ato de “violência” e repudia a atuação da PM no protesto do dia 06.

A insatisfação de pessoas presentes aos protestos com a ação da PM e do poder público, segundo o MPL, é que gera revolta a ponto de seus militantes não terem qualquer tipo de controle contra reações mais exaltadas. Por outro lado, a matéria cita a posição da PM de que teria agido para manter a ordem e não em praticar repressão.

Além disso, a matéria cita alguns indivíduos presos nos protestos sob a acusação de “depredação” e que o metrô de São Paulo anunciou um prejuízo em suas instalações e que cobraria judicialmente por isso.

A segunda matéria, *‘É revolta popular, sem controle’, diz movimento*, de 12 de junho de 2013, está centrada na fala da militante do MPL, Nina Cappello, sobre o protesto do dia anterior, em que o jornal traz falas da ativista, a fim de situar o leitor do ocorrido na visão do movimento, pois “...A gente não tem controle. Ficou claro que a manifestação se transformou em uma revolta popular na cidade contra o aumento da tarifa.” (CAPPELLO *apud* FOLHA DE S. PAULO, 12 jun. 2013, p. C5)

Além disso, ela reitera que a atuação da polícia militar foi no intuito de reprimir os manifestantes e que a força policial acabou impedindo que o MPL encerrasse a manifestação em um terminal de ônibus, que, segundo ela, é uma prática comum do movimento que realizaria lá algumas atividades antes do fim do ato.

O texto diz, ainda, que o MPL queria se reunir com o prefeito. Por outro lado, há espaço para a polícia militar expor que havia sido agredida e que, por isso, agiu contra os manifestantes. Já a entrada no terminal de ônibus, qualificada como “invasão”, teria como intuito promover “queima” de veículos, contudo sem apresentar nenhuma prova. O MPL, ainda, promoveria um novo ato no dia 13 de junho.

A terceira matéria, *Grupo condena violência e fala em ‘revolta popular’*, de 19 de junho de 2013, expõe o posicionamento do MPL em repudiar a violência no protesto do dia anterior, onde houve tentativa de ocupação da sede da prefeitura e incêndio a um carro de reportagem da emissora de televisão *Record*.

O texto aponta, ainda, que o movimento considera, como revolta popular, atos descritos, na matéria, como “vandalismo” e como episódios de saque. Há a fala de um militante do MPL, Marcelo Hotimsky, onde defende que “...Tudo o que aconteceu é revolta popular. Se quiser manter a cidade em ordem, vai ter que mudar para conter esse sentimento de revolta” (HOMTIMSKY *apud* FOLHA DE S. PAULO, 19 jun. 2013, p. C3)

Outra fonte que aparece na matéria é o secretário da Casa Civil do governo estadual, Edson Aparecido, o qual busca responsabilizar o movimento por situações de tensão ocorridas nos protestos “...A liderança de um movimento tem que ter responsabilidade. Eu sou responsável pelo que acontece de bom e pelo que acontece de ruim também [...] estão romantizando muito as coisas; nós vamos ter que abrir esse debate a partir de agora” (APARECIDO *apud* FOLHA DE S. PAULO, 19 jun. 2013, p. C3). Por fim, a matéria informa de um novo ato do MPL para o dia seguinte, além de um ato do Movimento dos Trabalhadores do Sem Teto (MTST) que teria o apoio do MPL.

A quarta matéria, *Em nota, MPL repudia agressão contra partidos*, de 22 de junho de 2013, é um curto texto que informa que o MPL divulgou nota na qual condena atos hostis a partidos políticos ocorridos em protestos do dia 20 e defendendo a sua presença nos protestos, mas ressaltando o caráter apartidário do movimento.

No entanto, a matéria ressalta o fato de o MPL não se posicionar contra ao que ela classifica como “ataques” a prédios públicos ocorridos em algumas capitais, ou seja, a *Folha* busca jogar no MPL a responsabilidade por ser supostamente permissivo com atos aos quais condena.

A quinta matéria, *É difícil fazer protesto pacífico, diz Passe Livre*, de 28 de junho de 2013, relata a sabatina da qual participaram dois integrantes do MPL, Caio Martins e Mariana Toledo, e promovido no dia anterior pelo portal *UOL* e pela *Folha*.

A matéria é um apanhado de posições dos membros do movimento externadas na sabatina. Eles entendem a violência nos protestos como resposta à repressão policial.

Criticaram, ainda, a proposta de passe livre estudantil proposto pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, e defendem que a tarifa zero deva ser financiada pelos contribuintes.

Boa parte do texto se dedica à discussão da existência de manifestação pacífica e ações contra prédios públicos “...É muito difícil conseguir fazer uma manifestação pacífica de rua [no Brasil] por que o Estado é violento” (MARTINS *apud* FOLHA DE S. PAULO, 28 jun. 2013, p. C5)

Além disso, o MPL se coloca não só contra atos de “depredação” a prédios públicos, mas também de não buscar criminalizar a atuação de outros manifestantes “...Uma coisa é tentar, auto organizadamente, restringir [a violência]. Ajudar a polícia a criminalizar quem quer que seja é outra coisa” (TOLEDO *apud* FOLHA DE S. PAULO, 28 jun. 2013, p. C5)

Sobre a tarifa zero, os membros do MPL citaram formas de financiamento e ainda criticaram o resultado da reunião com a presidente Dilma Rousseff. Eles ainda disseram que convocariam mais protestos e citaram a iniciativa de buscar o passe livre, via projeto de lei.

Houve críticas à imprensa por classificar o movimento como um grupo de “vândalos” nos primórdios das manifestações. Falaram, ainda, sobre a forma de organização, como se organizam em uma manifestação, além de destacar as redes sociais como difusoras das atividades do movimento, no momento da luta contra o aumento de vinte centavos nas tarifas das passagens de ônibus.

4.4.3 Unidade de Significação: *Caracterização*.

A terceira unidade de significação, *Caracterização*, reúne seis matérias que se propõem a descrever o movimento, desde a sua história, suas pautas e suas táticas de atuação. Dentre os principais pontos em comum, nas matérias, a permanente tentativa de associação do MPL a partidos políticos de esquerda é a mais notória.

A primeira matéria, *Grupo reúne ala radical de partidos e estudantes*, de 07 de junho de 2013, um dia após o primeiro protesto convocado pelo MPL, é uma nota sobre a composição do movimento que teria entre seus membros indivíduos de setores que o jornal considera como radicais, de partidos como o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e o

Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU), sem, no entanto, explicitar que setores seriam esses e o que defendem.

Além disso, relata que o movimento defende a tarifa zero e que já havia se manifestado anteriormente contra o reajuste anterior, no ano de 2011. O referido ato havia sido convocado dias antes pelo movimento, através de cartazes e panfletos, que traziam frases defendendo a revogação do aumento.

A segunda matéria, *Grupo Passe Livre foi apoiado por petistas em 2011*, de 08 de junho de 2013, divide-se em dois eixos. O primeiro é uma tentativa de associação do MPL com parlamentares municipais do PT, quando estes eram oposição à administração Gilberto Kassab.

O jornal explora que os vereadores paulistanos petistas à época, Antônio Donato e José Américo, posicionavam-se a favor da tarifa zero e contra o aumento dos preços das passagens em 2011. Posição, que segundo a *Folha*, alterou-se desde que ambos passaram a ser governo com a administração de Fernando Haddad.

A *Folha*, ainda, caracteriza o MPL como o responsável pela manifestação de maior violência registrada na administração Fernando Haddad, devido a uma medida da prefeitura. Ou seja, o jornal optou por imputar diretamente ao movimento as consequências do protesto e não em abordar que havia muito mais manifestantes presentes do que somente militantes do MPL.

O segundo eixo é quando a *Folha* abre espaço para situar o movimento como sendo formado por militantes ligados ao movimento estudantil, membros punks e filiados a partidos de esquerda.

Além disso, cita como fonte a página do Facebook do MPL, para ressaltar a horizontalidade do movimento. Por outro lado, dá a entender que existe uma suposta contradição, pois o movimento reivindica o caráter apartidário, quando, segundo a *Folha*, três partidos políticos, dos quais nenhum é citado na matéria, estariam ligados ao MPL. Dessa forma, repete o discurso da matéria anterior de associação do movimento a partidos.

O terceiro texto, *Petista justifica apoio ao 'Passe Livre' em 2011*, de 10 de junho de 2013, é, na verdade, uma nota presente na matéria *Haddad defende ação da PM para tirar protestos de vias*.

Na nota, o secretário municipal de governo e vereador licenciado, Antônio Donato, expõe a posição da bancada do PT na Câmara municipal paulista em relação ao aumento de tarifa na gestão Kassab em 2011 e na gestão Haddad em 2013, quando, no primeiro caso, o reajuste teria sido acima da inflação e, dois anos depois, teria ocorrido o inverso, o reajuste ficara abaixo da inflação.

A quarta matéria, *No MPL 'não pode ter cara de playboy', diz estudante*, de 16 de junho de 2013, descreve o MPL pela quantidade de membros, princípios defendidos como horizontalidade, que a Folha ressalta como sendo um item problemático para a polícia, quando os atos não se encontravam mais sob controle, segundo a militante Érica de Oliveira, ouvida na matéria "...Também não pode ter muita cara de playboy, senão a gente desconfia ser policial infiltrado" (OLIVEIRA *apud* FOLHA DE S. PAULO, 16 jun. 2013, p. C3)

A matéria aponta, ainda, características da forma de organização do MPL e traz, como fonte, as falas de dois militantes do movimento que dizem como se deu a aproximação e filiação ao MPL, além de descrever brevemente o dia-a-dia de ambos. Além do texto, há, ainda, um quadro com o nome de integrantes do MPL, meios de locomoção, suas visões do movimento e a defesa e todos quanto à tarifa zero.

A quinta matéria, *Passe Livre prega 'expropriação' do transporte coletivo*, de 21 junho de 2013, é, na verdade, um apanhado sobre o movimento, como já ocorreu em matérias anteriores.

O texto discorre sobre os antecedentes do movimento, no caso, a Revolta da Catraca, o surgimento do MPL no FSM, em 2005; participação em protestos contra o aumento da tarifa na administração passada; cita a carta de princípios como fonte para apresentar alguns princípios do movimento; e traz, ainda, a fala de pessoas ligadas ao movimento que explicitam a atuação do grupo.

De hierarquia "horizontal", o MPL evita lideranças individuais. Os documentos aprovados são assinados apenas pelo movimento. Outra orientação é ser "cauteloso" com a "mídia corporativa", pois é ligada "às oligarquias do transporte e do poder público". (FOLHA DE S. PAULO, 21 jun. 2013, p. C8).

Também há, no texto, a discussão sobre MPL e partidos políticos, onde o movimento afirma não proibir a presença de filiados nos quadros do grupo, algo presente desde as primeiras matérias aqui analisadas. Já no fim, afirma que o movimento ainda tem ligações com outros grupos que atuam no âmbito da moradia e comunicação popular.

A sexta matéria, *DNA trotskista*, de 27 de junho de 2013, reconta os primórdios do MPL antes mesmo da sua fundação em São Paulo. A matéria inicialmente trata da luta pelo passe livre estudantil no começo dos anos 2000. O texto cita, além disso, a Revolta do Buzu em Salvador e que, hoje, o MPL se encontra em outras cidades além de São Paulo.

Na matéria, há informações de que o surgimento da MPL se deu com a participação de militantes do PT adeptos a corrente política do trotskismo, que estariam em desacordo com os rumos do partido, além de movimentos antiglobalização. O texto reconhece que as manifestações de Florianópolis tiveram uma atuação repressiva da polícia e que uma das táticas do MPL nas cidades em que ocorreram manifestações é o bloqueio de ruas e “ataques” a terminais de ônibus.

4.2 A representação social do MPL nas matérias da Folha

A partir da análise das matérias, podemos resumir quanto às unidades de significação que a primeira, *Atuação*, enquadra o MPL do ponto de vista burocrático, ou seja, o foco se dá sobre questões operacionais ao invés de abordagens sobre como o movimento estaria divulgando as pautas nos protestos.

A segunda unidade de significação, *Resposta*, pode ser resumida como o espaço que a *Folha* concedeu ao movimento, para se posicionar, de maneira quase exclusiva, sobre situações de conflito.

A terceira unidade de significação, *Caracterização*, pode ser entendida como a imagem do MPL enquanto movimento social, sua história e suas pautas nas presentes matérias.

Com base na descrição das unidades de significação, passa-se, agora, a relacioná-las com a ideia de representações sociais sob a perspectiva de Moscovici (2003).

Há dois processos que geram as representações sociais. O primeiro é o processo de ancoragem, o qual “...transforma algo estranho perturbador, que nos intriga, em nosso sistema particular de categorias e o compara com um paradigma de uma categoria que nós pensamos ser apropriada”. (MOSCOVICI, 2003, p. 61).

A partir disso, é possível entender que o MPL, se nos basearmos nas matérias que compõem as três unidades de significação, adquire uma representação de cunho

eminentemente negativo, o que o processo de ancoragem explicita, na medida em que as matérias que compõem a unidade de significação *Caracterização* trazem uma série de termos que buscam desqualificar o MPL ou associá-los a partidos políticos, sendo que

Ancorar é, pois, classificar e dar nome a alguma coisa. Coisas que não são classificadas e que não possuem nome são estranhas, não existentes e ao mesmo tempo ameaçadoras. Nós experimentamos uma resistência, um distanciamento, quando não somos capazes de avaliar algo, de descrevê-lo a nós mesmos e a outras pessoas. O primeiro passo para superar essa resistência, em direção à conciliação de um objeto ou pessoa em uma determinada categoria, de rotulá-lo com um nome conhecido [...] Pela classificação do que é inclassificável, pelo fato de se dar um nome ao que não tinha nome, nós somos capazes de imaginá-lo, de representá-lo. De fato, representação é, fundamentalmente, um sistema de classificação e de denotação, de alocação de categorias e nomes. (MOSCOVICI, 2003, p. 61-62)

Isso é bastante evidente na unidade *Caracterização*, pois o MPL é descrito, além da sua história e das suas pautas, também, com uma série de adjetivos que auxilia a *Folha* a formar a representação do movimento, seja no título, ou seja no corpo das matérias.

Para a *Folha*, o MPL é formado por “radicais” de partidos de esquerda, que têm a “ausência” de hierarquia como componente que compromete a negociação com a polícia em situações de tensão.

Além disso, os editoriais já tratados nesse trabalho corroboram essa posição onde o jornal, sobretudo no início das manifestações, vê o MPL como um grupo “predisposto” à violência, que se “vangloria” por “parar” a cidade, defendendo uma bandeira “irreal”. Estando, ainda, em uma situação “marginal” e “sectária”. A partir do momento em que os protestos haviam se espalhado pelo país, o MPL passa não mais a ser o responsável, mas, sim, “conivente” por “não repudiar” a ação de manifestantes que promoviam atos de “vandalismo”.

A unidade *Resposta*, também, exemplifica isso, pois, o fato de as matérias abordarem maciçamente a posição do movimento a respeito de situações de conflito indica que a *Folha* quer demonstrar ao leitor a eventual responsabilidade do MPL por confrontos ou ocupações ocorridas em atos, ou seja, representá-lo de forma negativa. Já o segundo processo denominado Objetivação que, também, ajuda a formar as representações sociais

une a idéia de não familiaridade com a de realidade, torna-se a verdadeira essência da realidade. Percebida primeiramente como um universo puramente intelectual e remoto, a objetivação aparece, então, diante dos nossos próprios olhos, física e acessível [...] é descobrir a qualidade icônica de uma idéia, ou ser impreciso; é reproduzir um conceito em uma imagem” (MOSCOVICI, 2003, p. 71)

Essa ideia de não familiaridade pode ser entendida como a tentativa de situar o MPL perante aos leitores enquanto ator social das manifestações, sobretudo àqueles que não têm alguma proximidade com os movimentos sociais, através de uma série de atributos claramente negativos que, somadas às matérias sobre violência cometida por manifestantes e ocupação de prédios públicos, entendidos aqui como situações reais, criam uma imagem ruim do movimento na cobertura do jornal de maneira geral.

Para Moscovici (2003), aquilo que está em um nível mais abstrato, aqui entendido como as categorizações pelas quais o MPL sofre nas páginas da *Folha*, passa, em seguida, por um processo de materialização, no caso, a tentativa da *Folha* demonstrar ao leitor o que é o movimento, no tocante à sua história, pautas e a atuação em junho de 2013 a partir da sua associação com as categorias que a *Folha* elencou junto ao MPL.

4.3 Visão do Movimento Passe livre sobre a cobertura da Folha

Como parte da realização da pesquisa foi feita uma entrevista, via Skype, com uma integrante do movimento, Mariana Toledo, em 5 de maio de 2015. Houve uma tentativa de conversar com militantes do MPL, a fim de que estes discorressem sobre o movimento, junho de 2013 e a relação com a mídia convencional, em especial a *Folha*, na realização da cobertura das manifestações de junho de 2013. No entanto, apenas a ativista citada aceitou o pedido de entrevista.

A entrevista, disponibilizada na íntegra nos anexos, tem, nesse capítulo, o intuito de confrontar, também, com as unidades de significação das matérias relativas à cobertura do jornal *Folha de São Paulo* das manifestações de junho de 2013 e, em especial, do MPL e seus próprios objetivos do próprio MPL.

A unidade, *Atuação*, que trata de questões mais operacionais a cerca do MPL tem um destaque relevante que é o editorial da *Folha* que, no início das manifestações, cobravam uma postura menos tolerante, por parte do Estado, em especial da Polícia Militar, com transtornos causados pelas manifestações e, dessa forma, para o MPL,

O registro da cobertura da imprensa foi o do vandalismo. É muito marcante para a gente que no dia 13 de junho, que foi inclusive um protesto onde a repressão foi mais violenta, amanheceu nos jornais, tanto na *Folha* quanto no *Estadão*, editoriais que falavam a ordem, que pediam sangue, que dizia que a cidade precisaria voltar à normalidade a qualquer custo, de que a ordem social precisava ser mantida independente de qualquer coisa. A polícia militar, de alguma forma, leu esses editoriais como um salvo conduto para reprimir brutalmente o protesto. O

interessante nesse processo todo, enfim, é que a polícia militar foi nesse protesto do dia 13 disposta a reprimir, disposta a acabar com ele quase que imediatamente. Foi o protesto com o maior número de feridos, com várias pessoas presas, etc. Mas foi muito curioso o quanto o efeito disso não foi o efeito esperado, o quanto a resposta, seja nas ruas, nas outras manifestações e nas redes sociais foram todas respostas ou bem humoradas, mostrando a brutalidade da polícia, etc. Tanto que a partir do dia 13, a cobertura da imprensa realmente mudou e em alguns sentidos. Primeiro, que o MPL, do dia para a noite, se transformou de vilão em herói. Então se até o dia anterior nós éramos os líderes dos vândalos, a gente começou a aparecer como, sei lá, heróis da democracia, como a juventude engajada, querendo transformar o país, etc. Acho que foi essa uma das mudanças da cobertura da imprensa a partir do dia 13. (TOLEDO, 2015)

Na segunda unidade, *Resposta*, que foca a busca pela posição do movimento perante situações de conflito, é importante perceber que o entendimento do MPL quanto a se posicionar sobre atos caracterizados como violência, cometidos por outros manifestantes é que

sempre tentou deixar claro no MPL que não é função de um movimento social criminalizar outros manifestantes. A imprensa sempre já fez esse trabalho muito bem. Poder público, de forma geral, também. A gente não quer compactuar nesse discurso que define a priori o que é o bom manifestante e o que é o mau manifestante. Principalmente porque, como a gente veio de junho de 2013, boa parte da dita violência ou do que foi considerado violência, por esses meios de comunicação, aconteceu depois da violência, ali muito clara, por parte dos policiais do que dos manifestantes. Aconteceu, muito mais, em termos de reação do que em termos de que eles costumavam chamar, vandalismo gratuito e etc. (TOLEDO, 2015)

Já a última unidade, *Caracterização*, onde é mais evidente a associação que a *Folha* faz é entre o MPL e partidos políticos quando, para o movimento,

a ideia de ser apartidário tem a ver com a ideia de que o movimento poderia estar na rua, poderia estar reivindicando, independente de qualquer partido no poder. Se você tem um movimento que está atrelado a algum partido e ele ganha fica muito mais difícil você conseguir se organizar. Tem uma série de dilemas, uma série de questões. Se o partido te financia, então, aí fica mais difícil. A ideia de o movimento ser apartidário sempre tem a ver com o fato de que a gente luta pelo transporte público independente de quem está no poder, qualquer partido. (TOLEDO, 2015)

Quanto à hipótese apresentada, nesse capítulo, de que *os militantes do MPL tiveram espaço nas páginas da Folha, com o intuito muito mais de se posicionarem quanto a atos que a mídia, de maneira geral, convencionou chamar de vandalismo do que de exporem suas pautas* pode ser comprovada a partir da unidade de significação *Resposta*, que representou um espaço específico para o movimento expor suas posições no tocante a episódios de confrontos nos atos, ao mesmo tempo, que se verificou a ausência de questionamentos a cerca das pautas do movimento, inclusive a tarifa zero.

Isso ocorreu em temas como a abordagem em várias matérias sobre a negociação do MPL com a PM sobre o trajeto das manifestações, a associação do movimento a partidos de esquerda como uma tentativa de associá-los a posições “radicais” ou “sectárias”, que são muito usadas, para estereotipar entidades que se identificam com a corrente política de esquerda e a cobrança, por parte da *Folha*, de que o MPL deveria assumir uma postura crítica contra casos que ela identifica como “vandalismo”.

Neste capítulo foi possível perceber como se construiu a categoria representações sociais, a partir do conceito de representação coletiva. Além disso, a análise das matérias possibilitou perceber o que já havia sido constatado na nos editoriais já analisados neste trabalho, que a *Folha* adota um tom muito mais conservador sobre o MPL e os protestos durante os primeiros dias de manifestações, passando a moderar a forma como retrata sobretudo o Passe Livre.

Quanto ao posicionamento do MPL, na figura da militante Mariana Toledo, em contraposição ao discurso das unidades de significação, se faz necessário trazê-lo para esse trabalho como uma forma de possibilitar ao leitor a oportunidade de perceber de que forma o movimento encara o que foi ecoado nas matérias sobre si e a sua atuação nas manifestações.

Já as conclusões, presentes no próximo tópico, objetivam-se por discorrer sobre os objetivos deste trabalho, geral e específicos, além de salientar sobre que contribuições este estudos se propõe a apresentar no âmbito dos estudos acadêmicos sobre a relação entre mídia e movimentos sociais.

CONCLUSÕES

O objetivo geral deste trabalho, saber como se deu a representação social da *Folha* sobre o MPL a partir da sua existência enquanto movimento social e sua atuação em junho de 2013, foi desenvolvido não apenas por meio do corpus do trabalho que conseguiu ordenar as matérias em três unidades de significação às quais demonstram, nas suas especificidades, a visão do jornal sobre o movimento e, dessa forma, as representações construídas sobre ele; mas, também, pela visão do MPL sobre estas unidades de significação identificadas na análise.

A pesquisa revelou que, embora a *Folha* tenha noticiado a atuação do movimento e inclusive dedicado matérias que explicavam o grupo aos seus leitores, essa cobertura se deu por meio da utilização de uma série de adjetivos e destaques da atuação do MPL que tinham muito mais a intenção de deslegitimar o movimento.

Outro objetivo era inferir se as matérias cederam espaços aos membros do movimento, para se defenderem de eventuais acusações de incentivarem atos de violência cometidos nos protestos, o que, de fato, ocorreu, tendo a unidade de significação *Resposta* como elemento que comprova o que assim se passou.

Identificar se as matérias trouxeram algum posicionamento das autoridades perante a atuação do movimento e o que dizem também esteve presente, sobretudo na unidade de significação *Atuação*, sendo que, de forma geral, o posicionamento dessas autoridades se concentrava na tentativa de organização dos protestos, com o discurso de evitar episódios de “violência”.

Por último, perceber se as matérias fizeram uma contextualização histórica sobre a origem do movimento e que contribuições, destacadas nas matérias, as suas lutas, eventualmente, podem ter trazido para o debate da mobilidade urbana.

De fato, há matérias que discorrem sobre a história do movimento, congregadas na unidade de significação *Caracterização*. No entanto, é nítida a ausência, nas matérias, da discussão sobre mobilidade urbana, sobretudo após a revogação do aumento; ou seja, medidas que poderiam ser aplicadas a partir de contribuições do MPL e de outros indivíduos ficaram de fora, embora isso tenha ocorrido em editoriais publicados pelo jornal, em especial os textos *CPI do ônibus* e *Destravar São Paulo*.

Este trabalho buscou dar uma contribuição aos estudos sobre as manifestações de junho de 2013, pois, é coerente reconhecer, que após ter se passado pouco mais de dois anos após esse período, ainda há são poucos os trabalhos sobre esse momento recente da história brasileira que possuem um caráter de maior densidade analítica.

Foi importante perceber, ao longo dos capítulos, como a sociedade buscou se organizar a fim de conquistar o acesso a direitos básicos, como o transporte, a partir não apenas da simples reivindicação; mas através, também, da construção de um discurso que situa o transporte na vida do cidadão, na lógica da mobilidade urbana de uma cidade, na relação, às vezes, pouco transparente, entre Estado e empresas de ônibus.

Quanto à relação entre mídia e movimentos sociais, é sintomática da falta de pluralidade de temas e de veículos que compõem a mídia tradicional, pois em um país aonde persiste um nível de desigualdade elevado é mais do que necessário que as lutas sociais tenham visibilidade perante toda população. Dessa forma, os meios de comunicação, quando barram as tentativas de grupos em expor suas demandas, não estão permitindo que as pessoas possam exercer plenamente a cidadania.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sandra Francesca Conde de; BONFIM, Zumira Áurea Cruz. **Representação social. Conceituação, dimensão e funções**. Fortaleza: Revista de Psicologia. Vol. 9-10, Jan-dez, 1991-1992. p. 75-89.

ASSÊNIO, Cláudia; CORDENONSI, Ana Maria; ROSSIGNOLLI, Carla. Interesse público e Critérios de Noticiabilidade – Um estudo sobre o programa TV Folha. In: XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, 2013, Bauru. **Anais...** Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/sudeste2013/resumos/R38-0617-1.pdf>> Acesso em 5 jul. 2015.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2002.

BISPO, Jordânia. Jornalismo e Cidadania: O Movimento Passe Livre nas páginas da Folha de S. Paulo. In: XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2015, Rio de Janeiro. **Anais...** Disponível em: <<http://www.portalintercom.org.br/anais/nordeste2015/resumos/R47-1320-1.pdf>> Acesso em: 5 jul. 2015.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório: textos temáticos** / Comissão Nacional da Verdade. – Brasília: CNV, 2014. 402 p. – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; vol. 2)

_____. Receita pública: Quem paga e como se gasta no Brasil. In: **Comunicado da Presidência – IPEA**, nº 22, 2009. Disponível em: <http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/comunicado/090630_comunicadoipea22.pdf> Acesso em 3 nov 2014.

CAPPELO, Nina; OLIVEIRA, Lucas Monteiro de. **Entrevista ao programa Roda Viva**. TV Cultura. São Paulo, 2013.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil. O longo Caminho**. 3ª Ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CASTELLS, Manuel. **Redes de Indignación e Esperanza**. Madrid: Alianza Editorial, 2012.

CONTI, Mário Sérgio. **Notícias do Planalto. A Imprensa e Fernando Collor**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

DIAS, Anelise Schürz; MORIGI, Valdir José. “O que pensa a Folha – em época de manifestações e ano de eleição?” O contrato pragmático fiduciário e a tomada de posição do jornal Folha de São Paulo. In: 12º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 2014, Santa Cruz do Sul. **Anais...** Disponível em: <<http://soac.unb.br/index.php/ENPJor/XIIENPJor/paper/download/3690/721>> Acesso em 14 jun. 2015.

DUARTE, Luiz Cláudio. **Os movimentos sociais urbanos nos anos 70 e 80: um balanço historiográfico**. Campos dos Goytacazes: Revista Vértices. Ano 3, n. 1, mar 2000, p. 33-37.

FONSECA, Bruno Henrique Barros; SIMÕES, Paula Guimarães. Enquadramento das Manifestações de Junho Na Folha De São Paulo. In: XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2015, Rio de Janeiro. **Anais...** Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-0344-1.pdf>> Acesso em: 8 set. 2015.

FORTUNATI, José. Entrevista ao Poder e Política. **Portal UOL**. Brasília, 18 dez. 2014. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2014/12/18/2015-comeca-com-onibus-mais-caro-em-capitais-diz-frente-de-prefeitos.htm>> Acesso em: 18 dez 2014.

FREITAS, Patrícia Ponte de. **As Verticalidades e as Horizontalidades do Transporte Público de Salvador-BA**. Dissertação. Universidade Federal da Bahia (UFBA). Salvador, 2009.

GALINDO, Ernesto Pereira; GOMIDE, Alexandre de Ávila. **A mobilidade urbana: uma agenda inconclusa ou o retorno daquilo que não foi**. São Paulo: Revista Estudos Avançados. Vol. 27, n. 79, 2013, p. 27-39.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais. Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GREGORI, Lúcio. Transporte Gratuito é Possível. Entrevista. **Portal ABCD Maior**. 15 jun. 2013. Disponível em: <http://www.abcdmaior.com.br/noticia_exibir.php?noticia=51148> Acesso em: 12 ago 2014.

GUERINO, Antonio Carlos. **O mercado e a indústria da mídia: o caso Folha de S. Paulo**. Dissertação. Faculdade Cásper Líbero, 2007

INÁCIO, Ana Elise Cardoso. **Jovens em Movimento: Um Estudo Sobre o Movimento Passe Livre em Florianópolis**. Dissertação. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2008.

JACOBI, Pedro Roberto. **Movimentos Sociais Urbanos no Brasil**. Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais. Vol. 9, 1980, p. 221-236.

JESUS, Rosane Martins de. **Jornalismo, Literatura e Engajamento - direcionando o olhar para as estratégias discursivas praticadas pelo jornal Folha de S. Paulo, durante a cobertura da campanha das Diretas-Já**. Dissertação. Universidade Federal do Ceará (UFC). Fortaleza, 2011.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, Denise. (Org.). **As Representações sociais**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001. p. 17-44.

JUNHO - O mês que abalou o Brasil. Elenco: Giuliana Vallone, Vladimir Safatle e outros. Direção de João Wainer. Roteiro: Cesar Gananian e João Wainer. São Paulo: Tv Folha, 2014. (72 min.), DVD, color.

JUSDENSNAIDER, Elena *et al.* **Vinte centavos: a luta contra o aumento**. São Paulo: Veneta, 2013.

KOSTSCHO, Ricardo. **Explode um novo Brasil. Diário da campanha das Diretas**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de Guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988**. Tese. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Campinas, 2001.

LOCATTELLI, Piero. **#VemPraRua. As revoltas de junho pelo jovem repórter que recebeu passe livre para contar a história**, livro eletrônico. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

MAIOR, Jorge Luiz Souto. A vez do direito social e a descriminalização dos movimentos sociais. Disponível em: <
http://www.jorgesoutomaior.com/uploads/5/3/9/1/53916439/a_vez_do_direito_social_e_da_p_df> Acesso em 5 jun. 2015.

MENDES, Jairo Faria. Difícil começo: o primeiro Ombudsman da Folha de S. Paulo e do jornal O Povo(CE). In: VII Celacom, 2003, São Bernardo do Campo. **Anais...** Disponível em:
 <http://encipecom.metodista.br/mediawiki/index.php/Dif%C3%ADcil_come%C3%A7o:_os_primeiros_ombudsmen_dos_jornais_Folha_de_S._Paulo_e_O_Povo_%28CE%29>

MENEZES, Antônio Simões. **Jornalismo de Resistência: apropriação das estratégias discursivas do campo midiático pela Revista Sem Terra**. Dissertação. Universidade Federal do Ceará (UFC). Fortaleza, 2010.

MOREIRA, Fabiane Barbosa. **Os Valores-Notícia do Jornalismo Impresso: Análise das ‘Características Substantivas’ das Notícias nos Jornais Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e O Globo**. Dissertação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, 2006.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais. Investigações em Psicologia Social**. 2ª Ed., Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

MUNIZ, Altemar da Costa. **As mudanças de linha editorial na Folha de São Paulo (1979-1989)**. Dissertação. Universidade Federal do Ceará (UFC). Fortaleza, 1999.

NOBRE, Marcos. **Choque de Democracia. Razões da Revolta**, livro eletrônico. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

_____. Invenção do contemporâneo especial: ruas em movimento. São Paulo: Instituto CPFL – Cultura, 2014. Disponível em:
 <<http://www.cpfcultura.com.br/2014/04/02/invencao-do-contemporaneo-especial-ruas-em-movimento-marcos-nobre/>> Acesso em 5 set. 2014.

NUNES, Márcia Vidal. **Teologia da Libertação, Mística e MST: O Papel da Comunicação Grupal Libertadora na Organização Política do Movimento**. Fortaleza: Edições UFC, 2014.

NUNES, Lucas Sant’Ana; OLIVEIRA, Vinicius Martins Carrasco de. A Representação Social do Manifestante do MPL-SP no Primeiro Ato de 2015. In: X Conferência Brasileira de Mídia Cidadã e V Conferência Sul-Americana de Mídia Cidadã, 2015, Bauru. **Anais...**

Disponível em: <<http://www.unicentro.br/redemc/2015/anaais/DT5/DT5-6.pdf>> Acesso em 3 dez. 2015.

PERRUSO, Marco Antônio. **A temática dos movimentos sociais urbanos no Brasil dos anos 1970/80**. Florianópolis: Revista Mundos do Trabalho. Vol. 4, n. 7, jan-jun/2012, p. 32-56.

ROCHA, Elizabeth de Menezes. Documentário Junho - O mês que abalou o Brasil, os movimentos sociais e a Copa 2014. In: XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, 2015, Natal. **Anais...** Disponível em: <<http://www.portalintercom.org.br/anaais/nordeste2015/resumos/R47-1320-1.pdf>> Acesso em: 5 jul. 2015.

SANTO, Maria Ouriveis do Espirio. **Movimentos Sociais e Ciberespaço: O Uso da Internet pelo Movimento Passe Livre nas Manifestações de Junho de 2013**. Dissertação. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Marília, 2014.

SARAIVA, Adriana. O MPL e as manifestações de junho no Brasil. In: **Especial Brasil**. Revista Contrapunto. Montevideu: Centro de Formación Popular del Oeste de Montevideo, 2013.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de Movimentos Sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

SINGER, André. Brasil, Junho de 2013: Classes e Ideologias Cruzadas. In: **Dossiê: Mobilizações, Protestos e Revoluções**. São Paulo: Novos Estudos – CEBRAP, n. 97, nov. 2013, p. 23-40.

_____. Cutucando onças com varas curtas: O ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). São Paulo: **Novos Estudos – CEBRAP**, n. 102, jul. 2015, p. 43-71.

SIQUEIRA, Mirlene Maria Martins. **Representação social: teoria, pesquisa e relevância para a psicologia social**. Fortaleza: Revista de Psicologia. vol. 11-12, Jan/Dez, 1993/1994, p. 125-142.

SOARES, Murilo Cesar. **Representações, Jornalismo e a Esfera Pública Democrática**. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2009.

TAKEMOTO, Walter. **Tarifa, Mobilidade e Exclusão Social**. Coleção O Que Saber. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014.

THOMPSON, John B. **Ideologia e Cultura Moderna – Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. 2ª Ed., Petrópolis: Editora Vozes, 1998..

VASCONCELLOS, Eduardo Alcântara de. **Mobilidade Urbana. O Que Você Precisa Saber**, livro eletrônico. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

EDITORIAIS DA FOLHA DE S. PAULO SOBRE O MPL E OS PROTESTOS DE JUNHO DE 2013

AGENTE do caos. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 15 jun. 2013. Editoriais. Opinião, p. A2.

BRASÍLIA se agita. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 27 jun. 2013. Editoriais. Opinião, p. A2.

CPI dos ônibus. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 25 jun. 2013. Editoriais. Opinião, p. A2.

CONFUSÃO constituída. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 26 jun. 2013. Editoriais. Opinião, p. A2.

DESTRAVAR São Paulo. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 22 jun. 2013. Editoriais. Opinião, p. A2.

INCÓGNITA nas ruas. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 19 jun. 2013. Editoriais. Opinião, p. A2.

MENSAGEM bem-vinda. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 23 jun. 2013. Editoriais. Opinião, p. A2.

MUITO além das catracas. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 28 jun. 2013. Editoriais. Opinião, p. A2.

RETOMAR a Paulista. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 13 jun. 2013. Editoriais. Opinião, p. A2.

VITÓRIA das ruas. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 20 jun. 2013. Editoriais. Opinião, p. A2.

OUTROS EDITORIAIS DA FOLHA DE S. PAULO

A ESCALADA Fascista. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 24 mar.1990. Editorial, p. A1.

RENÚNCIA já. Folha de S. Paulo. São Paulo, 30 jun. 1992. Editorial, p. 1.

1964. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 30 mar. 2014. Editoriais. Opinião, p. A2.

MATÉRIAS DA FOLHA DE S. PAULO SOBRE O MPL E OS PROTESTOS DE JUNHO DE 2013

BALOGH, Giovanna; RUGHETTI, Sabine. Estado negocia com líderes de protesto; metrô cerca estação. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 17 jun. 2013. Cotidiano, p. C1.

BEDINELLI, Talita. Com apoio do Passe Livre, entidades fazem atos na periferia hoje. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 25 jun. 2013. Cotidiano, p. C5.

_____ *et al.* Movimento suspende protestos, mas volta atrás. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 22 jun. 2013. Cotidiano, p. C4.

BERGAMIM JR., Giba. Haddad defende ação da PM para tirar protestos das vias. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 10 jun. 2013. Cotidiano, p. C1.

_____; GERAQUE, Eduardo. ‘É revolta popular sem controle’, diz movimento. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 12 jun. 2013. Cotidiano, p. C5.

_____; _____. Grupo Passe Livre foi apoiado por petistas em 2011. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 8 jun. 2013. Cotidiano, p. C3.

COSTA, Breno *et al.* Para Ativistas, Planalto está despreparado para debate. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 25 jun. 2013. Poder, p. A11.

É IMPOSSÍVEL controlar a revolta, diz movimento. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 08 jun. 2013. Cotidiano, p. C4.

EM NOTA, MPL repudia agressão contra partidos. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 22 jun. 2013. Cotidiano, p. C4.

FARIAS, Adriana. Movimento diz que não negociará percurso. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 17 jun. 2013. Cotidiano, p. C3.

GRUPO CONDENA violência e fala em ‘revolta popular’. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 19 jun. Cotidiano, p. C3.

GRUPO REÚNE ala radical de partidos e estudantes. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 07 jun. 2013. Cotidiano, p. C1.

KREPP, Ana. Movimento propõe suspender reajuste. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 13 jun. 2013. Cotidiano, p. C4.

_____; MACHADO, Leandro. No MPL ‘não pode ter cara de playboy’, diz estudante. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 16 jun. 2013. Cotidiano, p. C3.

_____. *et al.* Grupo mantém ato hoje na Paulista e diz lutar pela tarifa zero. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 20 jun. 2013. Cotidiano, p. C5.

MAISONNAVE, Fabiano. DNA trotskista. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 27 jun. 2013. Cotidiano, p. C8.

_____. É difícil fazer protesto pacífico, diz Passe Livre. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 28 jun. 2013. Cotidiano, p. C5.

_____. EM ENCONTROS, Passe Livre reforça abaixo-assinado por tarifa zero. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 24 jun. 2013. Cotidiano, p. C1.

_____. Passe Livre prega ‘expropriação’ do transporte coletivo. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 21 jun. 2013. Cotidiano, p. C8.

PM diz que grupo quebrou acordo de não ir à Paulista. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 15 jun. 2013. Cotidiano, p. C4.

OUTRAS MATÉRIAS DA FOLHA DE S. PAULO

O QUE A FOLHA pensa. **Folha de S. Paulo**. São Paulo. 19 fev. 2014. Poder, p. A10.

ARTIGOS DA COLUNA OMBUDSMAN DA FOLHA DE S. PAULO

SINGER, Suzana. Faroeste Urbano. **Folha de S. Paulo**, São Paulo. 16 jun. 2013. Poder, Ombudsman, p. A6.

_____. Bicho de sete cabeças. **Folha de S. Paulo**, São Paulo. 23 jun. 2013. Poder, Ombudsman, p. A8.

_____. #vemprarua, Folha. **Folha de S. Paulo**, São Paulo. 30 jun. 2013. Poder, Ombudsman, p. A8.

_____. Papa, P2 e os ninjas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo. 28 jul. 2013. Poder, Ombudsman, p. A6.

OUTRAS COLUNAS DA FOLHA DE S. PAULO

COELHO, Marcelo. A vez da mídia. **Folha de S. Paulo**, São Paulo. 26 jun. 2013. Ilustrada, p. E10.

OUTROS TEXTOS DA FOLHA DE S. PAULO

CAPPELLO, Nina *et al.* Por que estamos nas ruas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo. 13 jun. 2013. Tendências/Debates. Opinião, p. A2.

ENTREVISTA CONCEDIDA AO AUTOR

TOLEDO, Mariana. [mai. 2015]. Entrevistador: Mário Helder de Sousa Alves Filho. Skype. Gravada em dispositivo digital.

ANEXO – ENTREVISTA: MARIANA TOLEDO – MAI. 2015**1) O que é realmente o MPL?**

Ele se formou, em um primeiro momento, como um conglomerado de lutas pelo transporte. Então, tinha alguns grupos se organizando em São Paulo, Florianópolis, na Bahia, no Rio de Janeiro, também. Esses grupos se encontraram no Fórum Social Mundial, de 2005, e resolveram fundar um movimento. Então, ele foi criado um pouco com base nessas lutas pelo transporte público que já estavam acontecendo em vários lugares do Brasil. A ideia desde a criação do movimento é, de fato, um movimento social que luta por um transporte público de verdade. Daí, com o tempo a gente foi amadurecendo a ideia do que seria esse transporte público de verdade. Mas, desde o começo, a ideia era ser um movimento social que lutasse por melhores condições de transporte. No primeiro momento, pelo passe livre estudantil, mas, daí também, a bandeira foi se deslocando um pouco. Mas a ideia era ser um movimento social, de caráter tradicional, de alguma forma, lutando por um direito social, assim como tinha movimento lutando por educação, saúde, movimento das creches nos anos 80. A ideia era ser um movimento de pauta única, que era transporte. Um pouco essa pauta foi mudando, mas a gente sempre permaneceu como um movimento que luta e discute transporte. Mas acho que a grande mudança que o movimento teve, já enquanto movimento mesmo, formalizado, criado, com carta de princípios, coletivo em diversas cidades foi a mudança da luta pelo passe livre estudantil, mais restrita, histórica, mas, mais restrita, por uma luta mais ampla, que é, de um lado, a tarifa zero para todo o transporte público e, de outro, a maior participação da população que utiliza o transporte nas decisões do transporte.

2) Na sua visão e/ou do movimento, o MPL se encaixa como movimento social ou coletivo?

A gente sempre tentou se pensar e se construir como movimento. A nossa ideia, na verdade, era o seguinte, embora já tivesse acontecido, antes do MPL existir, uma série de revoltas pelo transporte, você pode encontra-las na história, desde, sei lá, você vai achar uma para o quebra-quebra de uma linha ferroviária em 1920. Uma revolta da tarifa em 1940, fora, na história mais recente, final dos anos 90, começo dos anos 2000, você tem uma série de revoltas da população, espontâneas, do transporte. Mas a grande questão, a ideia de ser um movimento social é justamente tentar ter uma organização contínua. Então existem os momentos de mais efervescência, existem os momentos de aumento da tarifa ou quando linhas de ônibus são cortadas, você tem uma revolta grande da população, mas a ideia de movimento é de que ele exista a qualquer momento. Então a gente tem reuniões periódicas, a gente está sempre discutindo cada mudança no sistema de transporte, se tem novas licitações, se linhas são cortadas, se vai renovar licitação, se tem um novo projeto de estrutura de transporte. A ideia é de um movimento social que, de fato, ele exista ao longo do tempo e que ele consiga dar conta de uma série de questões. A gente sempre fez um esforço de, ao discutir questões mais abrangentes, sempre serem ligadas ao transporte. A gente discutia muito a importância do transporte na cidade para a circulação urbana, mobilidade urbana. A gente discute muito a importância do transporte para a saúde, para a

educação, porque a gente sabe que a maior parte da população brasileira depende do transporte, para ir trabalhar, para estudar, para ter acesso aos hospitais. A gente vê o transporte ligado a uma série de outros direitos ou coisas que deviam ser direitos e não são. Mas a gente sempre se esforçou para colocar o transporte como um dos aspectos centrais da questão urbana e, para, além disso, outras discussões que também fazem sentido, nessa discussão, transporte e gênero, transporte e raça, mas sempre tentando colocar o transporte no centro. Por isso, a gente é um movimento de pauta única mesmo, a gente é um movimento que discute transporte. É claro que a gente não vai discutir ele autonomizadamente, porque ele tem uma relação com uma série de coisas da estrutura da cidade e dentro dele tem uma série de problemas que vão para além da tarifa, existência ou não da tarifa, mas a gente tenta sempre seguir o norte do transporte. A ideia de tentar se constituir como um movimento social é tentar se enraizar, na cidade, nos bairros da cidade, ser um movimento aberto, com pessoas de diversas idades, diversos extratos sociais, etc., e não só um grupo de amigos. Tentar sair um pouco da lógica do grupo e tentar entrar em uma lógica um pouco maior de inserção na cidade. Então ter trabalhos em bairros, discutindo pautas específicas ou linhas específicas que foram cortadas, mas tentar sempre juntar eles em uma lógica mais geral, tentar pensar o todo da cidade, a importância do transporte público para o conjunto da população brasileira.

3) Como se deu a sua entrada no MPL e como, em geral, ocorre a entrada de novos membros?

É uma coisa que varia bastante. A gente faz uma série de atividades em escolas, em comunidades de bairro, etc. Então essa é uma fonte de aproximação importante do movimento. Então são pessoas que procuram a gente. Depois, querem saber mais, se interessam, querem saber como podem fazer parte. Essa é uma coisa talvez mais comum. A outra opção, geralmente em momentos de mais visibilidade, né, como foi junho de 2013, mas não só, em outras lutas por transporte, que é quando o movimento está mais na rua, está mais em evidência, daí a gente acaba recebendo mais e-mails, muitas mensagens e faz o que a gente chama de, tempos em tempos, de uma reunião aberta de apresentação do movimento para tentar aproximar outras pessoas, conversar um pouco melhor, para explicar um pouco melhor. Eu particularmente entrei para o movimento porque eu tinha um amigo que estava no movimento. Eu achei que a pauta era interessante, daí fui fazendo como todo mundo faz. Fui me aproximando aos poucos, vi um seminário um dia que achei legal, aí na época aqui em São Paulo a gente se organizava em comitês locais, daí tinha mais ou menos perto da minha casa, daí eu acompanhava essas reuniões. Mas aí um pouco esporadicamente, para ver. Daí, ao longo do tempo, depois de alguns meses, quando eu vi, já era realmente um membro pleno do MPL, já participava de todas as atividades e tal. Mas acho que é um pouco isso. É um processo, mas, geralmente feito a partir das atividades do próprio movimento.

4) Como é a relação entre segurança e comunicação no movimento, pós junho de 2013?

Como todo movimento, a gente tende a tomar certos cuidados. Então tenta não discutir coisas importantes sobre organização, sobre próximos passos do movimento em lugares

públicos, em lugares abertos. Tenta trabalhar com algum nível de segurança na internet, mesmo sabendo que a segurança, a privacidade total é impossível. E a ideia de fazer da entrada no movimento ser um processo é também forma de ajudar a triar. Saber, antes de a pessoa estar em todas as atividades, um pouco mais como ela é, de onde ela vem, o que ela pensa, etc. Nenhuma desses pequenos cuidados, de fato, deixam o movimento imune. Se quiserem se infiltrar no movimento provavelmente conseguirão, mas, enfim, a gente vai tomando alguns cuidados para tentar dificultar essas questões.

5) Qual foi o papel que a comunicação ganhou no movimento pós junho de 2013, seja na relação com a mídia tradicional ou mídia alternativa e na comunicação feita pelo próprio movimento?

A gente sempre tentou seguir um pouco a máxima que, de alguma forma, é partilhada pelo movimento autônomo, mas pelos movimentos sociais, de uma forma geral, que é a ideia de que a gente tem que fazer a nossa própria comunicação. Então, para além de dar entrevista para jornais e etc., torcer para que as manifestações apareçam em um veículo de imprensa ou outro, a gente sempre se esforçou para produzir nossas análises. O que não tem só a ver com comunicação, mas tem a ver com o esforço de debate interno, de tentar construir um conhecimento, de alguma forma, contra hegemônico do transporte público e tentar sempre publicizar, na medida do possível, as nossas visões sobre as manifestações, sobre alguma coisa que aconteceu, as nossas opiniões sobre determinadas políticas do transporte ou sobre alguma decisão quanto à estrutura do transporte. E daí vale um pouco tudo, vale escrever no Facebook, escrever no site, vale inclusive mandar textos para os grandes jornais. A gente já escreveu acho que para uns três, talvez quatro textos ao longo da nossa história para o Tendências e Debates da Folha de S. Paulo. Mas a ideia é justamente tentar sempre produzir a nossa própria comunicação. O MPL principalmente no começo, agora menos, tinha uma relação muito próxima com o Centro de Mídia Independente (CMI), seja porque existiam algumas pessoas que faziam parte dos dois grupos, seja por questões de afinidade mesmo. Então a gente sempre tentou produzir a nossa comunicação, veicular lá. Atualmente a gente continua fazendo isso, mas, enfim, a relação é um pouco menos próxima. Fora isso, a gente tenta sempre responder qualquer tipo de solicitação de blogs independentes, tem também o site Passa Palavra que acabou se tornando também uma fonte de divulgação de alguns dos nossos textos. Os sites de esquerda sempre nos procuraram mais assiduamente do que a mídia tradicional, embora isso tenha mudado um pouco depois de junho de 2013. Mas daí é uma relação que eu não diria próxima, mas uma relação de maior abertura. Eles dão mais abertura para a gente pautar nossas opiniões, as nossas questões e a gente também tem um grau menor de desconfiança na hora de falar. Com a mídia tradicional, até junho de 2013, a gente sempre se esforçou muito para falar com quem quer que fosse. A gente sempre aceitou todo tipo de convite para falar, desde mesa de centro acadêmico de universidade, de bairro, passando por congresso de não sei o que, etc. A gente sempre se esforçou muito para atender todas as solicitações, ou às vezes um pedido de uma escola, de um grêmio que queria fazer uma atividade, ou pedidos de entrevista para fazer trabalhos acadêmicos, isso valia também para mídia tradicional como um todo. A gente sempre tentou responder, sempre tentou pautar um pouco a nossa visão de transporte. A partir de junho de 2013, isso muda. Mas daí

é menos a ver com uma mudança de estratégia do movimento e mais a ver com uma limitação mais objetiva. Tornou-se absolutamente impossível, não só aceitar todos os convites para debates, entrevistas, etc., como muitas vezes, inclusive, falar com os jornalistas dos veículos tradicionais. Isso tem a ver, um pouco também, com dinâmicas de comunicação que são muito diferentes, geralmente quando o jornalista liga ele quer saber a opinião do movimento daqui a cinco minutos sobre uma coisa que aconteceu há quinze minutos. O movimento social tem um tempo diferente. Como a gente tem uma organização própria, uma organização particular, a ideia de discutir as coisas por consenso, tem reuniões de balanço, etc., a produção não só de material, mas de produção do movimento, ela é mais lenta do que a exigida pela mídia tradicional. Então chegou o momento que a gente fez uma opção por não ficar desesperado a todo o momento, tentando produzir opiniões e discussões no ritmo deles e topamos escolher o nosso ritmo. Se a gente vai tomar uma decisão e ela vai levar uma semana e não um dia, tudo bem. Se isso quer dizer que a nossa declaração não apareça na Folha de S. Paulo, tudo bem também. Foi um pouco uma decisão nossa justamente pelo movimento não passar a viver em função das demandas externas.

6) Quando chega essa demanda, vocês decidem quem vai responder ou cada membro tem autonomia para responder?

Uma mescla das duas coisas. Para a mídia tradicional, estou pensando aqui, de fato, os meios de comunicação impressa, televisão, etc, a gente tem o que a gente chama das figuras públicas. São pessoas que a gente senta em reunião e define tira umas quatro, cinco pessoas que são um pouco as responsáveis por falar com a imprensa. Esse é um trabalho rotativo e a gente vai trocando ao longo do tempo, porque, enfim, a nossa ideia de concentrar em menos pessoas esse trabalho tem justamente a ver com o fato de que essa é uma demanda muito grande, principalmente, em momentos de maiores efervescência. Se você é uma das figuras públicas do movimento é possível que o seu telefone toque o dia inteiro. Então por isso a gente resolveu, em junho de 2013, restringir o número de pessoas que falavam com a imprensa, mas também trocar de tempos em tempos. Por que a ideia do movimento é ir revezando todas as tarefas. A gente acha que falar com a imprensa, como qualquer outra coisa dentro do movimento, é uma coisa que você consegue aprender. Então, tem gente que tem mais facilidade para falar em público, outras menos. Mas a gente vai fazendo um esforço, os mais antigos ou os que já fizeram essa função falam com os mais novos e assim a gente vai rodando. Essas pessoas são geralmente escolhidas em reunião, mas também tem muito a ver com se voluntariar, em querer aprender, etc. As outras atividades, menos. Debates ou mesmo entrevistas como essa, daí, enfim, pode ser qualquer pessoa mesmo. Os militantes tem sim autonomia para decidir se vão ou se não vão, mas geralmente se é uma coisa mais diferente, digamos assim, aí a gente discute. Uma entrevista acadêmica, um debate sobre mobilidade urbana, em uma universidade, ou junto com outro movimento social não tem muita questão. Mas, por exemplo, pensando em uma situação hipotética, um evento financiado por determinada empresa para discutir mobilidade urbana, daí a gente vai sentar e discutir se vale a pena participar ou se é ruim participar de um evento nesses moldes, se isso mais contribui ou mais atrapalha para luta pelo transporte. Enfim, coisas mais desviantes vão sendo discutidas caso a caso, mas, no geral, os militantes estão

liberados para dar entrevistas. O que fica mais fácil, a gente discute a maior parte das coisas coletivamente em reuniões, etc, a tomada de decisões sendo coletiva fica também mais fácil para que cada pessoa se sinta mais a vontade para falar também. Porque não tem uma hierarquia na tomada de decisões.

7) Como é a relação que vocês tem com MPL's em outras cidades? Há, de fato, uma relação? São em cidades que tem MPL no estado de São Paulo ou nas demais capitais?

A ideia do MPL é funcionar como ideia de federação. Então a gente tem alguns nortes, a gente tem uma carta de princípios, inclusive está disponível, etc. Para ser MPL você tem que seguir esses princípios, você tem que ser aprovado na federação. Mas, para além desses princípios norteadores, cada movimento local tem autonomia para definir quais vão ser as suas bandeiras mais imediatas, qual o jeito que eles vão se organizar, quais são as prioridades, embora seja o norte do movimento como um todo lutar pela tarifa zero, se um coletivo ou grupo de determinada cidade achar que começar pelo passe livre estudantil para depois ir para a tarifa zero é o mais acertado na realidade deles, tudo bem. A ideia é que cada cidade tenha bastante autonomia. A gente tem algumas formas de comunicação entre as cidades. A gente fez, na história do MPL, alguns encontros tentando juntar pessoas de todas as cidades. Eventualmente fazemos reuniões virtuais com delegados de cada cidade e daí, para, além disso, tem a proximidade que, não tem muito jeito, é geográfica. O coletivo de São Paulo tem uma ligação mais próxima com aqueles que estão mais perto, que a gente consegue fazer encontros do estado de São Paulo, que não demandam tanto tempo de organização, tanto dinheiro, etc. Porque fazer um encontro nacional, juntando todas as cidades, custa muito dinheiro nas duas frentes. Custa muito dinheiro fazer o encontro, arranjar o lugar para as pessoas dormirem, comerem, etc. E muito mais dinheiro para fazer as pessoas irem a esse lugar porque o país é gigantesco. A gente acaba tendo uma comunicação mais próxima com as pessoas que estão mais perto. A gente já fez mais de um encontro estadual, conhece mais pessoas dentro do Estado de São Paulo do que em outros estados, em outras cidades. Mas a ideia é de que a gente sempre vá conversando. Então a gente tem uma lista com todo mundo, vai trocando as informações. Tem momentos que a comunicação é mais intensa, tem momentos que cada cidade está tocando o seu trabalho local, etc. A gente tem muitos canais de comunicação e muita autonomia para tocar a luta do transporte nas diversas cidades.

8) Devido a ligação do MPL com a pauta da questão urbana, como o próprio movimento afirma, há uma relação, através da realização de eventos, por exemplo, com outros movimentos que trabalham a questão urbana sob outras perspectivas, além do transporte?

A gente fez uma série de atividades com alguns movimentos, sejam atividades mais próximas, sejam atividades um pouco mais gerais. Por exemplo, o MPL, em São Paulo, que teve uma ligação muito forte com o Fórum Popular de Saúde, fez uma série de atividades juntas tentando justamente ligar o transporte com a questão de saúde. Discutiu o quanto é importante ter uma saúde pública de qualidade, mas também o quanto o acesso à saúde é

mediado, na maior parte das vezes, pelo transporte. Inclusive tem uma série de pesquisas que mostram que o índice de abandono de alguns tratamentos, principalmente os tratamentos recorrentes como fonoaudiologia, fisioterapia, essas coisas que você tem que ir toda semana, ele é muito alto conforme a renda diminui, justamente porque o ônus de se descolar é muito grande. Essa é uma ligação que existe. Movimentos de moradia, de uma forma em geral, têm pautas semelhantes e a gente tenta se juntar em momentos específicos, seja para fazer um seminário, para tentar discutir as pautas interligadamente, tentar discutir questão urbana ligando moradia, transporte, de outras questões. Às vezes nas manifestações, chamadas em conjunto, não só MTST, mas outros movimentos de moradia. Para além do apoio desses espaços de comunicação e de discussão e alguma manifestação mais pontual, no geral, de fato, cada movimento tem seu calendário, sua forma de organização, tem o seu tempo, sua forma de tomar decisões. Então, eles trabalham, na maior parte das vezes, mais em paralelo com ações e discussões eventuais conjuntas, do que completamente organicamente.

9) Nas revoltas contra o aumento de passagem, da Catraca em Salvador (2013) e do Buzu em Florianópolis (2004, 2005), houve, por parte de alguns participantes, contrariedade quanto a presença de militantes de partidos políticos e de sindicatos. O fato de o MPL se considerar apartidário e não buscar manter relação econômica ou ideológica com partidos, ongs, sindicatos e o Estado é uma estratégia de atuação a fim de não afastar simpatizantes e militantes insatisfeitos com atuação dessas organizações? Ou é uma questão ideológica para o movimento? Por não acreditar que essas instituições tenham que ter vínculo com o MPL, afim de que o MPL garanta a sua independência.

Não é exatamente nenhum dos dois, ele é prático. Como os princípios que nortearam o movimento foram criados em 2005, a gente tinha muito fresca na memória a experiência da Revolta do Buzu, que teve manifestações gigantescas. Poderia apostar que talvez maiores que as que ocorreram em São Paulo, pelo menos no começo ou pelo menos que mobilizaram proporcionalmente grande parte da cidade. Foram manifestações espontâneas, radicalizadas, cheias de potenciais transformadores. Então, era a principalmente a juventude, mas não só, que queria estar nas ruas, que estava revoltada com o aumento do transporte público. O que se viu foi, pouco a pouco, aí eu não vou generalizar entre sindicato, partido, etc., nesse caso, viu, pouco a pouco, as entidades estudantis tentando se apropriar do movimento, não conseguindo, mas, mesmo assim, sentando na mesa de negociação com a prefeitura e negociando o fim das manifestações mediante alguns benefícios para os estudantes, um pouco da extensão da meia passagem, etc. Não é exatamente ideológico e nem exatamente estratégico, mas tem a ver, um pouco, com a análise quase histórica desses processos. Em Salvador, um movimento que acabou sendo, de alguma forma, tomado por algumas entidades estudantis e que conseguiu algumas coisas. Mas diante do potencial que estava em questão conseguiu muito pouco, diante da efervescência das ruas, etc. E Florianópolis, onde essas entidades, embora, tivessem tentado se apropriar elas não conseguiram da mesma maneira, sendo a cidade que conseguiu derrubar o aumento da tarifa em 2004 e em 2005. É mais uma constatação prática. Uma análise de algumas histórias recentes. Naquele momento específico principalmente as entidades estudantis já não estavam exatamente cumprindo um

papel de organizar a juventude, de transformar. Elas foram se burocratizando cada vez mais, com objetivos cada vez mais específicos. A construção da própria identidade, mas do que qualquer tipo de luta. É uma decisão prática. Os nossos princípios foram construídos, um pouco, com relação a essas experiências. Foi menos assim, a gente deveria ser autônomo, a gente deveria ser apartidário, aquela luta a gente podia ter conseguido muito mais e não conseguiu por ser um pouco sequestrada por outras entidades, aquele grupo independente que conseguiu mais, então tem um pouco a ver com isso. Mas principalmente nos tempos atuais é sempre bom frisar o máximo possível que a ideia de ser apartidário tem a ver com a ideia de que o movimento poderia estar na rua, poderia estar reivindicando, independente de qualquer partido no poder. Se você tem um movimento que está atrelado a algum partido e ele ganha fica muito mais difícil você conseguir se organizar. Tem uma série de dilemas, uma série de questões. Se o partido te financia, então, aí fica mais difícil. A ideia de o movimento ser apartidário sempre tem a ver com o fato de que a gente luta pelo transporte público independente de quem está no poder, qualquer partido. É sempre bom frisar isso, no contexto atual, que ser apartidário não significa que o movimento é contra os partidos ou que defende que pessoas que são de partidos não possam estar neles, muito menos que pessoas de partidos não possam estar nas manifestações.

10) O MPL se considera anticapitalista? A luta do transporte é um meio para lutar contra o capitalismo?

A gente se considera, sim, um movimento anticapitalista. Mas a gente tem clareza igual de que o MPL, sozinho, não fará a revolução. A gente realmente não tem nenhuma concepção vanguardista de que o MPL organizado liderará as massas rumo à destruição do capital. A gente sempre se considerou, um pouco, tentando dar a nossa contribuição para a luta anticapitalista. Tem a ver com olhar, de fato, uma questão totalmente concreta que é o preço da passagem, o deslocamento diário de milhões de pessoas no Brasil e tentar discutir, a partir daí, todo um sistema de transporte que está voltado não para essa população, mas para o lucro. Duplamente inclusive voltado pelo lucro, o lucro direto dos empresários do transporte e pelo lucro de todos os empresários que são beneficiados com a circulação da força de trabalho. A gente sabe que o transporte, na sociedade capitalista, tem a ver com levar e trazer pessoas da casa para o local de trabalho, do local de trabalho até a casa. Por isso, a gente tenta sempre discutir muito a importância de que a população possa discutir e tomar as decisões pelo transporte. Isso tem a ver inclusive com definir linhas que fazem mais sentido do ponto de vista do lazer, linhas menos diretas, tipo centro bairro, que passem por mais bairros, que ajudem na sociabilidade para além do trajeto casa/trabalho e trabalho/casa. A gente sempre tentou, de fato, colocar a luta do transporte em uma perspectiva anticapitalista. O MPL defende a tarifa zero e a gestão popular do transporte. Defende que a própria população pode gerir o transporte que ela quer e pode definir quais são as decisões. Por mais que isso possa parecer simples para algumas pessoas isso tem a ver com quebrar dois tipos de lógica capitalista, sim, que estão permeadas em todas as relações. Tanto o transporte com mercadoria, a ideia de que ele se transforme em um direito, então a gente tem uma esfera da vida menos mercantilizada. Como ainda mais potente a ideia da gestão popular do transporte, que vem embutida nela a ideia de que as pessoas são capazes

de serem sujeitas da própria vida, elas são capazes de tomar decisões baseadas na sua vivência, no seu cotidiano, etc. E que não é preciso, para poder opinar e decidir sobre o transporte, ser um técnico especializado, seja da prefeitura, seja de alguma grande universidade. Mas aquelas pessoas que vivem na pele o problema dos transportes, todos os dias, são capazes de pensar não só nesses problemas, mas nas melhores soluções para esses problemas. A gente tenta sempre discutir o transporte em um viés antcapitalista, mas sabendo também para que de fato a luta antcapitalista, com um todo, seja vitoriosa, consiga derrubar o capitalismo não será só MPL e provavelmente não será o MPL. Será o conjunto das pessoas organizadas. Mas, é por isso também que para nós é tão importante não só lutar pelo transporte público de qualidade, pela participação no transporte, mas também sempre foi importante para nós fazer isso de um determinado jeito. Que é a ideia de ser um movimento horizontal, que discute as coisas por consenso, que tenta, nem sempre consegue, quebrar com hierarquia seja de classe, seja de gênero, seja de raça e tentar transformar os espaços coletivos em espaços igualitários. Um pouco com a ideia que isso também, de fato, é uma experiência antcapitalista. Não é suficiente claro, você tentar viver a sua vida sob princípios antcapitalista, porque o capitalismo está aí. Mas, a gente acha que a construção tem que se dar nas três frentes: a luta pela tarifa zero, participação da população nas decisões e o esforço de se tornar um movimento cada vez mais igualitário, mais horizontal, mais enraizado nas periferias de São Paulo, nos bairros mais pobres, que é quem sofre mais com o transporte público de São Paulo. Respondendo a sua pergunta mais facilmente, sim, a gente se considera um movimento antcapitalista.

11) Quando, de fato, se deu a mudança da pauta do passe livre estudantil para a tarifa zero para toda a população? E quais as razões para isso?

Não foi uma mudança que aconteceu da noite para o dia não. Sempre incomodou, um pouco, as pessoas do MPL a ideia de que o passe livre estudantil não resolvia o problema. Você tinha, de um lado, o acesso à educação garantido, por que sempre a gente discutiu muito que muitas pessoas abandonam a escola por não ter como se deslocar até ela, principalmente nos lugares em que as escolas são longe ou que exigem percursos maiores de transporte público. A gente sempre teve clareza de que o passe livre estudantil facilitaria o acesso à educação. Seria uma brilhante conquista e, em grande medida, poderia desonerar um pouco o bolso da população mais pobre dos chefes, das chefas de família, principalmente, que não precisariam pagar mais o transporte para os seus filhos. Mas, enfim, sempre pareceu não suficiente principalmente se você pensar nos números de exclusão do transporte público. O IBGE tinha feito uma pesquisa, já faz algum tempo, em 2002, 2004, alguma coisa assim, mostrando que o número de pessoas que não pegavam transporte público, não porque usavam carro, etc., mas porque não tinham dinheiro para pagar o transporte público era muito alto, na casa dos milhões. Frente a um cenário como esse, a ideia de lutar só pelo passe livre estudantil começou a parecer muito pouco e daí vai-se discutindo um pouco aqui, um pouco ali. Uma das coisas que realmente ajudou a mudar foi, claro que não só, um seminário que foi realizado aqui em São Paulo, do MPL, tentando discutir transporte, tendo como convidado o secretário de transportes da prefeitura da Luiza Erundina, que foi o Lúcio Gregori. Existia um projeto, por parte da prefeitura de São Paulo, por volta do início dos anos 90 de

implantar a tarifa zero nos transportes públicos em São Paulo e esse secretário de transportes foi um dos responsáveis por fazer o projeto, fazer os estudos de viabilidade. A gente o convidou para esse debate, para falar um pouco desse projeto. Daí acabou juntando o incomodo de que lutar pelo passe livre estudantil não era o bastante, com subsídios, de alguma forma, mais concretos mostrando também que não era uma loucura pensar em uma cidade de tarifa zero. Se até um dia uma prefeitura, um prefeita tinha concebido ter uma cidade de tarifa zero então seria possível pensar isso de novo. Daí a gente foi encontrando outros exemplos de cidades pelo mundo que tinham tarifa zero e daí foi um pouco fomentando a discussão de que é possível, não é uma utopia, é uma coisa realizável. Claro que mexe com ainda mais interesses, mas ele é possível, ele não é impossível. Também porque discutir tarifa zero nos permitia discutir também, um pouco melhor, a inserção na cidade. Claro que começou, um pouco, com a questão financeira das pessoas que não tem como pegar ônibus. Mas é um pouco para, além disso, é a ideia, a qual, todos defendemos, de que a cidade só existe para quem pode se movimentar por ela. Se você não pode se movimentar na cidade, a cidade não existe para você, a cidade não é sua de nenhuma forma. O passe livre estudantil não resolvia o fato de que grande parte da população urbana não se apropria da cidade, não pode circular por ela e se pode é só em horário circunscrito, que é no caso casa/trabalho e trabalho/casa e a tarifa zero vinha um pouco para responder esse anseio de que é possível ter uma cidade feita de pessoas, para pessoas, em que a gente circule livremente. E eu acho que foi por isso que a tarifa zero foi ganhando força, a gente foi identificando cada vez mais ela com liberdade, liberdade de movimento e liberdade de apropriação da cidade, inclusive liberdade para poder vivenciar as contradições da cidade, vivenciar o que a cidade tem tão de errado e talvez conseguir um pouco mais de combustível para transformar o que tem de problemas da cidade.

12) A literatura sobre movimento sociais indica que a partir dos anos 90 os mesmos entram em declínio concomitantemente com o fortalecimento das ONGs. Como é que vocês entendem a atuação dos movimentos sociais na atualidade? Para o MPL, no geral, eles estão em declínio ou estão ganhando força? Qual a importância deles na vida política e social de um país? Para terem êxito, de que forma os movimentos sociais deveriam atuar? Adotando características presentes no MPL como horizontalidade, apartidarismo etc.?

É claro que eu defendo o tipo de organização do movimento que eu faço parte. Se eu não defendesse eu provavelmente estaria em outro movimento. Eu diria que a avaliação de que os movimentos sociais estão em declínio é passível de ser contestada. Estou familiarizada com a interpretação do decaimento dos movimentos sociais e do aumento das ONGs. Mas é bom lembrar também que é no final dos anos 90 que o movimento de moradia surge com muita força, aqui em São Paulo, fez uma série de ocupações aqui no Centro. Encheu de esperanças um monte de pessoas que achavam que a mobilização estava em baixa. E a gente vê também certo declínio das ONGs, elas não consegue entrar, da mesma forma, em vários espaços. Eu acho que a tese do declínio dos movimentos sociais está aí para ser contestada. Mas é claro que, cada vez mais, os movimentos que sobrevivem são justamente os movimentos que conseguem, de alguma forma, manter sua independência. Porque, enfim,

você pode viver só como uma sigla, como um nome, etc. Mas, para um movimento existir de fato, cada vez mais, a independência é uma coisa importante. Independência tem pouco a ver com negociar com partido, sentar para negociar, fazer alianças, etc. Não é essa a questão, mas é ter independência para definir sozinho se negocia, se não negocia, com quem negocia, com quem se alia, com quem não se alia, etc. Mas eu te diria que o grande potencial dos movimentos sociais são justamente o fato de que eles têm um pauta específica. Não estou pensando só no transporte, você pode pensar na moradia, na educação, na saúde, nas questões relacionadas ao lazer, na arte, etc. Os movimentos sociais são aqueles que mais facilmente conseguem mostrar para a população menos organizada e etc. de que as demandas de um mundo melhor não são frutos na cabeça de poucas pessoas, de poucos líderes muito inteligentes, produtores de utopia. A transformação está nas pautas concretas, na organização cotidiana, de pessoas no seu local de trabalho lutando por condições melhores de trabalho, pessoas no seu bairro tentando lutar por saneamento básico etc. Eu acho que os movimentos sociais a partir, não só de suas pautas concretas, mas na aparência de realismo mesmo, de pensar que é possível, de mostrar que é uma questão concreta, de um problema imediato, que mobiliza mais diretamente a população, não é um ideal mais geral que pode ou não fazer mais sentido dependendo de quem você é. E são essas pautas concretas, para além das conquistas imediatas, como a redução do aumento de tarifa que o movimento social mais ensina de verdade, nesse momento, é que se organizar dá resultados. Obviamente acho que isso em uma escala mais macro é fundamental. Os movimentos sociais mostram que a população organizada, a população sai às ruas, que debate, que discute, que, enfim, de alguma forma luta pelos seus direitos, sejam quais eles foram, elas têm vitórias, elas melhoram as condições de vida e isso fortalece lutas futuras, por mais direitos, por melhores condições de vida. Eu acredito que a principal função de um movimento social é um trazer a política para mais perto, para o cotidiano, para além do voto e outra essa política e organização cotidiana ela tem resultado.

13) Você acompanharam a cobertura da mídia tradicional em junho de 2013? E quanto à cobertura da *Folha de S. Paulo*? Como se deu o relacionamento dos militantes do MPL com os profissionais de imprensa da *Folha*?

Geralmente a relação com os jornalistas no grupo é sempre muito tranquila, eles sempre são muito respeitosos, nunca foi uma relação tumultuada. A gente acompanhou, sim, a cobertura da imprensa, mas a gente não fez, na época e nem depois, uma análise muito detalhada. Porque, de fato, os protestos de junho de 2013 tomaram todo o nosso tempo, entre organizar os atos, ir às delegacias para tentar tirar as pessoas que estavam presas, enfim, várias pessoas do MPL trabalham também. Não sobrava muito tempo também para fazer uma análise mais detida. A gente conversou sobre isso em termos mais gerais durante e depois. Começaram os protestos em junho de 2013, na verdade o que foi pouco noticiado é que mesmo antes do momento oficial, do dia e que a passagem iria aumentar o MPL já vinha fazendo pequenos atos em bairros específicos, geralmente ligados a trabalhos em escolas, que eram atos menores, feitos para serem pequenos. Mas um pouco para preparar o que seria a luta contra o aumento. Daí, enfim, começa oficialmente junho de 2013. O primeiro protesto, que foi o protesto que tinha realmente muitas pessoas, tinha algo com 15 mil pessoas, o que, enfim,

era muito surpreendente. Desde o primeiro protesto de junho de 2013, você teve uma repressão policial muito grande e muito visível. A gente ficou muito surpreso como esse primeiro protesto tinha sido retratado pela imprensa de uma forma em geral. Era o discurso que foi se consolidando, um pouco, da ideia dos vândalos, dos baderneiros, da arruaça, dos desocupados, enfim, uma série de tentativas nas matérias e nos editoriais de desqualificar o protesto. Sempre também focando, o que foi muito comum na cobertura dos protestos em geral, problemas no trânsito, dificuldades de locomoção, principalmente para carros, que esse tipo de protesto afeta. Os primeiros protestos, na verdade os três ou quatro primeiros protestos, tiveram todos mais ou menos essa cobertura, a de que seria um protesto produzido por vândalos ou baderneiros, dependendo de ânimos mais exaltados, bandidos, desocupados. De alguma forma, por motivos que nada tinham a ver com o transporte, estavam lá gerando caos na cidade. É sempre bom lembrar que a maior parte dos jornais, como a Folha, citaram como violência dos protestos, a queima de lixo principalmente. A formação de barricadas aconteceu principalmente defensivamente. Depois que a polícia já tinha agido, uma série de manifestantes tentando fazer com que a manifestação continuasse, tentando atrasar a chegada da polícia, tentando reagrupar os atos, na maior parte das vezes, etc. Mas as manifestações foram retratadas como um grupo de vândalos, essa foi a palavra que ficou conhecida. O registro da cobertura da imprensa foi o do vandalismo. É muito marcante para a gente que no dia 13 de junho, que foi inclusive um protesto onde a repressão foi mais violenta, amanheceu nos jornais, tanto na Folha quanto no Estadão, editoriais que falavam a ordem, que pediam sangue, que dizia que a cidade precisaria voltar à normalidade a qualquer custo, de que a ordem social precisava ser mantida independente de qualquer coisa. A polícia militar, de alguma forma, leu esses editoriais como um salvo conduto para reprimir brutalmente o protesto. O interessante nesse processo todo, enfim, é que a polícia militar foi nesse protesto do dia 13 disposta a reprimir, disposta a acabar com ele quase que imediatamente. Foi o protesto com o maior número de feridos, com várias pessoas presas, etc. Mas foi muito curioso o quanto o efeito disso não foi o efeito esperado, o quanto a resposta, seja nas ruas, nas outras manifestações e nas redes sociais foram todas respostas ou bem humoradas, mostrando a brutalidade da polícia, etc. Tanto que a partir do dia 13, a cobertura da imprensa realmente mudou e em alguns sentidos. Primeiro, que o MPL, do dia para a noite, se transformou de vilão em herói. Então se até o dia anterior nós éramos os líderes dos vândalos, agente começou a aparecer como, sei lá, heróis da democracia, como a juventude engajada, querendo transformar o país, etc. Acho que foi essa uma das mudanças da cobertura da imprensa a partir do dia 13. Não que não se falasse mais em vandalismo, ele continuou aparecendo a todo o momento, inclusive aparece até hoje como um esquema que a própria imprensa faz para tentar dizer do que seria protesto legítimo e do que seria um protesto não legítimo. Até o dia 13, o MPL fazia parte do movimento que fazia protestos não legítimos. A partir do dia 13 a gente começou a ser legítimo, mas a gente recusa essa dicotomia que foi construída pelos veículos de imprensa como a Folha de S. Paulo. A gente recusa essa ideia de que tem bons manifestantes e maus manifestantes, que é uma história contada até hoje. Não é a toa que até hoje toda avaliação de manifestação é essa, que a manifestação foi boazinha se os manifestantes eram pacíficos ou se não, se tinha black bloc, etc. Isso foi uma dicotomia que foi muito criada pela própria imprensa. De fato, a forma como a imprensa tratou o MPL mudou, mas a forma como eles retrataram os protestos

mudou também. Estava muito claro para todas as pessoas que estavam na manifestação que era um protesto contra o aumento da tarifa. De alguma forma, depois que esses protestos não conseguiram ser diluídos, via força policial, ela acabaram, de alguma forma, sendo diluídos por toda a imprensa. Então, nós, depois, fomos bombardeados de notícias dizendo que eram protestos contra tudo que está aí. Tinham notícias de jornal que pegavam, sei lá, um único cartaz que falava de alguma coisa que não era de transporte e publicava na capa, para dizer que era manifestação contra tudo e contra todos. Foi uma das coisas que a gente mais teve que brigar depois do dia 13, até que finalmente o aumento foi revogado, que a manifestação tem uma pauta. O que a gente chamou de tentativa de diluição da pauta veio dos meios de comunicação. Era um esforço, mais ou menos coordenado, de tentar transformar uma manifestação contra o aumento aqui em São Paulo como uma manifestação contra tudo que está aí. Tanto que o mote “não é por 20 centavos” começou a ser difundido em todos os lugares, a gente deu uma série de declarações, inclusive para a imprensa, mas não só, justamente dizendo isso que é sim por 20 centavos, que 20 centavos não é pouca coisa. Não que dizer que a gente quer só os 20 centavos, mas não quer dizer que eles não sejam importantes. Então teve essa mudança da forma como o movimento foi tratado. Teve a mudança da forma como os protestos foram retratados, houve uma tentativa de fazê-los parecerem protestos gerais, de indignados, etc., quanto de uma retórica que foi sendo construída de uma separação entre o bom manifestante e o mal manifestante. Se no começo todas as manifestações eram ruins, atrapalhavam o trânsito, geravam caos na cidade, após a imprensa e o poder público terem percebido que as manifestações realmente estavam tendo uma adesão muito grande, que a violência policial não estava muito fácil de esconder por ser muito brutal, por ser muito visível, foi mudando-se essas coisas. A outra coisa que mudou também é que, daí curiosamente, a imprensa começou a cobrir ostensivamente o MPL. Queriam fazer matérias do tipo quem são, o que comem, onde vivem os integrantes do MPL, quem são suas lideranças, de onde eles vêm. Começaram aí tentar cobrir eventos muito circunscritos. Oficina para pintar faixa para manifestação de não sei quando, aí tinha lá o jornalista querendo tirar umas fotos. Ou manifestação de 300 pessoas não sei aonde. Alguma coisa que mudou também, talvez, esteja relacionada com o interesse do consumidor desses meios de comunicação de saber mais e fez com que eles, não só, nos procurassem mais, mas quisessem saber cada vez mais o que nós éramos, deixávamos de ser, como nos organizávamos e etc.

14) Há uma política deliberada, dentro do MPL, de os militantes não poderem falar de si em alguma entrevista para um veículo de mídia?

Não poder é um exagero, mas realmente a gente se esforça para não fazer isso. A gente elegeu pessoas para falar pelo movimento, mas poderiam ser outras discutindo o transporte. Como o movimento é bastante plural e a gente sabe que esse tipo de entrevista, de fazer perfil, como o de que o movimento é cheio de estudantes, de petistas, etc. A gente realmente se esforça para tentar esvaziar o conteúdo individual justamente para tentar ressaltar o quanto é uma discussão coletiva. Tem gente, caso de São Paulo, de vários lugares de São Paulo que fazem infinidades de coisas diferentes, enfim, entrevistar uma pessoa que se voluntariou a ser figura pública é uma visão muito pouco representativa do que seria o

movimento. A gente sempre se esforçou para explicar que a ideia da figura pública é ser, um pouco, porta voz do movimento e menos aquela pessoa em si, o indivíduo. A gente sempre evita. É claro que é difícil, é claro que muito difícil descobrir o que as pessoas fazem a partir do momento em que elas são reconhecidas do MPL. Mas gente realmente tenta evitar. Uma política nossa é rejeitar esse tipo de convite, convite que é individualizado. Você comentou do Roda Viva. Alguém que escreve eu quero entrevistar a Nina, a gente sempre responde isso: se ele quer entrevistar alguém do MPL ele talvez entrevista a Nina, mas ele pode entrevistar qualquer outra pessoa. Por isso que revezar as figuras públicas também é importante porque você esvazia um pouco de indivíduo, de um rosto, etc. Vai trocando e tentando mostrar, de alguma forma, a pluralidade do movimento. Isso é uma política mesmo. Não dar entrevistas de perfil, no esquema de eu quero fazer uma entrevista com a Mariana, sobre a Mariana. Tanto que foi muito comum que os jornalistas vão nos procurando, um pouco, individualmente porque eles tem contato de um ou de outro. É muito comum que eu esteja ocupada, esteja trabalhando, esteja viajando e fale: olha liga para outro e etc. E se ele fala: não, é com você, eu falo: sinto muito tem um monte de gente do movimento que pode falar. Não precisa ser a Mariana, a Nina, etc. Claro que a gente não é proibido de falar das nossas próprias vidas, mas a gente tenta sempre evitar.

15) Como se deu a produção do texto “porque estamos nas ruas” publicado na Folha em 13/06/13 assinado por militantes do MPL? E como foi a participação na sabatina promovida pela Folha/UOL com você e outro membro do movimento?

Esse texto foi escrito à convite de uma jornalista da Folha, era uma das pessoas que cuidava do espaço Tendências e Debates. A gente já tinha escrito outros textos, um ou dois, para o mesmo espaço, um pouco no esquema de mandar e etc. Esse texto veio a convite por que o movimento estava bastante em evidência. A sabatina foi igualmente convite. A Folha nos convidou. A gente conversou um pouco, achou que podia ser um espaço importante de conseguir, não só falar da luta contra o aumento, mas justamente falar sobre as nossas bandeiras mais amplas, sobre a questão do transporte, a tarifa zero, etc. A gente participou, decidiu quem ia. É claro que não é fácil para todo mundo se expor dessa maneira, enfim, essas coisas acabam funcionando mais no esquema do incentivo, podia ser você, vai lá. Daí o pessoas acaba topando. Acho que não tem ninguém que se sinta super confortável de ter esse tipo de visibilidade. Uma coisa que a gente tenta se esforçar é de manter justamente homem e mulher e no movimento não é tão difícil porque tem bastante mulher e etc. Mas a gente tenta sempre fazer esse esforço e faz justamente o esforço para revezar. O Lucas e a Nina já tinham ido ao Roda Viva. A gente tinha clareza que seriam outras pessoas.

16) Houve episódios, durante junho de 2013, em que vocês interviram para garantir a segurança da algum jornalista?

O caso que ficou mais emblemático, o do carro da TV Record em frente à prefeitura em uma das manifestações, de fato, nenhuma pessoa do movimento pode intervir. Eu te diria que a hostilidade com os jornalistas não é muito grande, embora, de fato, tenha muita desconfiança sobre esse trabalho. Mas geralmente a hostilidade se dá mais no sentido de não querer dar

uma declaração ou de não querer que tirem sua foto, do que uma hostilidade mais agressiva. As coisas sempre são um pouco mais tensas quando se trata de jornalista da Globo. Aí a gente tem que pedir calma, o importante é a manifestação, etc. Nunca tive uma experiência de ter que intervir, de fato, em uma situação de muita hostilidade. Geralmente isso se revolve mais falando calma, vamos seguir ou pouco importa, etc. Pelo menos nas manifestações de junho de 2013 a principal fonte de hostilidade para com os jornalistas não vieram dos manifestantes, vieram da própria polícia. Foi uma quantidade bastante grande de jornalistas, de uma série de veículos, independentes, tradicionais, etc., que se machucaram mais graves outros menos graves. Inclusive o caso de um jornalista que perdeu o olho, por conta da bala de borracha. Têm relatos de momentos, durante as manifestações, que policiais atiraram diretamente em jornalistas. O que é bem diferente de quando uma bala de borracha cai em um jornalista no meio da confusão. Têm relatos dos próprios jornalistas dizendo que em alguns momentos a polícia fez uma opção por mantê-los longes no expediente das táticas violentas, do que eles chamam das armas não letais, das bombas, spray de pimenta, bala de borracha.

17) Um tema que se repete nos editoriais da Folha, de junho de 2013, em relação ao MPL, é que o movimento seria permissivo, com os grupos de manifestante que promoviam o que o jornal chamava de atos de vandalismo nos atos, por não se posicionar firmemente condenando a ação desses indivíduos. Como o movimento responde a isso?

Isso está ligado com o esforço primeiro em transformar o MPL no manifestante bandido, violento, etc. Não conseguir fazer isso. As primeiras reportagens tinham um pouco esse teor de transformar a manifestação como um todo e o MPL em particular como vândalos. Eles não conseguiram fazer isso e aí, de fato, o discurso mudou. Então, o MPL não era mais vândalo, mas que ele era conivente. Isso apareceu na Folha, não só em editoriais, mas em artigos e etc. A gente sempre tentou deixar claro no MPL não é função de um movimento social criminalizar outros manifestantes. A imprensa sempre já fez esse trabalho muito bem. Poder público, de forma geral, também. A gente não quer compactuar nesse discurso que define a priori o que é o bom manifestante e o que é o mal manifestante. Principalmente porque, como a gente veio de junho de 2013, boa parte da dita violência ou do que foi considerado violência, por esses meios de comunicação, aconteceu depois da violência, ali muito clara, por parte dos policiais do que dos manifestantes. Aconteceu, muito mais, em termos de reação do que em termos de que eles costumavam chamar, vandalismo gratuito e etc. As práticas, durante as manifestações de junho de 2013, sempre tiveram um aspecto muito mais defensivo do que ofensivo, de qualquer forma. Então a gente nunca condenaria manifestantes por tentar se defender. Assim como a gente não condena manifestantes por esconder seu rosto com máscara, porque a gente sabe, sim, que a gente vive em um Estado policialesco, que as pessoas são presas, a torta e a direita, que a gente vive nesse Estado penal que criminaliza a população mais pobre, a população negra, a população da periferia e todos aqueles que se manifestam. Então, a gente entende que as pessoas por terem medo de serem reconhecidas escondam os seus rostos. Não é opção do MPL justamente porque a gente tem essa tentativa o tempo todo de mostrar justamente o quanto a política está aberta a

todos, a política se faz no cotidiano. Então para a gente é importante mostrar o rosto de pessoas de carne e osso comuns, lutando pelo transporte público. Mas a gente nunca vai rechaçar alguém que opte por se defender. Isso a gente foi repetindo uma série de vezes, em que a gente não tinha nenhum interesse, que não fazia parte de nossa concepção política ajudar o Estado a criminalizar os manifestantes. Isso foi líquido e encarado a todo o momento justamente como conivência.

18) Em relação aos protestos convocados pelo MPL em 2015 em decorrência do aumento da tarifa pela prefeitura, como o movimento vê a relação mídia X MPL pós junho de 2013?

A cobertura também mudou, mas não tanto assim. Continuou, de alguma forma, algum tipo de preservação da figura do MPL. De alguma forma o MPL ainda é considerado na imprensa como um movimento social legítimo, que a gente sabe dentro do MPL que isso pode mudar a qualquer momento. O interesse, esse ano, foi muito menor. Dá para tentar apostar de várias maneiras. Porque o curioso é que as primeiras manifestações desse ano não foram menores do que as primeiras manifestações de 2013. Em termos práticos, não haveria motivos para você cobrir mais umas do que você cobrir outras. Mas a gente sabe que a dinâmica da informação não tem a ver só com quantidade de pessoas. Não é a toa que a gente tem que ler uma notícia que 20 pessoas estão fazendo uma marcha para a Brasília. A questão não é e nunca foi quantidade de gente na rua, se não, aqui em São Paulo tem a greve bastante forte dos professores da rede estadual e a gente não vê em nenhum lugar. Você só sabe dessa greve se você ler outros tipos de veículos de comunicação. Não tem nada a ver com a quantidade de professores em greve, com adesão, números de escolas paradas, tem a ver com a falta de interesse em noticiar. Foi um pouco o que a gente viveu um pouco no começo desse ano, bloqueio muito maior. Se em 2013, em algum momento, qualquer coisa que a gente fazia começou a aparecer na imprensa em 2015 isso já foi diferente. A gente nunca esperou exatamente que a cobertura dada ao MPL, mas do que aos protestos, fosse se manter. O MPL vem fazendo lutas pelo transporte em São Paulo desde 2005. A gente já fez manifestações contra aumentos em 2006, 2010 e 2011 e elas não foram cobertas dessa maneira. Seja porque percebeu-se que noticiar as manifestações, de alguma forma, era incentivá-las, então mais pessoas iam às ruas. Optou-se por não incentivar o caos social que faz uma manifestação. Tem uma questão também que não era mais uma novidade. Junho de 2013 apareceu como uma grande novidade, em 2015 já não era uma grande novidade. Havia um contexto diferente também era o começo do ano, estava nesse período não só de mobilização, mas de visibilidade muito difícil que é janeiro, carnaval depois. De fato ela mudou, em relação a junho de 2013, mas eu diria mais que ela se normalizou para o que era antes. Continuou a mesma coisa, a imprensa tentando a todo o momento definir o que é um protesto legítimo e o que não é um protesto legítimo, o que é uma causa legítima e o que não é uma causa legítima e essa tentativa de definição é o que a gente mais contesta. O protesto legítimo é aquele feito por pessoas organizadas para melhorar suas vidas. O manifestante legítimo é aquele que está na rua por uma causa e etc.

19) Para o MPL, junho de 2013, é o momento em que o movimento se consolida?

É difícil responder essa pergunta. Para fora talvez. O movimento já vinha se construindo enquanto referência para discutir transporte faz um tempo. A partir de 2005, não é a toa que os convites para participar de palestras sobre a questão urbana foram aumentando, o enraizamento do movimento foi aumentando. A relação com outros movimentos foi aumentando, inclusive a relação com alguns jornalistas que já nos conheciam antes de 2013 também foi aumentando. Mas 2013 deu, mas do que tudo, muita visibilidade para o movimento. A visibilidade dele ultrapassou de alguma forma os circuitos mais de esquerda ou a população que lê jornal mais cotidianamente porque convenhamos que é muito diferente aparecer uma notícia na Folha, no Cotidiano, sobre um protesto desse movimento do que aparecer no Fantástico ou no Jornal Nacional. Em termos de visibilidade isso realmente mudou muito. Ao mesmo tempo nos trouxe muitos problemas. A gente teve que se explicar mais, tentar explicar a todo o momento que a gente era sim um movimento que lutava pelo transporte que a gente, não ia mudar de pauta, não ia liderar uma grande mudança, não ia liderar nenhuma outra luta que não fosse o transporte. Sempre se esforçou para deixar isso muito claro. A gente também teve que começar a dizer coisas que a gente nunca tínhamos de dizer antes, que o MPL é um movimento social de esquerda, que luta pela inclusão da população mais pobre. Chegou um momento que o acesso de informação e uma informação de não muita qualidade, não muito esforçada em contar o histórico do movimento, em contar o quê que o movimento defende, de fato, fez com que várias pessoas conhecessem o MPL, mas ao mesmo tempo poucas soubessem o que era o MPL. Então a gente teve que começar ir a público muito mais para dizer coisas que antes de 2013 a gente não tinha dito. Mas eu diria que a consolidação do movimento ela é mais em termos de visibilidade. A gente já tinha construído mais ou menos um nome enquanto movimento social, então, por exemplo, se em 2006 a gente fez em São Paulo os primeiros protestos contra o aumento da tarifa ainda às vezes aparecia no jornal ou outro que a gente era da UNE ou que a gente era de outra organização estudantil, em 2010 isso já não acontecia. Por um esforço nosso de mostrar o que era o MPL e também com o crescimento do movimento. O movimento já tinha um nome, uma história, uma luta, já era uma referência de transporte, já era um movimento consolidado. Mas 2013 deu essa visibilidade. De repente, todo mundo de São Paulo sabia que o MPL existia e várias pessoas de várias cidades que não tem passe livre também passaram, a saber, que o MPL existia. Mas em termos mais práticos de trabalho cotidiano do dia a dia do movimento também não fez uma grande diferença. Fez a gente optar por algumas coisas, etc., mas não mudou muito nem a dinâmica, nem as pautas e nem as formas de luta.

20) O prefeito Fernando Haddad foi a autoridade de São Paulo que mais era cobrada quanto a revogação do aumento da tarifa, embora o metrô de responsabilidade estadual também tenha sofrido aumento de R\$: 0,20. Em entrevista a Revista Caros Amigos de janeiro de 2015 ele afirmou “O MPL eu conheci recentemente. Ele tem uma bandeira e não quer diálogo com o poder público. Foi uma luta trazê-los para dentro da Prefeitura para discutir o assunto. E mesmo assim, quando eles entraram, foi para dizer que não tinha conversa. É uma posição nova no cenário do movimento social, tem

coerência com alguns movimentos de fora do Brasil, que é o seguinte: “A nossa bandeira é essa e a gente não senta para conversar. E não queremos saber das consequências para outros setores da sociedade. Se vai faltar dinheiro para moradia, para assistência, para educação e para a saúde, não é problema nosso. O problema nosso é a tarifa zero”.⁵³ É uma posição, até por formação política. Eu não consigo... Eu fui formado em um conceito de totalidade, então, para mim é muito difícil entender uma esquerda que joga na fragmentação. Não faz parte da minha cultura política”

Como o MPL vê a figura do Haddad como principal figura do poder público nesse processo e quanto a essa posição sobre o movimento?

Posso comentar várias coisas. A primeira coisa a dizer é que o MPL de São Paulo é conhecido pelo PT, pelo menos desde 2011. Em 2011 teve uma série de manifestações contra o aumento da tarifa em São Paulo, na época o prefeito era o Kassab. Nessa época era importante para o PT enfraquecer o Kassab. Nessas manifestações de 2011, inclusive, participaram vereadores do próprio PT. Um deles, inclusive, era o secretário de governo do Haddad. Por isso, a gente sempre estranhou, um pouco, quando ele afirma que não sabia quem era o passe livre e etc., porque o secretário de governo do Haddad era uma pessoa que não só sabia o que era o passe livre como conhecia muitos membros do passe livre pelo nome, que apanhou da polícia junto, que brigou com policial, que levou spray de pimenta na cara, está tudo documentado. Acho que isso era a primeira coisa que valeria a pena comentar. Talvez o Haddad não conheça o MPL, mas o MPL é conhecido pelo partido do Haddad, desde 2011. Em 2011, para o PT, era interessante estar nas ruas contra o aumento da tarifa. Em 2013, em 2015 já não era, pelo menos não em São Paulo. É por isso que eu volto muito à ideia de que o movimento social seja autônomo. Porque se não, a gente não poderia ter feito as manifestações de 2013, de 2015. Se em 2011 era interessante para o PT estar nas ruas, junto com a gente contra o aumento daquele prefeito, em 2013 e 2015 não era. O movimento social não pode estar baseando suas decisões pelo partido que está no poder. Por isso que ela baseia suas decisões a partir da sua pauta que é uma das coisas que o Haddad questiona. A gente já conversou um pouco sobre isso, de como é importante os movimentos sociais terem uma pauta concreta, consigam dialogar com a população. A gente sabe que as discussões mais, da totalidade, cada vez tem menos ressonância na vida concreta das pessoas, parece cada vez mais assuntos de acadêmicos da USP, etc. Parte da crise da política, um pouco, é essa, da ideia que a política pareceu essa coisa da vez mais distante. Mas, de toda forma, a política sempre apareceu como algo que não fazia parte da vida. A gente acha que movimento social que tem uma pauta concreta ajuda a trazer a política para próximo das pessoas. Sobre a questão da negociação, a gente já falou um pouco disso, tem a ver com a nossa história, tem a ver como o MPL se concretizou e tem a ver como muitas das lutas morreram um pouco em mesas de negociação. O problema é que a população que está na rua, na luta contra o aumento, ela não é o MPL, ela não faz parte das reuniões, ela não toma as decisões junto com o passe livre. A gente, de fato, não se sente autorizado, diante de 10, 15, 20 mil pessoas, a falar em nome delas. É isso que a gente sempre tentou deixar claro para o poder público, que agente tem uma pauta e essa pauta é o aumento. Se o aumento é de

⁵³ HADDAD, Fernando. Fernando Haddad: “Tranquilão” e na luta. **Revista Caros Amigos**, Ed. 214, Ano 18. São Paulo: Editora Casa Amarela, 2015.

R\$: 0,20 a gente não pode sentar e negociar R\$: 0,10 porque a gente não tem como consultar todas as pessoas que estão nas ruas se vale a pena, se é isso mesmo. Tudo que a gente pode fazer é isso, é dizer que não saímos das ruas até que a gente conquiste aquilo. Isso não tem exatamente a ver com negociar ou não negociar, como princípio, por exemplo. Quando o MPL, que tem seus trabalhos em alguns bairros das regiões, tá reivindicando, por exemplo, uma linha de ônibus para aquele bairro, daí a população organizada daquele bairro pediu uma reunião na subprefeitura ou na prefeitura claro que eles estão lá para negociar, mas eles estão lá em nome deles, daquelas pessoas que estão organizadas, etc. É totalmente diferente do MPL se colocar na prefeitura como alguém por 20, 30, 40 mil pessoas que estão nas ruas, isso, de fato, é uma diferença que talvez o movimento e a política institucional tenham. São concepções políticas, de fato, muito diferentes. Sobre o Haddad ter sido mais visível tem a ver, em parte, com a dinâmica da imprensa em São Paulo, que sempre se esforçou, muito mais, para blindar o governador do PSDB do que o prefeito do PT. Dá para ver pela crise hídrica, pela greve dos professores das estaduais, etc. A cobertura que a imprensa paulista dá ao governador e ao prefeito é muito diferente, pelo fato, é muito difícil que você consiga enfraquecer os dois da mesma maneira. Uma coisa que o Haddad, em particular, tem dificuldade de entender é que ele também foi eleito supostamente como uma força progressista e estaria mais sensível à luta da população, aos anseios e as lutas da população por melhores condições de vida. Então, também, é um pouco natural que a população se volte supostamente à força progressista que é onde ela vai ver que tem mais ressonância, que tem mais abertura. Embora, a gente tenha visto que, em muitas vezes, isso não ser o caso. Tem a ver também com o fato de que isso é muito difícil para as pessoas mais próximas ao PT entenderem que o MPL sempre foi um movimento muito focado em ônibus. Porque o principal deslocamento em São Paulo principalmente em todas as outras cidades sempre foi feito em ônibus. Então a nossa discussão sobre ônibus ela é mais madura, o transporte sobre trilhos não é uma realidade na maior parte do país. A gente sempre tendeu a focar na função do ônibus e a ter com alvo primeiro a prefeitura. Quando é uma prefeitura que não é do PT fica tudo fácil, ninguém reclama de nada. Quando é, isso traz mais críticas, por parte do PT, parte do prefeito, etc. Isso tem muito mais a ver, de fato, com uma dinâmica do movimento de defender a sua autonomia para reivindicar, quem quer que seja e tem a ver com uma construção histórica que, claro, vai mudando ao longo do tempo de priorizar o transporte de ônibus frente o transporte sobre trilhos, ele impacta mais na vida da população. Mas a gente cada vez mais ao longo dos anos foi tentando se aprofundar na lógica do transporte sobre trilhos. É uma dinâmica totalmente diferente, o financiamento diferente, com organização diferente, com tomada de decisão diferente, etc.

21) O que junho de 2013 representou na melhoria do transporte na cidade de São Paulo, mobilidade urbana de uma forma em geral, além da adoção em massa de ciclovias pela prefeitura?

A gente sempre defendeu a ideia de que todo aumento da tarifa é um aumento da exclusão. A gente sabe que existe um patamar de pessoas que não pegam ônibus, que andam quilômetros e mais quilômetros para chegarem ao trabalho ou que pegam ônibus quando tem dinheiro, mas que há um grande contingente de pessoas que não podem pagar por ele. Esse

contingente de pessoas já existe e é por isso que a gente luta por tarifa zero, para que ninguém seja excluído do transporte público. O aumento no transporte público é necessariamente um aumento da exclusão urbana. Obviamente a gente defende que ter revogado o aumento em 2013 foi uma vitória imediata na vida de muitas pessoas, inclusive para além do transporte todo dia, quanto mais caro o transporte maior é a dificuldade de você poder usar ele para qualquer coisa que não seja o estritamente necessário. Mas a outra coisa que a gente acha que junho de 2013 contribuiu foi tentar construir uma cultura de luta dentro da cidade, de defender, enfim, que é possível não só se manifestar, mas como é possível ocupar as ruas, ocupar as cidades, circular as cidades, mostrar, pelo menos em momentos específicos, que as cidades não são feitas para carros, que elas são feitas para pessoas. É uma discussão muito importante. A gente tem uma cidade toda estruturada para o transporte individual. Ela não para quem anda de ônibus, ela não é para pedestre e ela não é para ciclista. Ela é feita de pontes que só podem passar carros, ela é feita de obras viárias monumentais que beneficiam exclusivamente o transporte individual, etc. Eu acho que junho de 2013 contribuiu para mostrar, a todo o momento, que a auto-organização das pessoas faz diferenças, que é possível, fora de um partido, fora de uma organização, se organizar para conquistar mais direitos ou para melhorar as condições de vida e que a cidade pode, sim, ser feita para pessoas. Ainda que no caso da manifestação essa impressão seja sempre temporária, uma apropriação muito efêmera da cidade no momento específico, etc. É inegável que a tentativa de criar ciclovias e tentar defender que a cidade não é só para carros, elas também é para bicicletas tem que ser defendida, reconhecida, etc. É importante que a gente tenha uma cidade que aceite outros meios de transporte, que não o carro. Mas isso, ao mesmo tempo, não muda o fato de que não é o bastante. Não é a toa que uma das principais críticas às ciclovias implementadas em São Paulo até o momento é que a maior parte delas se encontram no Centro, ou seja, ela, muitas vezes, adquirem mais um caráter de visibilidade da política do que uma política em si. Então você tem poucas ciclovias na periferia. As ciclovias mais bonitas, mais bem acabadas são as mais visíveis, aquelas que, de alguma forma, podem contribuir com a imagem do prefeito. Na verdade todas as políticas públicas no Brasil são implementadas de cima para baixo, sem nenhum tipo de consulta, sem nenhum tipo de organização das pessoas daquele bairro para definir, então, quais seriam os melhores trajetos, que tipo de ciclovia poderia beneficiar todo mundo. Sim, é importante uma cidade que tenha ciclovias, é importante que os prefeitos das cidades sem empenhem para poderem colocar as ciclovias. Mas isso não é o bastante, isso está longe do que a gente defende, e não estamos sozinhos nisso, de ser uma cidade que não seja feita para o transporte individual. Ainda nos falta muitas faixas de ônibus, muitas ciclovias, muita limitação de transporte individual de um passageiro só. A gente tem realmente muito caminho a enfrentar. As ciclovias continuam não atacando um dos problemas centrais que é a exclusão no transporte. Você evidentemente não vem dos confins da Zona Leste para o Centro de bicicleta, são mais de 30 quilômetros, isso é inviável. Mesmo que você tenha condição física para isso, você vai chegar no seu trabalho de um jeito que não dá para trabalhar, você vai acabar sendo demitido porque não está bem apresentado, etc. A bicicleta não soluciona o problema do deslocamento das pessoas, principalmente daqueles que moram mais longe. As ciclovias, muitas vezes, facilitam a mobilidade daquelas pessoas que, de alguma forma, já são privilegiadas pela mobilidade, que já moram mais perto, já tem mais disponibilidade de

transporte. Não estou dizendo que essas ciclovias não deviam existir no Centro, estou dizendo que existem escolhas que precisam ser feitas. Do ponto de vista do MPL, é mais importante começar com medidas de melhorias do transporte que afetem aqueles que mais sofrem no transporte público e essas são as medidas que não são feitas. As linhas de ônibus na periferia continuam sendo cortadas. O transporte público na cidade de São Paulo aumentou em 2015. Existem bairros na periferia de São Paulo que até hoje não tem ônibus. São todas essas medidas que são paliativas, também, mas Essa é a nossa maior crítica.

22) No começo de 2015 o prefeito Haddad enviou a Câmara Municipal de São Paulo um projeto de lei instituindo o passe livre, para uma parcela dos estudantes, que foi aprovado e já estar em vigor. Como o MPL viu essa iniciativa da prefeitura?

A gente considera, sim, que o passe livre estudantil é uma das conquistas mais tardias de junho. Mas que ele também foi usado, de alguma forma, como instrumento de desmobilização. Pensando um pouco historicamente, a população que nos anos 40, 50, 60 iam às ruas por problemas nos transportes eram os trabalhadores. Por causa disso houve a criação do vale transporte. A gente tende a encarar o passe livre para estudantes no mesmo sentido. Fez-se uma avaliação de que quem mais estava nas ruas em 2013 eram os estudantes. Fez-se uma medida que, de alguma forma, poderia desmobilizar as pessoas. Apesar disso, apesar de os atos terem sido em janeiro, as manifestações de 2015 foram, sim, muito grandes. Muito mal divulgadas, com o número de pessoas bastante diminuído pela imprensa, pela polícia, etc. Mas isso é comum, todo movimento social sempre sofreu disso. A gente encara como uma conquista da população organizada, mas é uma conquista que também vem para desmobilizar futuras conquistas. De alguma forma, uma tentativa de desmobilizar os estudantes. Claro que o movimento faz o seu trabalho, discute tudo isso que é justamente para continuar mobilizado, não só os estudantes. Mas assim como as ciclovias, ainda é um paliativo. Que inclusive cria toda uma série de burocracias. Ele está disponível, mas tem pessoas que passam meses até conseguir, liberar o seu, etc. Ele não resolve o problema estrutural do transporte, ele ajuda de alguma maneira. Mas a gente está longe de dar passos mais fortes, para que o transporte deixe de ser uma mercadoria e passe a ser um direito.